

# **ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS: BREVE ANÁLISE DO PRECONCEITO**

2017

**Isabella Tamani de Souza Queiroz**

Psicóloga graduada pela Faculdade da Amazônia campus Vilhena/RO (Brasil)

[bela\\_tamani@hotmail.com](mailto:bela_tamani@hotmail.com)

**Wenner Daniele Venâncio dos Santos**

Especialista em Atendimento Educacional Especializado - AEE. Psicóloga graduada pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal/RO. (Brasil)

[wennerdaniele@live.com](mailto:wennerdaniele@live.com)

---

## **RESUMO**

Nesta monografia buscou-se evidenciar a adoção de crianças por famílias homoparentais, procurando entender os conceitos de família, adoção e homossexualidade e como estes foram se transformando ao longo do desenvolvimento e variações dos contextos sociais, desde a antiguidade até os dias atuais. Pesquisou-se também como a sociedade avalia a adoção pelos casais homossexuais e quais os subsídios que sustentam o preconceito existente. Além disso, discorreu sobre o resultado de pesquisas que apontam as consequências deste tipo de adoção, a fim de desmistificar pensamentos preconceituosos e marginalizantes presentes na conceituação social. Apresentou-se ainda a possibilidade jurídica da adoção homoparental, baseada na legislação atual, no princípio de igualdade, dignidade da pessoa humana, da proteção à criança e da não discriminação. Por fim, discorreu-se como a psicologia pode atuar contribuindo na erradicação do preconceito, na melhoria da qualidade de vida destas famílias, e do próprio homossexual individualmente.

**Palavras-chave:** Adoção, família homoparental, casal homossexual, criança, homossexualidade.

Copyright © 2018.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a adoção de crianças vem sofrendo diversas alterações em suas formas de acontecer bem como em sua finalidade. Conforme o desenvolvimento das sociedades e as diversas culturas da época, esta prática era dotada de características próprias, contudo, a finalidade estava ligada sempre à continuidade familiar, à sucessão imperial, ou ainda como meio de dar filhos aos casais estéreis. (BRASIL, 2013)

Registros desta prática poderão ser observados ao longo deste trabalho, ao citar-se, por exemplo, o conjunto de leis da Babilônia denominado código de Hamurabi (anexo I) que data de 1.780 a.C. Visualiza-se também sua ocorrência, em meados de 1.250 a.C., com a adoção de Moisés relatada pela Bíblia.

Falcão (2004) relata que a adoção é uma prática utilizada desde a antiguidade, pois se tratava do meio pelo qual as famílias conseguiam assegurar a perpetuidade de sua descendência, recebendo um “estranho” na qualidade de filho, porém na Idade Média, tornou-se conduta imprópria, visto ser contrária ao sistema feudal pautado na consanguinidade.

Maux e Dutra (2010) mencionam ainda que, nesta mesma época a Igreja Católica posicionou-se contrária a adoção, visto que a mesma seria uma forma de facilitar o reconhecimento legal dos filhos nascidos de relações incestuosas ou adúlteras.

Atualmente, a adoção é tratada como um ato legal, amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, por onde uma família passa a criar com a criança laços idênticos ao da filiação biológica, ou seja, não há diferenciação dos direitos e deveres entre filhos biológicos e adotados. O ECA (2014) dispõe que qualquer pessoa maior de dezoito anos pode adotar, independente do estado civil, com exceção apenas para os ascendentes e os irmãos do adotando, bem como é necessária uma diferença de 16 anos entre o adotante e o adotando.

O autor Figueiredo (2011) explica que em um processo de adoção o setor judiciário fará avaliações dos candidatos, sendo que primeiro ponto a ser analisado é se o adotante tem capacidade tanto do ponto de vista psicológico quanto social de ser pai ou mãe. O mesmo ressalva que esta

análise tem como finalidade conhecer a situação social do adotante, enquanto a análise psicológica identificará a história de vida e entender o motivo que o levou a adotar uma criança. Após o processo de adoção ser aprovado cancela-se o registro de nascimento do menor, efetuando-se um novo registro que conste o nome dos pais adotivos. Trata-se, portanto, de um ato irrevogável.

Ao se tratar da adoção por casais homoafetivos, teoricamente, não há impedimento legal que caracterize a impossibilidade deste ato, visto ser assegurado juridicamente tal direito a todos os cidadãos que preencham os requisitos observados nos artigos do ECA (2014).

Todavia, Figueiredo (2011) aponta que os pares homoafetivos deparam-se com o preconceito da sociedade em geral, o qual é sustentado muitas vezes por declarações tendenciosas e sem embasamento científico, como a afirmação de que crianças adotadas por homossexuais tendem a seguir a mesma orientação dos pais. Segundo o autor, esta convicção é improvável, visto que não existem estudos que comprovem tal fato, e, ao contrário, evidencia que pesquisas científicas realizadas nos Estados Unidos e na Europa, provam que tais temores não são justificados na vida real.

Picazio (1998) também corrobora desta ideia, afirmando que independente da orientação sexual, casais homoafetivos tem capacidade para educação de filhos, conforme relata abaixo:

Tanto homens quanto mulheres homossexuais podem ser ótimos pais, e sua orientação sexual não influi de modo algum na vida de seus filhos [...]. Geralmente tendem a ser mais atentos com os seus filhos, por serem obrigados a lidar com o preconceito, ensinam seus filhos a confiarem si próprios e em seus sentimentos. (p. 115)

Pesa ainda a favor deste preconceito, o fato da união homoafetiva não ser considerada pela sociedade como uma família de fato, prova disso é a enquete em andamento realizada pela Câmara dos Deputados, que mesmo em curso, já soma o maior número de votos em enquetes promovidas pelo Portal da Câmara dos Deputados. A pesquisa foi lançada em 11/02/2014, com a seguinte indagação: “*Você concorda com a definição de família como núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família?*” e, antes de seu término, já contabiliza mais de quatro milhões de votos em pouco mais de nove meses de atividade. Desses votos, 50,16% concordam com essa definição de família, 49,53% não concordam e 0,31% não tem opinião formada. (BRASIL, 2014)

Outra demonstração pública do preconceito relacionado à união homoafetiva pôde ser visualizada através das manifestações ocorridas na cidade de Santana do Livramento-RS. Na ocasião, foi anunciada pela juíza local, a ocorrência de um casamento coletivo em setembro de 2014, onde estariam inscritos diversos casais heterossexuais e quatro casais homossexuais. O local

destinado à cerimônia era o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Sentinelas do Planalto, e contava com o apoio do patrão deste local, Gilbert Gisler para realização da união, pois ao seu entender “Um casal de mulheres e de homens também forma uma família, eles podem até adotar filhos”. Contudo, Gisler alerta que tal acontecimento gerará revolta entre os membros da associação. Tal suspeita foi confirmada as vésperas da cerimônia, quando ocorreu um incêndio criminoso no local como forma de impedir a concretização do casamento coletivo. Gilbert afirmou ter recebido uma ameaça anônima por telefone onde a pessoa o advertiu informando que atearia fogo no prédio caso a cerimônia se efetivasse. Diante das ameaças, três casais homoafetivos desistiram do casamento, permanecendo apenas um casal de mulheres. Após o incidente, o local não mais oferecia segurança aos participantes e convidados, portanto, o casamento foi realizado no fórum da cidade. (JORNAL NH, 2014. GRIZOTTI, 2014)

As reportagens citam ainda que algumas entidades, como o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, emitiram notas manifestando repúdio ao vandalismo sucedido e, também formou-se um mutirão para reconstruir a estrutura do CTG. (PIRES, 2014)

Diante dos fatos, pode-se supor que há divisão de opiniões em relação à união homoafetiva, ao ponto de acontecerem práticas violentas e de vandalismo como esta. Percebe-se, portanto, que a população ainda tem em seu imaginário o conceito de família formado a partir do homem e da mulher, não tolerando a formação familiar de forma diferente.

Mediante apresentação de tamanha intolerância com o ser humano e suas escolhas, atitudes e comportamentos, e ainda, baseando-se no conceito da teoria humanista de Carl Rogers, o qual afirma que devemos aceitar o outro incondicionalmente, ou seja, “permitir-lhe ser quem

ele é e considera-lo um indivíduo único e valioso por seu próprio mérito” (FELDMAN, 2006, p.68), é que senti-me motivada a pesquisar sobre o entendimento social em torno da formação familiar homoafetiva, suas implicações no processo de adoção bem como no desenvolvimento psíquico saudável destas novas formas de família.

Isto posto, com o presente trabalho busca-se investigar através de fontes bibliográficas, como a adoção de crianças por casais homoafetivos é percebida pela sociedade, identificando os principais motivos para a não aceitação desta, bem como o papel da psicologia diante de tal mudança no âmbito familiar, visto que, como cita Silva (2008, p .20), “compreender melhor essas dinâmicas familiares pode ser um passo rumo à construção de uma sociedade mais igualitária, que convive bem com todas as diferenças”.

Busca-se, portanto, entender estas novas demandas que confrontam diretamente as antigas certezas e conceitos familiares já enraizados nas concepções sociais, empenhando-se para ampliar

a consciência da sociedade sobre a questão da aceitação do outro do modo como o é, promovendo a redução do preconceito, construindo, assim, uma sociedade mais tolerante.

## **2. A FAMÍLIA E ALGUMAS CONFIGURAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA**

O conceito de família, descrito por Macedo (1994) faz referência a uma entidade composta por membros, sendo eles pai, mãe e filhos, os quais todos tem responsabilidade, tais como procriar e cuidar da prole. Em termos de estrutura e função, acrescenta-se ainda que é lugar de paz, amor e harmonia entre as pessoas.

A descrição de família no Dicionário Aurélio (2014, p. 755) é

1. Pessoas aparentadas que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. 2. Pessoas do mesmo sangue. [...] 9. *Sociol.* Comunidade constituída por homem ou mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união. 11. *Sociol.* Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consanguíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção.

DIAS (2005, p. 23) define família como:

Uma construção social organizada através de regras culturalmente elaboradas que conformam modelos de comportamento. Dispõe de estruturação psíquica na qual todos ocupam um lugar, possuem uma função - lugar do pai, lugar da mãe, lugar dos filhos - sem, entretanto, estarem necessariamente ligados biologicamente.

A família pode ser considerada a união social mais primitiva da humanidade, visto que antigamente as pessoas se agrupavam a partir de um ancestral em comum ou através do matrimônio, formando grupos sociais onde cada membro tinha obrigações entre si, sempre sob a liderança do ancestral, denominado patriarca, este sendo sempre do sexo masculino. Essas entidades mantinham uma identidade cultural e patrimonial e recebiam o nome de clãs, e é a partir destas organizações sociais que se formaram as famílias. Conforme o desenvolvimento de sociedades mais complexas, a formação familiar baseada apenas em laços sanguíneos, ganha destaque no Direito da Roma Antiga sendo formada apenas pelo casal e filhos, diferentemente dos clãs, os quais eram constituídos pelo elo de um ancestral em comum. (CUNHA, 2010)

Neste contexto romano, a prática do casamento integrava a mulher à família do homem, o qual era considerado o chefe da família, sendo que seus interesses prevaleciam sobre os dos demais membros. Nesta época, a formação familiar tinha como objetivo exclusivo o funcionamento econômico com a transmissão de patrimônios. “As uniões privilegiavam os interesses em vez do amor, e a paixão era absolutamente menosprezada”. (VIVAS, 2002, p. 23)

Para Malveira (2010) a transformação da família foi influenciada diretamente pela Igreja católica, idealizando um modelo comparado à sagrada família. A mãe como Maria, mãe compreensiva e educadora, o pai, como cuidador e administrador da casa e os filhos, como fruto desta união. Através do poder da Igreja, difundiu-se, então, um padrão de família “clássica, estereotipada, onde homem e mulher unem-se em prol da procriação, da manutenção da espécie, mediante a benção do senhor através do matrimônio. Desta forma, este último era sinônimo de família”. (p. 100)

Estas configurações familiares estavam alicerçadas na constituição básica de pai, mãe e filhos, os quais obedeciam e dependiam do pai, econômica e afetivamente, ou seja, o pai era o provedor e orientador familiar e à mulher cabia o papel de cuidadora do lar e dos filhos. Havia o predomínio da família nuclear, com hierarquia das funções parentais nas relações familiares e divisão de tarefas em função de gênero. (DESSEN, 2010).

Para Marconi e Presotto (2010) a família é o fundamento básico e universal das sociedades, existindo em todos os grupos, variando apenas em funcionamento e estrutura. As autoras ressaltam ainda que a função da família é a perpetuação, o sustento de seus membros e a educação das crianças, além de transmitir herança cultural e social, estabelecimento de valores morais, religiosos, políticos e educacionais. Tal descrição reforça a afirmativa de Macedo (1994), a qual sugere as múltiplas definições e categorias da família, contudo, de maneira geral, cita que o conceito de família está associado às relações biológicas, de consanguinidade, padrões de residência, códigos legais, depositária da cultura, função socializadora, educativa e outros, variando de acordo com os objetivos de cada um.

No decorrer dos anos, mudanças significativas aconteceram em diversos contextos, tais como fenômenos sociais, políticos, econômicos, afetivos, sócio-políticos, avanço da tecnologia, revolução feminina, lutas por igualdade e liberdade, (BOTTOLI et al, 2012; MALVEIRA, 2010) que, conseqüentemente, alteraram a dinâmica familiar e seu padrão de organização.

A formação familiar passou a ser alicerçada em sentimentos de respeito, desejos e escolhas, preocupar-se com o amor recíproco e, para manter fins de reprodução, é necessária a vontade de ambas as partes, como resultante do relacionamento afetivo. Nesta organização familiar, filhos não têm mais diferenciação de acordo com o sexo, mulheres têm os mesmos direitos e deveres que os homens e há preocupação com a felicidade individual, conjugal e familiar. (MALVEIRA, 2010)

Como cita Dias (2009, p. 48):

A família identifica-se pela comunhão de vida, de amor, de afeto no plano da igualdade, da liberdade, da solidariedade e da responsabilidade recíproca. [...] as relações são muito mais de igualdade e de respeito mútuo, e o traço fundamental é a lealdade.

Souza (2009) informa que as transformações ocorridas na sociedade influenciaram não apenas o objetivo e as formas de acontecer a formação familiar, mas também interviu na composição desta. Apesar de ser a mais comum nas sociedades, a família nuclear, monogâmica heterossexual e com fins de reprodução, não é a única existente. Hoje não mais se restringem ao padrão pré-estabelecido há séculos atrás, composto por pai, mãe e filhos, existindo, portanto, famílias matrimoniais, concubinárias, de união estável, monoparentais, anaparentais, pluriparentais, eudemonista, homoparentais ou homoafetivas, paralelas e unipessoais. Este autor define ainda cada uma delas, conforme abaixo:

- Família matrimonial: decorre do casamento como ato formal, litúrgico. Até 1988 era o único vínculo familiar reconhecido no Brasil;
- Concubinato: o autor utiliza a definição do art. 1.727 do Código Civil para exemplificar, sendo, portanto, as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar;
- União estável: como a união entre homem e a mulher que não tenham impedimento de casa, contudo não há registro formal desta união. Existe a convivência pública, contínua e duradoura com o objetivo de constituição familiar;
- Família monoparental: é a família constituída por um dos pais e seus descendentes.
- Família anaparental: é aquele onde os integrantes não têm laços de descendência ou ascendência, ou seja, é formada por irmãos, tios e sobrinhos, irmãos e primos, dentre outros;
- Família pluriparental: é aquela formada por pais e filhos de casamentos anteriores, criando novo vínculo com outros pais e filhos, também oriundos de outros casamentos;
- Família eudemonista: família é aquela unida pelo afeto, que busca a felicidade individual através da emancipação de seus membros;
- Família homoparental/homoafetiva: família decorrente da união de pessoas do mesmo sexo, que se unem objetivando a constituição de vínculo familiar, mantenham convivência pública, contínua e duradoura;



- Família paralela: é aquela onde um dos integrantes participa como cônjuge de mais de uma família
- Família unipessoal: é aquela composta por apenas uma pessoa.

O artigo 226 da Constituição apresenta os modelos mais comuns de formação familiar, garantindo aos casais heterossexuais direitos como herança, pensão por morte ou separação, e outros, não referindo-se portanto, aos casais homossexuais, contudo, esta mesma Constituição tem como princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana, o direito à liberdade, à igualdade e o veto ao preconceito. Assim sendo, fundamentado na garantia destes direitos é que o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, reconheceu a união civil para casais homossexuais garantindo a estes os mesmos direitos dos casais heterossexuais, eliminando, portanto as diferenças entre estas relações conjugais. (BRASIL, 2011a)

A vista disso pode-se afirmar que a organização familiar, independente de sua constituição, está protegida pelo Estado, e que o conceito de família não é engessado, variando de acordo com as transformações da sociedade. (BRASIL, 2011a)

Vale ainda destacar o pensamento de Dias (2005, p.46), afirmando que “A nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto pode-se deixar de conferir status de família, merecedora da proteção do Estado, pois a Constituição (art. 1º, III) consagra o respeito a dignidade da pessoa humana”.

O casamento entre pessoas de mesmo sexo ainda não é legalizado em diversos países ao redor do mundo, sendo que a Holanda foi pioneira em aprovar um projeto de lei sobre o casamento homossexual garantindo a estes direitos e deveres, bem como autorizou a adoção por casais homoparentais. Esta lei entrou em vigor em 2001. Em 2003, a Bélgica autorizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas a permissão para adoção só aconteceu dois anos depois, ou seja, em 2005. Neste mesmo ano a Espanha e o Canadá legalizaram o casamento homossexual com a possibilidade de adoção. (BALESTERO, 2011)

No ano de 2006, a África do Sul legalizou a união homoafetiva através do "casamento" ou da "união civil". Na Noruega, em 2009 a vigência de uma nova lei, igualou os casais homossexuais e os heterossexuais, tanto para o casamento e a adoção de crianças quanto para a possibilidade de beneficiar-se de fertilização assistida. Já a Suécia, no mesmo ano, concedeu o direito de adoção para os casais de mesmo sexo, permitindo também o casamento civil e religioso. Portugal modificou sua lei em 2010, alterando a definição de casamento, suspendendo a referencia a “*de sexo diferente*”. (BALESTERO, 2011)

Ainda em 2010 mais países legalizaram o casamento homossexual, tais como Islandia, cinco Estados Unidos, sendo eles, Iowa, Connecticut, Massachussetts, Vermont e New Hampshire, bem



como a capital, Washington. No México, apenas no distrito federal que o casamento homoafetivo está habilitado. Outros países também aderiram à união civil aos homossexuais, com mais ou menos direitos, tais como França em 1999, Alemanha em 2001, Finlândia 2002, Nova Zelândia em 2004, Reino Unido em 2005, República Tcheca em 2006, Suíça em 2007. (BALESTERO, 2011)

Uma pesquisa realizada por Rodrigues e Carmo (2013) aponta que os homossexuais não conceituam família como aquela formada apenas por vínculos biológicos, mas sim, que família abrange relacionamentos formados por laços afetivos, ligações baseadas na confiança e suporte mútuo. Como parte desta formação familiar, o desejo por filhos, por vezes, faz parte deste universo, contando para isso com algumas modalidades a proporcionar este fim.

Zambrano (2006) nos apresenta quatro opções para casais homossexuais terem acesso a parentalidade, sendo estes descritos abaixo:

- A primeira delas é por uma ligação heterossexual anterior. Depois do rompimento da união, o pai ou a mãe (ou ambos) podem estabelecer uma relação com parceiro/a do mesmo sexo, constituindo assim uma nova família;
- A segunda maneira é pela adoção, podendo ser legal ou informal, a qual será mais bem explicada no decorrer deste trabalho;
- A terceira forma é a busca de filhos pelo uso de novas tecnologias reprodutivas, possibilitando o nascimento de filhos biológicos. O método mais utilizado pelas mulheres homossexuais é a inseminação artificial ou fertilização medicamente assistida;
- Finalmente, a quarta possibilidade é a chamada co-parentalidade, na qual os cuidados cotidianos são exercidos de forma conjunta e igualitária pelos parceiros, podendo aparecer entrelaçada com as formas de acesso citadas anteriormente, os quais as buscam para formar uma família, sendo a parentalidade desde o início, exercida igualmente pelos dois, mesmo que apenas um deles seja o pai biológico ou legal.

O autor supracitado frisa ainda que os homens homossexuais tendem a buscar pela adoção, como meio de se tornarem pais, enquanto que as mulheres preferem a maternidade biológica, visto que é possível seguir uma gestação sem a presença de um homem, bastando, para isso, que se realize inseminação artificial.

Seria, então, essa diversidade de formatos, o fim da constituição familiar tradicional, aquela formada por mãe, pai e filhos, como afirmam determinados veículos de comunicação e líderes políticos?

Respondendo então a questão acima, quer-se apresentar como exemplo, três discursos que circulam na sociedade, a respeito da união homossexual.

O site oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a qual é difusora da fé cristã baseado na doutrina da Igreja católica, através da reportagem *Bispos reagem à resolução do Conselho Nacional de Justiça que converte união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento*, posiciona-se contra o casamento entre homoafetivos, justificando que tal ato ofusca valores fundamentais da humanidade, conforme abaixo:

Reconhecer legalmente as uniões homossexuais ou equipará-las ao matrimônio, significaria, não só aprovar um comportamento errado, com a consequência de convertê-lo num modelo para a sociedade atual, mas também ofuscar valores fundamentais que fazem parte do patrimônio comum da humanidade. A Igreja não pode abdicar de defender tais valores, para o bem dos homens e de toda a sociedade. (CNBB, 2013)

O jornal O Estadão, em seu website, publicou uma reportagem com o título *Em ato contra gays, Silas Malafaia diz que união homoafetiva é crime*. Nesta, pastores e políticos fizeram ataques ao movimento dos homossexuais, e o pastor Silas Malafaia fez um discurso condenando a aprovação da união civil entre homossexuais. O pastor Marcos Feliciano também comunicou sua insatisfação com a questão da união civil homossexual, afirmando ainda que espera pela eleição de um presidente da República que seja evangélico. (BRESCIANI, 2013)

Em relação à opinião de alguns governantes, Mott e Cerqueira (2003, p. 10) citam algumas falas destes, divulgadas na tribuna de Assembleias e Câmaras, igrejas e veículos de comunicação:

- O homossexualismo é pura aberração. (Deputado Federal Enéas Cordeiro-Prona/SP);
- O casamento gay demonstra a decadência moral que vai minando todos os valores de nossa sociedade. (Deputado Severino Cavalcanti- PFL/PE);
- Sou frontalmente e literalmente contra a parceria civil de homossexuais. Vou trabalhar para combater a inversão de valores, a contrariedade dos princípios estabelecidos por Deus. Daqui a pouco, vão permitir a união entre o animal e o ser humano. (Pastor Oliveira Filho, Deputado Federal-PL/PR);
- Ser homossexual é não ser digno. (Vereador Jonas Pedó-PDT, Caxias do Sul, RS)
- Levando Anthony Garotinho à Presidência da República evita-se que os homossexuais conquistem o status de uma nova raça, só assim os cristãos abortariam o plano do demônio. (Pastor Ednio Fonseca, Assembleia de Deus, RJ, Candidato à Deputado-Prona/RJ).

Após apresentação da crença religiosa sobre o tema e posição do representante do povo, optou-se por responder à questão anterior com bases teóricas, utilizando as palavras de Malveira (2010, p. 106), a qual é enfática em sua afirmativa: “Não! Definitivamente não é o fim da família, mas sim o alargamento dela, uma miscelânea que agrega reconhecimentos, que resguarda dignidade”.

Hironaka (1999, p. 8) também apoia este pensamento, citando que a família “biológica ou não, oriunda do casamento ou não, matrilinear ou patrilinear, monogâmica ou poligâmica, monoparental ou poliparental, não importa. [...] o que importa é pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças, valores, e se sentir, por isso, a caminho da realização de seu projeto de felicidade pessoal”.

Apoia-se ainda nas ideias de Cintra (2008), a qual afirma que a família é o local onde o ser humano se desenvolve com proteção, aprende uma boa educação, o uso adequado da liberdade e onde há a iniciação gradativa do mundo do trabalho.

Pensando desta forma então, o que garante que casais homossexuais, monoparentais e outras tantas combinações surgidas ao longo do desenvolvimento das sociedades, não tem a competência necessária para cumprir tais obrigações familiares?

Abordaremos esta questão no capítulo 5 deste trabalho, o qual tratará especificamente da adoção por casais homoafetivos.

Martinez (2013) postula que ao se falar em família homoafetiva ou homoparental, ou seja, aquela composta por cônjuges do mesmo sexo implicam-se, juntamente, questões preconceituosas principalmente por esta configuração não ser enxergada como uma família de fato. O autor cita que este não reconhecimento está intimamente ligado pela lei religiosa, a qual afirma que a “família era constituída por um homem e uma mulher, e que a aceitação de uma família formada por dois homens ou duas mulheres implicaria em um apagamento da diferença entre os sexos”. (p. 374)

Para Zambrano (2006) prova desta marginalização do conceito de família as agregações homossexuais, são as decisões do judiciário no que tange aos direitos dos casais homossexuais, com alguns juízes reconhecendo e outros não, a união homossexual como uma entidade familiar. “A recusa em chamar esse novo arranjo de família é o mesmo que negar a existência de um vínculo intrafamiliar entre as pessoas que a compõem, mesmo que esses vínculos possam ter um aspecto variado, significa fixar a família dentro de um formato único”. (p. 129)

Mesmo passando-se oito anos da publicação acima, a afirmativa do autor citado continua válida, pois o reconhecimento da união homoafetiva como família, ainda caminha a passos lentos, como bem exemplifica o pensamento da sociedade na pesquisa realizada pelo IBOPE, publicada em 17/09/2014, divulgando que 53% das pessoas entrevistadas são contra o casamento de

homossexuais, contra 40% a favor. Destes, os homens são os que apresentam maior rejeição, contabilizando 58% contra e as mulheres, 49% contra o casamento e 43% a favor. (IBOPE, 2014)

Martinez (2013) já afirmava esta rejeição, sustentando que tanto a homoparentalidade quanto a homossexualidade instigam temores sociais de ordens diversas, configurando-se como rótulos em volta dos quais transitam inúmeras fantasias e preconceitos.

Vale ressaltar que, paulatinamente, as famílias homoparentais vêm conseguindo adquirir direitos sem que haja diferenciação em virtude de orientação sexual, caso exemplificado pela decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que aprovou a adoção para um casal homoafetivo, enfatizando assim que a desigualdade de sexos não é fator determinante para configuração familiar. (DIAS, 2009)

É fato para Silva (2008) que essas novas configurações familiares vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade, desejando apontar e pertencer a ela como todos os demais. Durante anos estas famílias se esconderam e hoje estão presentes em todos os locais e instituições sociais, “deixando evidente que a homossexualidade desfruta de uma verdadeira política de visibilidade na sociedade. Ela hoje diz respeito a todas as pessoas.” (p. 17) Este mesmo autor cita ainda que é necessário investir em produções científicas que discorram sobre o tema, um tanto quanto polêmico atualmente, mas que já não devem mais ser percebido como um “mero arranjo” familiar, mas, ao contrário, constituem-se como família, igual a quaisquer outras.

Percebe-se então que, mais do que serem casais, os homossexuais buscam a constituição familiar com a presença de filhos, equiparando-se assim, às famílias ditas normais, uma reviravolta notável acontecida na última década do século XX. (THERBORN, 2006)

### **3. ALGUNS DADOS HISTÓRICOS A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE**

A sexualidade não foi alvo intenso de estudo por historiadores, os quais preocupavam-se mais com os aspectos políticos e econômicos da sociedade, sendo a esta, retratava a sexualidade e a homossexualidade de acordo com as concepções de sua época. Mesmo que todas as sociedades possuem a instituição do casamento e tendem a direcionar o indivíduo adulto para a heterossexualidade, existem evidências da homossexualidade, com variações na aceitação ou não da sua prática, desde os princípios da humanidade. (SUPLICY, 2000)

Ainda sobre a história da homossexualidade, Dias (2005) cita que esta acompanha a história do homem. “Não é crime e nem pecado; não é uma doença e nem um vício. É simplesmente uma outra forma de viver” (p. 191). Completa ainda dizendo que a origem da homossexualidade não é conhecida, mas que também não deveria ser motivo de preocupação, pois o fato de se buscar a

origem, denota a busca de um tratamento para cura de algum mal, o que não é o caso da homossexualidade.

Importante citar que a homossexualidade feminina é menos estudada do que a masculina, direcionando a apresentação deste tema para o enfoque ao histórico homossexual masculino. A pouca quantidade de trabalhos sobre a homossexualidade feminina faz com que exista pouco conhecimento sobre o assunto, provocando mistério e dúvidas de forma geral. Contudo, quer-se ressaltar que na antiguidade grega, a relação entre mulheres era conhecida, mas não aceita, sendo entendida como não natural. (BROCARD, 2006)

Torrão Filho (2000) também explica essa escassez discorrendo que as informações em geral sobre a vida das mulheres são limitadas. Poucos são os documentos produzidos sobre a homossexualidade feminina, ainda mais quando se leva em conta que os autores, em sua maioria eram homens, e que as mulheres eram classificadas como inferiores, não havendo portanto, justificativas para expor acontecimentos a elas relativos.

Importante mencionar que hoje em dia, as mulheres homossexuais são conhecidas como *lésbicas*. A origem de tal nome está relacionada à ilha grega de Lesbos, local onde a poetisa Safo vivia e escrevia sobre seu amor a mulheres, o que possibilitou visualizar a relação afetivo-sexual entre as mulheres, em um período onde estas tinham como função ser reprodutora e cuidadora da casa, ou seja, eram consideradas seres inferiores aos homens. (SUPLICY, 2000; COSTA, 2011)

Na Grécia antiga, entre os séculos V e VI a.C., a relação entre homens era aceita e considerada própria desde que praticada entre adultos e jovens púberes, assim, relações entre dois homens adultos não eram bem vistas. Esta prática intitulada como *pederastia* era realizada apenas pela alta sociedade, e não pode ser considerada como prática homossexual em decorrência da inexistência deste termo à época e também da finalidade desta conduta, que era preparar o jovem para ingressar no seio da sociedade ateniense. Assim, não havia entre os gregos em geral, a ideia de opção sexual, sendo o homossexualismo uma manifestação da preferência, não excluindo, contudo, as relações heterossexuais, em virtude da procriação. O valor fundamental era atribuído aos papéis de ativo (homem) e passivo (mulheres, jovens, escravos) (SUPLICY, 1999; CHAU, 1991)

A *pederastia* consistia no relacionamento de um homem mais velho, geralmente um cidadão com papel ativo na sociedade e com mais de trinta anos, denominado *erasta*, e um jovem adolescente, o *erômeno*, o qual tinha entre doze e dezoito anos. Importante frisar que o erômeno não poderia demonstrar feminilidade ou inclinação para o sexo descontrolado em relação ao seu erasta. Tal relação tinha como propósito a transferência de conhecimento, como num ritual de iniciação para vida adulta. Diferentemente dos homossexuais na atualidade, os praticantes da pederastia não eram marginalizados, ao contrário, constituíam-se de membros da alta sociedade,

pois, tal conduta com os jovens objetivava a continuidade de práticas educacionais com noções de “cidadania, moral, filosofia, política, música, autocontrole – tanto sexual, quanto político –, dentre outros ensinamentos”. (SOUSA, 2008, p. 20)

Este mesmo autor nos traz ainda que, mesmo com a frequência do contato sexual entre homens, nenhum deles poderia manifestar comportamentos femininos, recusar sua masculinidade ou ainda comportar-se como mulher, caso contrário, passaria do grupo elevado da sociedade, designado para os homens, para outro menos prestigiado, este último sendo o nível social destinado às mulheres e escravos. Vale ressaltar que a prática sexual não consistia em penetração do erasta no erômeno, ocorre que, como o erasta oferecia educação e inserção social, era função do erômeno conceder favores a este, e tais “favores restringiam-se à fricção do pênis do erasta entre as coxas ou ânus do erômeno.” (SOUSA, 2008, p. 27)

Mesquita (2008) pontua que a sociedade ateniense pode ser considerada bissexual, estabelecendo limites, como a permissão de relações homoafetivas masculinas entre homens mais velhos e jovens ou escravos, mas de modo algum homens da mesma idade tampouco com comportamentos afeminados. Ou seja, o homem não poderia demonstrar passividade, manifestando sempre sua virilidade para que não fossem igualados às mulheres, escravos ou jovens, estes identificados como submissos.

Como citado por Sousa (2008), os gregos da antiguidade tinham uma visão diferente sobre contato erótico entre pessoas do sexo masculino, a noção de relação sexual era distinta, abrangendo aspectos além do contato dos órgãos genitais. O sexual estava relacionado com o sagrado, assim uma união amorosa não era, necessariamente, sexual. Todavia, este contato sexual entre homens era comum, como pode ser percebido no texto *O Banquete*, de Platão, o qual exalta o desejo de homens pelo seu semelhante:

E todos os que são corte de um macho perseguem o macho, e enquanto são crianças, como cortículos do macho, gostam dos homens e se comprazem em deitar-se com os homens e a eles se enlaçar, e são estes os melhores meninos e adolescentes, os de natural mais corajoso. Dizem alguns, é verdade, que eles são despudorados, mas estão mentindo; pois não é por despudor que fazem isso, mas por audácia, coragem e masculinidade, porque acolhem o que lhes é semelhante. (...) E quando se tornam homens, são os jovens que eles amam, e a casamentos e procriação naturalmente eles não lhe dão atenção, embora por lei a isso sejam forçados, mas se contentam em passar a vida um com o outro, solteiros. (PLATÃO, p.23)

Percebe-se que, tanto a existência do contato sexual, do culto à beleza do corpo masculino e da relação afetuosa entre os homens – mesmo que designada para fins pedagógicos, como já citado,



- estava presente desde a época da Grécia antiga, o que podemos correlacionar, na linguagem atual, com a prática homossexual visto que, segundo Claudio Picazio, psicólogo especialista em sexualidade humana, a homossexualidade é definida como “um desejo de se vincular emocional e sexualmente com alguém do mesmo sexo” (PICAZIO, 1998, p. 25) ou ainda, podemos citar a definição Dalgalarondo (2008, p. 359) na qual a homossexualidade “refere-se a condição na qual o interesse e o desejo sexuais orientam-se em direção a pessoas do mesmo sexo”. Pode-se perceber então, que existe uma semelhança entre estas práticas na atualidade com as relatadas em tempos mais remotos, onde, por mais que não houvesse o termo *homossexual*, havia o desejo, o interesse pelo outro de mesmo sexo.

Torrão Filho (2000) ressalta que a mulher, considerada inferior ao homem, era um peso. O casamento era um ato político e social, com fins exclusivos de unir duas famílias em prol da continuidade destas com os herdeiros masculinos legítimos e manter o patrimônio da família. Para o amor e o prazer, existiam escravas, dançarinas, atrizes, prostitutas, dentre outras, e também os escravos, dançarinos, adolescentes e demais representantes do belo, que para os gregos, estava geralmente associado à beleza masculina, o que explica as amizades amorosas entre homens, o qual era considerada uma forma de amor legítima e honrosa.

Chauí (1991) vai além e critica a reviravolta que houve na conceituação desta prática, pois postula que a homossexualidade era considerada algo que fazia parte do ser humano, exemplificando:

Vimos que em sociedades como a grega e a romana, [...] como em muitas outras, o homossexualismo é uma prática e um ato sexuais entre outros, convivendo com outros num mesmo ser humano, é uma escolha (ocasional ou definitiva) de parceiros sexuais. É uma atividade. Em nossa sociedade, o homossexualismo não é encarado dessa maneira. [...] De atividade, transformou-se num modo de ser que determina todas as outras atividades e o destino pessoal de alguém. Não é apenas “doença”, “disfunção” ou “perversão”: é quase uma coisa. (p.29)

Na antiguidade, os deuses idolatrados apresentavam uma ambivalência sexual, constituindo a bissexualidade. Essa bissexualidade era aceita no homem como natural, mas não a homossexualidade passiva, ou seja, aos homens era aceito manter relações com outros homens, mas aquele que assumisse a posição passiva era considerado menos homem, com exceção apenas para adolescentes. Assim, a questão homoerótica estava ligada muito mais à posição de inferioridade, representado pela passividade, pois era comparado à posição da mulher, do que relacionada ao comportamento homoafetivo. (MESQUITA, 2008)

Naphy (2004, apud MESQUITA, 2008, p. 09) confirma o citado, com o pensamento abaixo:



As categorias de experiências sexuais da Antiguidade diferiam consideravelmente das nossas... A distinção fundamental para a moralidade sexual era a distinção entre os papéis ativo e passivo. O sexo do objeto... Não era em si moralmente problemático. Os rapazes e as mulheres eram muitas vezes tratados alternadamente como objetos do desejo masculino. O que era importante socialmente era penetrar em vez de ser penetrado. A relação sexual era entendida essencialmente não como uma interação, mas como um fazer alguma coisa a alguém.

Percebe-se que na antiguidade os indivíduos não faziam referência ao que era normal ou anormal em relação à homossexualidade, como afirma o mesmo autor, concluindo que “a homossexualidade não é assim condenada em lado algum como licenciosidade, imoralidade, doença social nem como transgressora de qualquer lei humana ou divina. Qualquer um podia praticá-la livremente (...)”. (NAPHY, 2004 apud MESQUITA, 2008, p. 11)

Quer se ressaltar ainda que há relatos das práticas homossexuais descritas na Bíblia. Não se quer aqui fazer uma análise da aceitação ou não desta conduta, mas sim expor que a ocorrência da homossexualidade remonta há séculos. Para tanto, seguem alguns trechos onde pode-se perceber a incidência dos relacionamentos homoafetivos.

O livro de Levítico, o qual é como um manual ou esboço do código civil e de leis morais de acordo com usos já muito antigos traz a seguinte ordem: “Não te deitarás com um homem, como se fosse mulher: isto é abominação” (LEV, 18:22, p. 162). Em outra passagem, este mesmo volume aponta: “Se um homem dormir com outro homem, como se fosse mulher, ambos cometeram uma coisa abominável” (LEV, 20:13, p. 164). Percebe-se assim que estas leis foram criadas porque existia já prática.

Ainda com referência a Bíblia, cita-se a passagem de I Coríntios (6:9-10, p. 1.470), “Acaso não sabeis que os injustos não hão de possuir o reino de Deus? Não vos enganeis, nem os impuros, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, [...] hão de possuir o reino de Deus”.

Na carta de São Paulo aos Romanos (1:26-27) também está evidenciada a prática homossexual, conforme segue:

Por isso Deus os entregou a paixões vergonhosas: as suas mulheres mudaram as relações naturais em relações contra a natureza. Do mesmo modo também os homens, deixando o uso natural da mulher, arderam em desejos uns para com os outros, cometendo homens com homens a torpeza, e recebendo em seus corpos a paga devida ao se desaviar. (p. 1.450)

Naphy (2004, apud MESQUITA, 2008), explica que foi a partir do século II d.C. que o Cristianismo passou a influenciar e controlar as práticas sexuais com a proliferação de sistemas filosóficos pagãos, e que destacava a vida em família. Contudo, foi apenas quando os imperadores converteram-se ao Cristianismo que a repressão à homossexualidade começou a de fato ter efeito, pois passaram a vincular suas leis às doutrinas do Cristianismo. É durante a coexistência do paganismo e do Cristianismo que os princípios sobre sexo, corpo e natureza se formaram e perduram até os dias atuais, sendo que a ideologia do Cristianismo baseou-se numa tradição judaica onde a procriação era a única razão para a prática sexual.

Chauí (1991) cita ainda que a Igreja estaria sentindo-se ameaçada, pois as relações homoafetivas não geravam filhos, o que reduziria a população e, por conseguinte, o número de fiéis para contribuir financeiramente com a instituição. Assim, tornou-se oportuno que as relações sexuais tivessem fins exclusivos de reprodução, assinalando, deste modo, as relações amorosas consensuais como pecado. Esta autora ressalta ainda que todo tipo de relação sexual sem função reprodutora, tende a ser condenada socialmente, conforme explica:

numa sociedade que considera o sexo apenas sob o prisma da reprodução da espécie, ou como função biológica procriadora, serão reprimidas todas as atividades sexuais em que o sexo genital for praticado sem cumprir aquela função: masturbação ou onanismo, homossexualismo masculino e feminino (ou sodomia), sexo oral (felácio, cunilíngua), sexo anal, coito interrompido, polução sem penetração (voyeurismo). (CHAUI, 1991, p. 77-78)

Em continuidade a repressão às práticas homossexuais, no século XII, Tomás de Aquino divulgou como doutrina religiosa que os atos sexuais que não resultassem em procriação, seriam pecaminosos. Neste grupo, incluíam-se então a masturbação, as práticas sexuais anais e orais, os atos homossexuais e outros. (SUPLICY, 2000)

Ao longo do tempo, mais precisamente a partir do século XIV, a proibição da homossexualidade ganhou força conforme a Igreja conquistava mais poder e ditava as regras perante a sociedade. A Inquisição estava vigilante, então, homossexuais passaram a ser perseguidos, investigados e punidos com multas, prisões e humilhações públicas, sendo, em alguns casos, até queimados em fogueiras. (MESQUITA, 2008)

Suplicy (2000) cita que a maior transformação em relação à homossexualidade aconteceu em 1804, com a proclamação do Código de Napoleão, ou Código Civil Francês. A partir deste, a homossexualidade estava permitida entre dois homens adultos, por livre escolha, contudo nada cita sobre homossexualidade feminina, a qual não era reconhecida.

Importante ressaltar que, durante este período onde a homossexualidade era considerada doença, perversão e tantos outros adjetivos, procurava-se um método de cura para tal situação. Um exemplo é o que aconteceu nos campos nazistas, onde os soldados submetiam esses indivíduos a tratamentos bizarros e cruéis, desde tortura física e psíquica até ingestão de hormônios e obrigação de manter relações sexuais com prostitutas. Como não obtiveram resultado com tais procedimentos, decidiram por castrá-los para que não mais sentissem prazer. (MORAIS et al, 2013)

Mott (2006) relata que ao fim da Inquisição que perseguia e punia todo tipo de comportamento considerado pecado, inclusive os homossexuais, quem passou a fazer esse papel foram os delegados de polícia, alegando atentado ao pudor e aos bons costumes. Os cientistas da época criavam teorias excêntricas e terapias cruéis, como implantar testículos de macaco nos homens presos por homossexualidade.

Brocardo (2006) completa que a discriminação sofrida pelos homossexuais era tanta que muitos eram considerados doentes mentais, sendo internado em manicômios, recebendo tratamentos desumanos, perdendo contato da família e amigos. Quando demonstrada a homossexualidade, o sujeito passava a ser marginalizado, excluído da sociedade, sendo rotulado ainda como uma pessoa de comportamento imoral.

Meira (2004) indica que a homossexualidade oscilou ao longo do tempo, em sua forma de ser entendida e conceitualizada pela psicanálise. A mesma acredita que tal fato tenha ocorrido em virtude da leitura equivocada do texto freudiano *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, onde Freud aborda a homossexualidade como uma “inversão sexual”, instituindo assim, a concepção errônea de que a homossexualidade seria uma perversão.

Esta mesma autora, embasada nos princípios freudianos aponta ainda a conclusão de Freud acerca da homossexualidade, afirmando que esta “não é nem uma degenerescência, nem congênita, pois o ser humano não nasce com a pulsão sexual ligada a determinado objeto. [...] o homem se torna homo ou heterossexual de acordo com as vicissitudes da sua sexualidade infantil”. (p. 317)

Epstein (2006) aponta que a psiquiatria clássica considerava o homossexualismo uma perversão e sustentava ainda que a personalidade continha traços femininos, ideia que justificava a atração destes pelos homens viris. Nos dias atuais, a psiquiatria caracteriza a homossexualidade por “fantasias e forte atração emocional, afetiva e/ou sexual por indivíduos do mesmo gênero”.

Assim, tomando como base princípios psicanalíticos, Ceccarelli e Franco (2008) exemplificam que também não há evidências e categorização de anormalidade na homossexualidade. Citam também o entendimento de Freud de que todo ser humano é bissexual por natureza e que a homossexualidade e a heterossexualidade são oriundas das pulsões, legitimando ambas. É a partir do complexo de Édipo que a escolha do objeto de amor vai constituir-se, pois a pulsão sexual não tem objeto fixo, podendo ser diversificado e expresso em várias formas,

oral, anal, vocal, fetichista, sádica, masoquista, dentre outras. Dessa forma, o pai da psicanálise segrega a sexualidade, o orgasmo e o prazer, da relação única com os órgãos sexuais onde o prazer é a finalidade principal e não a reprodução da espécie. Assim sendo, esta teoria considera normal qualquer uma das escolhas que se seguirem. Freud confirma tal ideia alegando que os homossexuais não possuem nenhuma qualidade especial que os torne um grupo à parte do resto da humanidade.

Em 1935, em uma carta de resposta a uma mãe, cujo filho era homossexual, Freud confirma o que foi afirmado pelo autor acima citado, informando:

A homossexualidade não é evidentemente uma vantagem, mas nada há nela de que se deva ter vergonha, não é um vício nem se pode qualifica-la como doença. Nós a consideramos uma variação da função sexual provocada por uma suspensão do desenvolvimento sexual. Diversos indivíduos responsáveis nos tempos antigos e modernos foram homossexuais e dentre eles encontramos alguns dos maiores de nós. (...) É uma grande injustiça perseguir homossexuais como criminosos, além de ser uma crueldade. (Grotjahn, 1951)

Anos antes, Freud acrescentou ainda uma nota em seu livro *Três Ensaios sobre a Sexualidade* em 1915, enfatizando que a psicanálise é contra a segregação de homo e heterossexuais, afirmando ainda, que o fato de ser heterossexual também merece melhor observação. Nas palavras do autor, “o interesse sexual exclusivo de homens por mulheres é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química”. (FREUD, 1901-1905 [1989], p.137)

Ao longo do tempo, profundos estudos científicos e multidisciplinares já apontaram que a homossexualidade não é doença. Paralelamente, movimentos em prol dos direitos homossexuais e em defesa da diversidade sexual, refletiram diretamente na exclusão da homossexualidade como doença do Manual Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais (DSM). Assim, a Associação Psiquiatra Americana (APA) em 1973, Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1993, e o Conselho Federal de Medicina (CFM) em 1985, excluíram homossexualidade da lista de desvio e transtornos mentais, configurando uma grande vitória para as ideias pré-concebidas, mas não propriamente contra o preconceito já existente na sociedade. (MARQUES, 2010; MOTT, 2006)

A partir da consideração acima descrita, onde a homossexualidade não é mais considerada doença, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) publicou a resolução 001/99, estabelecendo algumas condições no que tange ao manejo da temática da homossexualidade para os profissionais da psicologia. Abaixo os artigos 2,º 3º e 4º que são específicos sobre o assunto:

**Art. 2º** - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

**Art. 3º** - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

**Art. 4º** - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Assim, de acordo com esta resolução, os psicólogos não devem enxergar a homossexualidade como doença, distúrbio ou perversão, e, conseqüentemente, não se pode propor uma cura para tal. (CFP, 1999)

Quer-se destacar que em 2011, o deputado federal João Campos, criou o Projeto de Decreto Legislativo 234/11, que tinha por finalidade anular a resolução CFP 001/99, supracitada, justificando para tal, que através dela o CFP impede que profissionais de psicologia atendam e ajudem as pessoas que estão desconfortáveis com sua homossexualidade. Contudo, posteriormente o próprio autor do decreto solicitou sua retirada do projeto de tramitação, como resposta às grandes manifestações populares cobrando a rejeição do texto. Em 2013, projeto foi reapresentado pelo deputado Anderson Ferreira, sendo arquivado indeferido e arquivado em julho de 2013, pelo presidente da câmara Henrique Eduardo Alves. (BRASIL, 2011b)

Mesmo com tantos trabalhos e movimentos para erradicação do preconceito com os homossexuais, este ainda prevalece, visto que atualmente os homossexuais são mortos unicamente por serem homossexuais. Vale ressaltar que em nenhum outro país, nem onde a homossexualidade é considerada crime, como em países mulçumanos, são registradas tantas mortes violentas como no Brasil, elevando-o a categoria de campeão mundial dos crimes contra homossexuais, “é como se o homossexual representasse uma ameaça à sociedade em geral e à família em particular, motivando a prática do extermínio”. (FIGUEIREDO, 2011, p.22-23)

Mott (2006) reforça a afirmativa acima, revelando que dentre as minorias sociais brasileiras os homossexuais continuam sendo as principais vítimas de preconceito e discriminação, expondo dados que apontam que Brasília, 88% dos jovens entrevistados pela Unesco, consideram normal humilhar gays e travestis, 27% não querem ter homossexuais como colegas de classe e 35% dos pais e mães de alunos não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas de classe. E denuncia um dado mais grave ainda: no Brasil, um homossexual, travesti ou lésbica é

barbaramente assassinado a cada dois dias, vítima da homofobia. São crimes de ódio, em que a condição homossexual da vítima foi determinante para a prática do agressor. Em suma, esses crimes são revestidos de intensa manifestação de ódio, com muitos golpes, utilização de vários instrumentos mortíferos, tortura prévia.

A homofobia é descrita como um medo irracional da homossexualidade, especialmente em aproximar-se destes. Este medo está baseado na concepção de valorização da heterossexualidade e desvalorização da homossexualidade, assim, entende-se por homofobia todo conjunto de dificuldades e problemas que afetam diretamente os grupos homossexuais, bissexuais e transgêneros em esferas concretas de suas vidas. (VIANNA e LACERDA, 2008)

Diante do quadro de violência contra essa classe, quer-se frisar a atuação do Governo Federal com o lançamento do plano “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”, em 2004. Tal medida tem como objetivos a inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais; implantação de políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual; combate a todas as formas de discriminação e de violência, promovendo assim a garantia dos direitos humanos. (BRASIL, 2004)

Diante do exposto, percebe-se que a homossexualidade ainda é objeto de discriminação, como bem relatado por Figueiredo (2011):

Existe a homossexualidade. Existem preconceitos fortíssimos. Existem pais e mães homossexuais com filhos biológicos ou adotivos. Não se trata de seres de outro planeta ou de um problema distante e sim, de algo presente em cada cidade, em cada esquina, em cada família. [...] Não se trata de “lixo” e muito menos de se varrer para debaixo do tapete, mas de vidas humanas que merecem respeito e dignidade. (p. 25)

Portanto, conforme o autor torna-se necessário uma desmistificação do conceito arcaico e de discriminação que paira sobre os homossexuais, para que assim, o princípio de igualdade, proposto pela Constituição, possa existir de fato na sociedade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DA ADOÇÃO: EPISTEMOLOGIA, CRENÇAS SOCIAIS E O PAPEL DA JUSTIÇA**

A palavra adotar vem do latim *adoptare* que significa escolher, perfilhar, dar o seu nome a, optar, ajuntar, escolher, desejar. Pelo viés jurídico, a adoção é um procedimento legal que transfere



todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, garantindo para crianças/adolescentes todos os direitos e deveres de filhos, ocorrendo apenas quando não for mais possível a convivência com a família original, buscando sempre priorizar as necessidades, interesses e direitos da criança/adolescente. Este processo é garantido pelo Código Civil e pelo ECA. (FERREIRA e GHIRARDI, 2008)

Para Levinzon (2004) a adoção representa de um modo geral, uma forma de proporcionar uma família às crianças que não podem, por algum motivo, ser criadas pelos pais que a geraram.

A prática da adoção remonta há milhares de anos atrás, podendo ser comprovada pela leitura das leis do Código de Hamurabi, escrito em 1.780 a.C. na Babilônia, por ordem do rei Hamurabi. As regras sobre adoção estão descritas nos artigos 185, 186, 190, 191, informando como proceder em caso de adoção, ofensas, partilha de bens, punições e retorno a família biológica. (SILVA, 2011.)

Um caso de adoção que também remonta a antiguidade, denunciando sua prática desde então, está citado na Bíblia, no livro de Êxodo, e relata a adoção de Moisés pela princesa do Egito, filha do Faraó em meados de 1.250 a.C. Após seu nascimento, a mãe, não podendo ficar com o filho, devido ordem do faraó para que se matassem todos os filhos (do sexo masculino) logo no nascimento, o colocou em uma cesta e depositou-o no rio. A filha do faraó viu o cesto no rio, o recolheu e “o adotou como seu filho e deu-lhe o nome de Moisés ‘porque, disse ela, eu o salvei das águas’”. (BÍBLIA, Êx, 2:1-10)

Ao longo do tempo, o objetivo da adoção foi se alterando. Na Roma antiga, por exemplo, a adoção era permitida para quem tivesse mais de sessenta anos e proibida para aqueles que já tinham filhos naturais. Também foi usada por imperadores para designar sucessores. Configurando assim, um modo de “consolo” para casais estéreis. (BRASIL, 2013)

Já na idade média, a adoção caiu em desuso por influência da Igreja católica, ressurgindo com a edição do Código de Napoleão, o qual autorizava a adoção para pessoas maiores de cinquenta anos. Até meados de 1851, perdurava a prática de lares adotivos temporários. Assim as crianças/adolescentes com idade dos sete à vinte e um anos poderiam ser enviados informalmente para outros lares, continuando vinculadas legal e emocionalmente às famílias biológicas. Geralmente, em troca do abrigo, e por vezes da chance de educação, essas crianças faziam tarefas de aprendizes, trabalhadores domésticos, mensageiros, governantas, pajens, damas de companhia etc. Vale ainda ressaltar que, caso a família biológica passasse por dificuldades, a criança poderia ser deixada em um orfanato temporariamente, para que pudessem receber cuidados, alimentação e estudo enquanto a família se reordenava, não estando permitida, com isso, sua adoção. (BRASIL, 2013)



Na época da colonização do Brasil, a adoção tinha relação com caridade, ou seja, uma família melhor estruturada financeiramente prestava assistência aos mais pobres, assim, sem nenhuma formalização de adoção, recebiam em casa filhos destas famílias desfavorecidas. Para estas famílias acolhedoras, via-se a vantagem de se obter mão de obra barata e ao mesmo tempo praticar a caridade pregada pela Igreja. Pode-se afirmar, neste caso, que o interesse não era, primordialmente, pelo cuidado com as necessidades da criança, a qual mesmo recebendo tratamento diferenciado dos empregados, não era tratada como filho biológico e nem tinha os mesmos direitos destes. (MAUX e DUTRA, 2010)

Falcão (2004) também explana sobre o objetivo da adoção, que, de modo geral, estava ligado a atuar como recurso aos casais inférteis, garantindo a perpetuidade na sua descendência, sem considerar as necessidades da criança.

Foi apenas em 1990, com o surgimento do ECA, é que a adoção coloca como prioridade a garantia dos direitos e necessidades da criança/adolescente, buscando preservar estes que se encontram em situação de fragilidade. Assim, o menor tem o direito de ser assistido pela família, com garantias morais, intelectuais e materiais, assim como previsto pelo artigo 227 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nos dias de hoje, a adoção ocorre mediante consentimento dos pais ou responsáveis, sendo que depois de legalizada, a criança perde o vínculo jurídico com a família biológica, tornando a adoção assim um ato irreversível após decisão judicial. Frisa-se ainda que a adoção sem autorização dos pais acontece apenas quando estes estiverem desaparecidos, se foram destituídos do poder familiar<sup>1</sup> ou se a criança/adolescente for órfão e não tiver sido procurado por um parente no prazo mínimo de um ano. Assim, dentro destes parâmetros, crianças/adolescentes até os dezoito anos podem ser adotadas. Os maiores de dezoito anos podem ser adotados mediante assistência do poder público. Lembrando que entre adotante e adotando deve existir uma diferença mínima de dezesseis anos. (FERREIRA e GHIRARDI, 2008)

---

<sup>1</sup> Poder familiar e o conjunto de direitos e deveres dos pais, relativos aos filhos menores 18 anos. Visa garantir o direito e dever de criação, educação, assistência da criança e do adolescente. (FERREIRA e GHIRARDI, 2008, p. 09)

Para consolidar dados sobre adoção, em 2008 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou um sistema nacional com as informações sobre crianças e adolescentes aptos a adoção, bem como com o cadastro dos pretendentes habilitados. Buscou-se com este recurso, aproximar crianças aptas a adoção dos pretendentes, mesmo que residam em Estados diferentes; agilizar e desburocratizar os processos de adoção; unificar os dados sobre adotandos e adotantes; ampliar as possibilidades de consulta aos pretendentes brasileiros e, assim garantir que as opções nacionais de adoção fossem esgotadas antes de permitir a adoção internacional. O cadastro de pretendentes a adoção é realizado pelo juiz da vara da Infância da Juventude. (CNJ, 2009)

Para concretizar um processo de adoção, a *Revista em Discussão*, de audiências públicas do Senado Federal (BRASIL, 2013) lista as medidas necessárias, conforme relacionadas abaixo:

- **Procura da Vara da Infância e da Juventude:** inicialmente o adotante deve se apresentar como candidato a adoção. É necessário entrega petição com informações pessoais e cópias dos documentos pessoais. Pretendentes solteiros podem iniciar sozinhos o processo, porém, casados o devem fazê-lo juntos.
- **Entrevista:** Obrigatoriamente ocorrerão uma ou mais entrevistas com assistentes sociais e/ou psicólogos. Tal medida visa realizar um estudo psicossociopedagógico, para identificar se o adotante pode oferecer ambiente familiar adequado. Também para revelar incompatibilidade com a natureza da adoção ou ainda identificar se a adoção oferece reais vantagens para o adotando. Após aprovação, o candidato poderá se inscrever no Cadastro Nacional de Adoção e especificar o perfil da(s) criança(s) que deseja adotar - idade mínima, cor da pele, se aceita grupo de irmãos ou crianças com necessidades especiais.
- **Aprendendo sobre a adoção:** Quando aprovados nas etapas anteriores, os candidatos necessitam realizar um curso de preparação psicossocial e jurídica, aprendendo sobre as necessidades emocionais de uma criança adotiva e sobre as responsabilidades que estão assumindo ao se tornarem pais.
- **Aproximação e convivência:** Após encontrar a criança que se adapte ao perfil mencionado pelo adotante, o que pode demorar ou não, variando de acordo com as especificações solicitadas, o juiz determina que exista um período de convivência antes da mudança de residência da criança. Assim, os adotantes visitam a criança no abrigo e convivendo algumas horas com ela diariamente. O tempo varia de acordo com as regras da vara da infância e da juventude, da opção do juiz e a dos pais, podendo durar alguns meses, mas em geral, não ultrapassam um ano.
- **Concretização da adoção:** Após o sucesso do estágio de convivência acima citado, o juiz determina a adoção, a qual será desfeita apenas se estes pais perderem o poder familiar sobre a criança. Assim sendo, o adotante passa a ter a mesma condição de filhos biológicos.

Quando o candidato é reprovado, criam-se dois grupos, que ficam subdivididos em *inaptos* e *inidôneos*. O primeiro grupo são aqueles sem preparo suficiente para a adoção. Geralmente são indicados para algum serviço de acompanhamento psicoterápico, grupos de reflexão e apoio, podendo ser reavaliados futuramente. Já os classificados como *inidôneos*, são os que apresentarem comprometimento psíquico, cometeram faltas ou delitos graves, representando assim, riscos para o futuro filho. Neste caso, não há direito de reavaliação, ficando excluído do cadastro de pretendentes à adoção. (FERREIRA e GHIRARDI, 2008)

Tais medidas são necessárias para garantir as necessidades reais da criança e não do adotante, visto que busca-se assegurar as melhores condições de desenvolvimento e encontrar uma família que possa criar laços afetivos e proporcionar os direitos apontados na Constituição Federal, como citado anteriormente, pretendendo assim evitar que o adotando venha a ser “devolvido” e este viva mais um momento traumático de separação, como explica Ferreira e Ghirardi (2008):

A ameaça de que a devolução possa efetivamente ocorrer, quando se torna frequente no discurso dos pais adotivos, imprime na criança/adolescente uma reedição de sua vivência de abandono, trazendo dor e sofrimento a todos os envolvidos. Apesar da irrevogabilidade da sentença da adoção, a devolução da criança ou do adolescente é uma realidade em alguns contextos da adoção e compromete a continuidade do vínculo pais/filhos adotivos. (p.14)

Algumas pessoas consideram o processo de adoção muito demorado, inviabilizando a busca deste através de métodos legais. Além do período de convivência, onde a nova família poderá criar laços afetivos, esta demora também está relacionada ao perfil de criança escolhida para adoção. Assim, primordialmente, bebês ou com no máximo dois anos de idade, e, secundariamente, que sejam de cor branca e do sexo feminino, estão na lista de preferências dos adotantes. Menos de 1% dos candidatos está disposto a acolher um adolescente. Tal situação é contrastante com a realidade, visto que, apenas 4,15% das crianças disponíveis para adoção têm de zero a três anos. Assim, tem-se a seguinte proporção das crianças disponíveis para adoção: 4,15% têm de zero a três anos; 6,29% têm de quatro a seis anos; 12,21% têm de sete a nove anos e 77,31% têm acima de dez anos. (BRASIL, 2013)

Isto posto, muitas pessoas optam por recorrer a adoção sem uso dos métodos legais, chamada de *adoção à brasileira*. Este procedimento baseia-se em registrar como filho biológico uma criança, sem que ela tenha sido concebida como tal. Além disso, pode encobrir casos de venda e/ou tráfico de crianças. O juiz Sérgio Kreuz, informa que este tipo de adoção traz prejuízos a criança adotada, visto que por vezes os adotantes são despreparados. Em contrapartida, elucida também que intervir em alguns destes casos, retirando a criança da família, pode ser ainda mais prejudicial

ao menor, pois o vínculo afetivo familiar já está enraizado. Nestes casos, é mais aconselhável regularizar a situação, tendo como princípio o melhor interesse da criança. (BRASIL, 2013)

Situações como estas configuram crime, conforme artigo 242 do Código Penal, e pode resultar em pena de dois a seis anos, porém, não há registros de tal condenação no Brasil, visto que, o único parágrafo deste artigo dispõe que “se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza” a pena pode ser reduzida de um a dois anos de reclusão, podendo ainda o juiz deixar de aplicar a pena. Gera-se assim, um crime que não é punível na prática. (FIGUEIREDO, 2011, p. 34)

Ferreira e Ghirardi (2008) ressaltam ainda que a adoção à brasileira pode ser revertida em favor da família biológica, pois esta tem o direito de reaver a criança caso não a tenha doado mediante consentimento legal ou não tenha sido destituída do poder familiar.

As autoras supracitadas evidenciam a existência de três tipos de adoção, sendo elas a adoção tardia, adoção direta, a adoção internacional:

- Adoção tardia: que consiste na adoção de crianças maiores de dois anos ou de adolescentes;
- Adoção direta: é aquela onde a mãe biológica determina para quem deseja entregar seu filho. Há juízes que entendem que este tipo de adoção é desaconselhável, visto que fica difícil avaliar se a escolha da mãe foi espontânea ou impulsionada, ou ainda se os candidatos escolhidos são adequados, além de não descartar a possibilidade de existência de tráfico de crianças;
- Adoção internacional, que é aquela realizada por famílias estrangeiras. Esta modalidade está limitada a aprovação pelas Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional (CEJAs e CEJAI).

De acordo com dados de 2013, existem 29.164 pretendentes no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Em contrapartida, existem mais de 44 mil crianças vivendo em abrigos e/ou unidades de acolhimento e, deste total, 5.465 estão cadastradas no CNA, aptas a adoção, a espera de uma família. Mesmo com a proporção de 5,33 famílias para cada criança, estas adoções não acontecem facilmente devido incompatibilidade dos perfis adotante e adotando. A maioria dos pretendentes busca por crianças pequenas entre zero e cinco anos, e, do total de crianças aptas para adoção, menos de 9% tem este perfil, o que torna a idade um fator fortíssimo para exclusão e desmistifica a crença de que o maior entrave para adoção acontece por questões raciais. (BRASIL, 2013)

O grande número de crianças em residentes em unidades de acolhimento, e não aptas à adoção, deve-se ao fato ter se constatado situação de risco ou abandono com o menor no núcleo familiar, contudo, não ainda foi realizada a destituição do poder familiar, visto que a lei exige que

o juiz busque todas as alternativas possíveis de reinserção na família biológica ou ampliada<sup>2</sup> antes da criança estar disponível para adoção. Assim, é indicado que o poder público tome providências para ajudar a solucionar o problema, o que exige uma extensa rede interprofissional que possa atuar nos mais diferentes conflitos, buscando assim, a recuperação dos pais/responsáveis para futuro retorno do filho à seio familiar. (BRASIL, 2013)

Maux e Dutra (2010) elaboram uma crítica a esta posição de supervalorização dos aspectos biológicos em detrimento das questões afetivas. Citam que a adoção só ocorre quando se esgotam as possibilidades de continuidade da criança no meio familiar, o que prioriza os laços consanguíneos, imprimindo uma visão preconceituosa em relação à adoção, considerando-a falsa ou ilegítima. As autoras elucidam ainda que esse engrandecimento dos “laços de sangue” é uma herança cultural adquirida ao longo dos tempos através do conceito de modelo biológico de formação familiar, este sendo superior a qualquer outro, pois assim, haveria a continuidade dos genes da família, com representação física semelhante aos pais.

Associado a esta compreensão, está o medo do que não se sabe, ou seja, o desconhecimento da herança genética do adotando, possibilita a chance de adotar alguém com “sangue ruim”, ou seja, que contenha traços comportamentais e personalidade diferente da família adotante, como explicam as autoras:

O sangue do outro me é desconhecido e, conseqüentemente, as características que esse outro possui. E o que é desconhecido fomenta fantasias, muitas vezes ameaçadora. Assim, não é incomum os pais adotivos culparem os pais biológicos (o “sangue ruim” ou inferior) pelas dificuldades ou quaisquer outras questões vistas como negativas na vida do filho. Por outro lado, logo esquecem os laços de sangue entre o filho e os pais biológicos deste quando acontecem as vitórias. Nossa prática atendendo famílias adotivas tem mostrado que há pais adotivos que se mostram muito orgulhosos da educação dada ao filho quando este consegue êxito, normalmente relacionado às questões de ensino-aprendizagem ou sucesso esportivo. (MAUX e DUTRA, 2010, p. 365)

Diante da observação das autoras acima, pode-se relacionar então que a sobreposição dos laços biológicos sobre os laços afetivos está enraizada em questões preconceituosas em relação a comportamento e personalidade, ou ainda, serve de esQUIVA de si mesmo, pois aceitar o erro do filho biológico, como citado acima, implica em reconhecer sua própria incapacidade de estabelecimento de regras, limites e educação, visto que diante das questões negativas em relação

---

<sup>2</sup> Família ampliada ou extensa é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (ECA, 2014)

ao filho adotivo, a tendência é culpar os pais biológicos, ou o “sangue ruim” (Maux e Dutra, 2010; Levinzon, 2004)

Maux e Dutra (2010) expõem ainda que esse enobrecimento dos vínculos de sangue está intimamente ligado ao medo do abandono e as dificuldades para revelar ao filho sobre sua história de vida. “Os pais, cujo filho é adotivo, muitas vezes se sentem inseguros sobre os vínculos afetivos desenvolvidos entre eles, fantasiando que um dia o filho deseje conhecer os pais biológicos e, caso esse encontro venha a acontecer, o ‘sangue’ fale mais alto e ele opte por ficar com a ‘família de sangue’” (p. 367-368) Esse medo da troca influencia também na imposição de regras e limites, pois, tem receio que o filho se chateie com tais cobranças e decida ir embora de casa. Este mesmo medo é o que impulsiona muitos pais a não falarem sobre a adoção aos filhos.

Levinzon (2004) também corrobora desta ideia, entendendo que existe a convicção social de que os laços biológicos são os melhores para a criança, sendo os pais adotivos inabilitados a assumir a paternidade destes. Já os pais adotivos sentem que precisam a todo tempo comprovar que são bons pais. Contudo, o autor alerta que deve-se ser cauteloso ao expor diferenças entre famílias biológicas e adotivas, não culpando os pais ou a criança por todas as adversidades ocorridas, pois isso tende a estigmatizá-los.

Enfatizando os aspectos do preconceito, Figueiredo (2011) afirma que estes estão arraigados em uma herança cultural, para a qual se faz necessário, intervenções multidisciplinares, que, ao longo do tempo, irão formar na sociedade, um novo conceito sobre adoção, sendo este desprovido de preconceitos e estigmas.

Como cita Costa (2003), é mais significativo que se verifique com intensidade a capacidade e disponibilidade do pretendente a adoção em oferecer carinho, amor, cuidado, afeto, atenção, educação, atenção, proporcionando um lar saudável e acolhedor. Segundo sua raciocínio, não existem pais perfeitos, tanto adotivos quanto biológicos. Neste caso, se o casal homoafetivo tem capacidade para dedicar-se com amor, agregado aos pré-requisitos instituídos pela lei, não há motivo para indeferir a adoção para o mesmo, pois, nas palavras do autor, ser acolhido e bem cuidado, criando os laços afetivos como descrito acima, “é tudo que uma criança institucionalizada quer e precisa”. (p. 46)

## **5. ADOÇÃO POR HOMOSSEXUAIS: POSSIBILIDADES REAIS E IMPLICAÇÃO DO PRECONCEITO**

Conforme exposto, as configurações familiares homoafetivas estão cada vez mais notáveis na sociedade e estas, geralmente, vem acompanhada pelo desejo de filhos.



Por mais que a união de casais homoafetivos tem estado cada vez mais estável e digna, contrariando uma visão social de que estes levam uma vida promíscua, conforme apontado por Figueiredo (2011), a concepção de família presente na sociedade ainda prioriza a sua constituição pelo homem, mulher e filhos, excluindo-se ainda a família ampliada.

Tal pensamento pode ser comprovado na atualidade com a pesquisa em andamento da Câmara dos Deputados, onde praticamente metade dos participantes, de uma população de mais de quatro milhões de participantes, concordam que a família deve ser composta por homem e mulher, excluindo-se, portanto, as famílias homoparentais. (BRASIL, 2014)

Para Mello (2005), esta ideia de rejeição deve-se ao fato de que casais homoafetivos se tornarem pais/mães significa para muitas pessoas uma inaceitável e ameaçadora apoderação de instituições e de valores, que tem servido de modelo para as normas heterossexuais. Completa ainda, afirmando que essa reprovação é fundada em “preconceitos e resistências fantasmáticas a uma suposta homossexualização da sociedade”. (p. 44)

Mesmo existindo uma determinação na Constituição Federal que proíbe todo tipo de discriminação, dentre elas, a discriminação por orientação sexual, o que se percebe em relação a esta última é exatamente o contrário, visto que Figueiredo (2011) aponta que a há um movimento intenso que luta contra a aprovação da adoção para homossexuais, baseando-se em justificativas sem fundamento lógico, como a afirmativa de que os adotados tenderão a ser homossexuais.

No intuito de desmistificar a premissa acima, vale citar a nota da Associação Psiquiátrica Americana (APA), a qual aponta resultados de pesquisas realizadas com filhos adotivos de famílias homoparentais:

A Associação Psiquiátrica Americana (APA), (...) em comunicado declara: ‘A APA apoia iniciativas que permitam a casais de mesmo sexo a adoção de crianças ou custódia de filhos e apoia todos os direitos legais, benefícios e responsabilidades associados ao fato e que sejam consequência de tais iniciativas’. (...) O comunicado cita ainda os 30 anos de pesquisa que comprovam que filhos criados por pais gays ou lésbicas têm o mesmo desenvolvimento que os outros. (...) Em 2000, a associação recomendou oficialmente que os estados americanos reconhecessem legalmente os casais de mesmo sexo. (COSTA, 2003, p. 45),

Castro (2008) também responde esta questão, informando que a função parental não está relacionada ao sexo (masculino ou feminino), mas sim no modo como os cuidadores conduzem as práticas de poder e hierarquia com os filhos, com imposição de limites e disciplinas, controle de comportamentos e tomada de decisão. Tais atitudes influenciam na percepção da criança de si



mesmo, na autoafirmação e favorece a individualidade, e tais práticas não tem relação com orientação sexual dos pais.

Esta autora apresenta ainda outra razão para a resistência social em reconhecer a família homoparental, que é o medo de que a criança seja estigmatizada, difamada e/ou vítima de humilhações no meio social inserido, como nas escolas, com vizinhos e colegas, o que lhe causaria traumas psíquicos ou problemas de retraimento.

Para refutar as questões acima apresentadas, utiliza-se da fala de Maria Berenice Dias, a qual afirma que tais afirmativas não tem respaldo científico, postulando:

Não foram constatados quaisquer efeitos danosos ao desenvolvimento moral ou à estabilidade emocional decorrentes do convívio com pais do mesmo sexo. Também não há registro de dano sequer potencial, ou risco ao sadio desenvolvimento dos vínculos afetivos. Igualmente nada comprova que a falta de modelo heterossexual acarretará perda de referenciais a tornar confusa a identidade de gênero. Diante de tais resultados, não há como prevalecer o mito de que a homossexualidade dos genitores gere patologias na prole. Assim, nada justifica a visão estereotipada de que a criança que vive em um lar homossexual será socialmente estigmatizada ou terá prejudicada a sua inserção social. (DIAS, 2008)

Percebe-se, portanto que a crença popular referente aos traumas psíquicos não tem alicerce científico, e que desse modo, pode-se inferir que tais pensamentos baseiam-se em convicções de uma sociedade embebida em preconceito contra a homossexualidade.

Mesmo diante destas barreiras preconceituosas, tanto no que se refere à família homoparental quando aos objetivos da constituição familiar como entidade para procriação, vagarosamente, tem-se inserido no imaginário social o entendimento de que a reprodução não é a finalidade única do casamento, valorizando-se a relação afetiva do casal, apoio mútuo, e companheirismo entre os cônjuges. (MELLO, 2005)

E, atrelado a isso, a homoafetividade vem tendo cada vez mais visibilidade, o que motiva as pessoas a assumirem sua orientação sexual e buscar realizar o sonho da constituição familiar seja com filhos ou não. (CASTRO, 2008)

Santos e Manzi-Oliveira (2009), em sua pesquisa, concluiu que o desejo destes casais pela adoção é decorrente da construção afetiva do casal, onde, exercer a paternidade/maternidade seria a realização de um desejo pessoal e também o passo seguinte das conquistas afetivas e amorosas, oferecendo a continuidade da família constituída.

Nesta pretensão da constituição familiar, existem três possibilidades do casal homossexual tornarem-se pais, sendo elas: já tendo tido filhos em alguma relação heterossexual anterior; através de tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial; ou, por fim, através da adoção. (UZIEL, 2007)

Neste quesito, lembra-nos Figueiredo (2011) que adoção por casais homossexuais não tem amparo legal específico para esse público, todavia, também não há lei que o proíba, como já citado anteriormente, visto que o ECA (2014) afirma que qualquer pessoa maior de dezoito anos pode adotar, independente do estado civil.

Acontece que a união homoafetiva, por não ser entendida com entidade familiar, não permite a adoção da criança por ambos os pais homoafetivos. Assim, apenas um deles teria que iniciar o processo de adoção, fazendo com que, ao final, a criança tenha em seu registro, a filiação apenas daquele que solicitou a adoção. (FERREIRA e GHIRARDI, 2008)

Conforme discorre Furlanetto (2006), é primordial fazer uso do princípio da igualdade apontado no artigo 5º da Constituição Federal, que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” bem como do artigo 43º do ECA (2014) que afirma: “A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos” (p. 22), com intuito de garantir a não incidência de aspectos preconceituosos no que tange a adoção para homoafetivos.

Assim, o setor jurídico tem entendido que estas premissas constitucionais são a base para que não existam restrições quanto à adoção por homossexuais. Considerando-se, portanto, os parâmetros já existentes para inscrição de candidato à adoção, a lembrar, o cadastro, entrevistas psicossociopedagógicas, participação de grupos, estagio de convivência, observação do ambiente familiar adequado, e o que mais o juiz julgar necessário, primando pelo melhor interesse do adotando. (FIGUEIREDO, 2011)

O autor supracitado menciona ainda que o ambiente familiar adequado não tem relação direta com a orientação sexual, pois pode-se perceber que casais homossexuais levam vidas ajustadas, diferentemente dos padrões preconcebidos e estereotipados generalizados pela sociedade, sem que sua sexualidade influencie negativamente no adotando. O contrário também pode ser verdadeiro, ou seja, heterossexuais, enquadrados como normais, podem ter comportamento sexual que acabam influenciando de modo desfavorável a criança adotada. O autor cita como exemplo, comportamentos ninfomaníacos, vida sexual promiscua, agressões sexuais, morais e/ou físicas, ou ainda, determinadas práticas sexuais como sadomasoquismo, pedofilia, sexo grupal, dentre outros.

Segundo Nazaré (2008), o entendimento de juízes tem mudado consideravelmente, ao levarem em consideração o princípio de igualdade e de dignidade humana bem como as

necessidades do menor, usando como base a concessão de adoção em 2005, a um casal de mulheres homossexuais em Bagé-RS. Na ocasião, uma das mulheres já era mãe adotiva legalmente, e decidiram lutar na justiça para que sua companheira fosse também declarada legalmente com mãe das crianças, garantindo assim aos filhos os direitos de filiação de ambas as mães. A Apelação Civil n.º 70013801592 (anexo II), foi finalizada com decisão favorável ao casal.

Furlanetto (2006) cita ainda dois casos a favor da adoção por homossexuais. O primeiro aconteceu em 2004 no Distrito Federal, onde foi concedida a guarda de uma criança a um homossexual, sob a alegação que a orientação sexual do mesmo não interferiria no cuidado e desenvolvimento da criança. A outra situação, ocorrida em 2005, refere-se aprovação da inscrição de um casal homossexual no cadastro de pretendentes a adoção.

Percebe-se assim, que as decisões jurídicas, por mais que inexista lei específica sobre o assunto, tem se baseado nas diretrizes legais do ECA, investigando os requisitos nele determinados, analisando o comportamento dos requerentes e privilegiando a inserção do menor em uma família adequada, independente de orientação sexual.

Diante do exposto, percebe-se que, a lentos passos, vem acontecendo transformações no modo de se pensar a família bem como o entendimento das famílias homoparentais. Contudo, vale reproduzir o pensamento de Mello (2005) o qual conclui que “enquanto não se reconhecer que a homossexualidade é uma das alternativas possíveis no campo polimorfo e múltiplo das vivências amorosas humanas, e não uma modalidade nefasta do conjunto das perversidades psicossociais, a luta de gays e lésbicas pelo direito à socialização de crianças continuará encontrar fortes resistências”. (p. 48)

Perante o que já foi apresentado, tem-se subsídios para retomarmos à dúvida apresentada anteriormente, que indaga “Pensando desta forma então, o que garante que casais homossexuais, monoparentais e outras tantas combinações surgidas ao longo do desenvolvimento das sociedades, não tem a competência necessária para cumprir tais obrigações familiares?”

Inúmeras evidências foram apresentadas neste capítulo capazes de responder tal questão, contudo, quer-se acrescentar ainda a conclusão de Ferreira e Chalhub (2010), que mencionam ser necessário considerar que “casais homoafetivos não são nem mais qualificados nem menos para cuidar de uma criança, o que importa é o respeito, a responsabilidade, harmonia e o amor existente nessa família” (p. 43)

Importante ainda referenciar Fernández e Vilar (2004), os quais, baseados em pesquisas da APA, difundem que pais homossexuais são capazes de proporcionar ambientes saudáveis e protetores aos seus filhos – sendo seu desenvolvimento semelhante ao dos filhos criados por casais heterossexuais nos aspectos emocional, cognitivo, social e sexual. Ressalta também que os filhos de pais homossexuais (homens ou mulheres) mantêm relações sociais normais com colegas e

adultos. Não encontrando, portanto, desvantagens em relação aos filhos criados por pais heterossexuais.

## **6. A PSICOLOGIA NA ERRADICAÇÃO DO PRECONCEITO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA**

Embasado nos dados até aqui apresentados, os quais contemplaram a imensurável metamorfose do entendimento do homossexual, da dinâmica familiar e do propósito da adoção, quer-se então discorrer sobre como o profissional psicólogo pode atuar nestes novos contextos sociais e familiares, bem como no processo de autoaceitação, no caso dos homossexuais.

De início, pode-se relembrar a resolução 001/99 do CFP (1999), que, conforme já citado, proporcionou diretrizes aos psicólogos proibindo a cura de homossexuais, por entender que a mesma não é uma doença. Com tal determinação, a psicologia aderiu à luta contra a homofobia em todos os campos de atuação do profissional psicólogo. Fez-se assim deste profissional um aliado na promoção do direito de ser homoafetivo, condenando qualquer ato homofóbico contra esse público. (GEANTOMASSE e BERVIQUE, 2010)

Como cita Picazio (1998), comumente, a sociedade tenta determinar o que é certo pela existência da maioria, o que faz com que muitas pessoas acabem tentando se encaixar neste “certo”, comportando-se de modo discordante do que deseja realmente, assim, acabam por viver em uma incongruência. Dessa forma, casais homoafetivos que não conseguem se libertar destas amarras sociais, acabam por viver, de certo modo, de modo incongruente.

Esta incongruência, termo este postulado por Rogers, está relacionada à possibilidade do sujeito não ser ele mesmo nas relações estabelecidas com os outros, descartando seus sentimentos reais. Dessa forma, não há meios de viver plenamente e buscar a auto realização, se o indivíduo não age de acordo com sua essência. Assim, a autoaceitação está intimamente ligada com a congruência. Diante disso, o psicólogo pode e deve auxiliar este indivíduo no caminho do auto aceitação, fazendo ele próprio, uso da aceitação incondicional do outro, que valoriza o outro como ele é, em sua essência, respeitando-o e acolhendo-o sem impor qualquer condição. (FELDMAN, 2006)

Este trabalho do psicólogo atuará diretamente no crescimento individual do cliente, bem como daqueles a sua volta, pois, como exemplifica Picazio (1998), aqueles que “têm a liberdade de exercerem suas diferenças, acabam criando muito mais do que se vivessem oprimidas, e dessa forma geram riquezas de maneiras inesperadas e incalculáveis”. (p. 16)

Ou ainda, como explana Rosenberg (2005), a prática da psicoterapia com viés libertador tem proporcionado ao indivíduo a expressão por completo de seus sentimentos reais, constatando que é possível viver alicerçado em seus próprios sentimentos, abandonando as máscaras e fachadas de defesa, o que permite, por consequência, viver de forma congruente e estabelecer relações verdadeiras com outras pessoas. Assim sendo, o mesmo poderá experienciar novas direções e ações mais autênticas, corajosas, e, sobretudo, menos subordinadas às expectativas normatizadas socialmente.

Em relação à presença dos filhos, uma boa convivência entre pais e filhos adotivos também depende do motivo que os levou a adotar. Não é razão suficiente para um casal homossexual (ou mesmo heterossexual), adotar uma criança apenas para fazer o bem, ou para ajuda-la a sair de uma instituição de acolhimento, pois a experiência de filiação esta ancorada em vivências, emoções e criação de laços afetivos ao longo do tempo. Caso o casal não tenha o desejo de serem pais, assim como com filhos biológicos, o filho adotivo não sentirá que tem o seu lugar na família e não que é resultado de uma “boa ação” dos pais. Tal situação pode gerar um peso a ser carregado pela criança, impossibilitando-a ainda de exprimir seus sentimentos de raiva, rivalidade e competição. Desse modo, o psicólogo pode auxiliar a elucidar as motivações deste casal, ajudando a criar um espaço saudável para o convívio familiar. (LEVINZON, 2004)

Vale mencionar ainda a opinião de Geantomasse e Bervique (2010), os quais enfatizam que a postura do psicólogo, enquanto agente de mudança e defensor da livre escolha sexual, destituída de estigmas e preconceitos, o induz a atuar de forma educativa, preventiva e terapêutica. Na educação, expondo informações à população para que esta compreenda a homoafetividade como direito individual de cada pessoa. Trabalhará na prevenção, buscando conter o alastramento da homofobia, bem como o surgimento de novos ideais homofóbicos. E ainda, contribuirá de forma terapêutica a fim de atenuar o sofrimento dos homossexuais, resultantes do ódio e preconceito de terceiros.

Pagar Gomes e Melo (2011) o psicólogo deve zelar pela saúde e bem estar tanto de adotantes como adotandos, contribuindo para a fluidez da dinâmica familiar e interação social de todos os membros. Dessa forma, um trabalho do profissional de psicologia é propiciar a adaptação da criança ao seu meio social e não promover uma mudança social.

Por fim, quer-se ressaltar a importância das produções científicas, visto que Ferreira e Chalhub (2010) apontaram a carência e escassez em relação a estudos na área da psicologia, bem como pesquisas do ponto de vista da criança no que tange ao processo adotivo, pois esta é a parte mais importante deste processo.

## 7. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de pesquisa bibliográfica, realizada através de busca de artigos em periódicos nacionais. Disponíveis em: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Portais Governamentais Brasileiros.

As buscas foram realizadas no período de agosto a dezembro de 2014, com os seguintes descritores: “adoção por casais homoafetivos”; “adoção homoparental”; “história da homossexualidade”; “história da adoção” e “contribuições da psicologia em famílias homoparentais”.

Como critério de inclusão dos artigos, buscaram-se trabalhos publicados a partir de 1999, com textos em português, inglês e espanhol, não se restringindo apenas aos trabalhos no campo da Psicologia, priorizando assim o estudo interdisciplinar, pois, além de oferecer uma visão integral do assunto, este é objeto de estudo de outros campos do saber, como Serviço Social, Direito e Sociologia.

Foram definidos como critério de exclusão aqueles artigos diferentes da temática principal, com data inferior a 1999, bem como trabalhos de áreas diferentes das citadas acima, com exceção da carta de Freud publicada em 1951, inserida para enriquecer o trabalho.

Além de artigos científicos, fez-se uso de livros, resumos publicados em anais de congressos, teses, dissertações, monografias, notícias e da Bíblia Sagrada, a fim de contemplar fatos ocorridos na atualidade e também apresentar bases históricas de temas mais antigos como homossexualidade, família e adoção, apresentando, portanto, dados que remontam a era antes de Cristo até a atualidade.

Para os livros, foram critérios de exclusão aqueles publicados anteriormente ao ano de 1989, em exceção da Bíblia, que data de 1982 e os que fogem ao tema deste trabalho.

## 8. CONCLUSÃO

O tema da adoção por casais homoafetivos é atual e um tanto quanto extenso, não sendo possível e nem a finalidade deste trabalho, esgotar a discussão sobre este assunto. Ao contrário, buscou-se apresentar diferentes visões acerca desta temática, para estimular e expandir as reflexões acerca desta questão.

Pode-se constatar que a homossexualidade passou por vários entendimentos ao longo dos tempos, tendo sua prática tolerada e/ou aceita, depois considerada crime e condenada, também

conceituada como doença, e, por fim, na atualidade não há impedimento contra sua prática. Contudo, a herança cultural e religiosa da sociedade, envolta em preconceito, faz com que estes sujeitos ainda sejam estigmatizados e marginalizados, vítimas de violência e crueldade apenas pelo fato de serem homossexuais.

Mesmo assim, essa população vem ganhando espaço na sociedade, lutando pelos seus direitos como cidadãos e em busca de seu lugar como seres humanos iguais aos demais. A legalização da união homoafetiva é prova do avanço desta causa e as intenções em adotar e constituir família, hoje já podem ser consideradas realidade.

Notou-se também que o objetivo adoção, percorreu diferentes caminhos, tendo, finalidades de continuidade da descendência, disponibilizar filhos para casais inférteis, obter mão de obra barata atrelado a cumprir o papel social da caridade, bem como oferecer melhores condições às crianças enviando-as para famílias mais favorecidas financeiramente, sem, contudo, igualá-las aos filhos biológicos. Por fim, entendeu-se que na adoção deve se sobressair e prevalecer o maior benefício para a criança. Ainda há a tendência a considerar o que “é melhor para a criança” baseada no padrão de família nuclear, de pai, mãe e filhos, excluindo-se, portanto, as famílias homoparentais. Todavia, variações neste pensamento vêm acontecendo gradativamente.

De certo modo, a adoção por famílias homoparentais é possível legalmente, pois nada há, em nenhum conjunto de leis do país que proíba tal situação. Há sim, especificações e requisitos necessários aos candidatos à adoção, sejam hetero ou homossexuais, contudo, nenhuma delas baseada em orientação sexual, possibilitando assim que, independente desta, todos possam se adequar, e tornarem-se aptos após avaliação da equipe multidisciplinar jurídica.

É notória a necessidade de mudança em âmbitos jurídicos e sociais, contudo, paulatinamente, os legisladores vêm acompanhando as transformações familiares e buscando se aplicar o Direito aos acontecimentos da vida real, priorizando o melhor interesse da criança e suas reais necessidades, que são pertencer a uma família capaz de oferecer proteção, carinho, amor, cuidados, educação, dignidade, respeito, harmonia, afeto, ou seja, ter um lar saudável e acolhedor, condições estas, perfeitamente possíveis de serem cumpridas por famílias homossexuais, como demonstradas ao longo do texto, visto não existirem evidências que provem o contrário, mas sim, pesquisas científicas constatando essa possibilidade.

Assim sendo, pode-se afirmar que não há um modelo padronizado de família apta a adoção, existem sim, crianças desejosas de uma família que os acolha, adultos motivados a serem pais e oferecer um lar amoroso e aconchegante, dotado das condições básicas para o desenvolvimento saudável dos filhos.

Quanto ao profissional psicólogo, cabe compreender e acompanhar tais transformações familiares, auxiliar no processo de interação familiar de todos os membros quando necessário e



desmitificar conceitos difundidos pela população sobre traumas e desenvolvimento psicossóciosexual danosos. Além disso, deve atuar sempre que possível com mecanismos que promovam o combate a homofobia, bem como a estigmatização das famílias homoparentais, as quais podem ser dotadas de afeto, responsabilidades e cuidados como qualquer uma.

Quer-se enfatizar, por fim que, constituir e pertencer a uma família são direitos de todo cidadão, adultos, adolescentes ou crianças, hetero ou homossexual, solteiros ou casais, todos tem garantido pela Constituição Federal esse direito. Resta que a sociedade dispa-se da capa do preconceito e perceba que não é a orientação sexual do indivíduo que norteará o desenvolvimento psíquico e social saudável, mas sim a capacidade de doar-se enquanto família, promovendo um lar baseado no respeito e amor ao próximo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BIBLIA.** Português. Tradução por Centro Bíblico Católico. 41. ed rev. por Frei Joao José Pereira de Castro. São Paulo, Ave Maria: 1982. 1631p.

BALESTERO, Gabriela Soares. O casamento como um instituto de direito civil: a homoafetividade; **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões.** v. 22, n.º 22. Bimestral, jun/jul. Porto Alegre: Magister Ltda, 2011

BOTTOLI, Cristiane, et al. Transformações da família nuclear para a família contemporânea: novas configurações. In: 5º Interfaces no fazer psicológico direitos humanos, diversidade e diferença. v. 1, 2012, Santa Maria. **Anais.** Santa Maria, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** D.O.U. de 05/10/1988. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra gltb e promoção da cidadania homossexual.** Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Supremo reconhece união homoafetiva.** Notícias STF. Brasília, 2011a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931#>

\_\_\_\_\_. **Projeto de Decreto Legislativo n. 234, de 06 de junho de 2011.** Susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, 6 jun 2011b.

\_\_\_\_\_. Adoção: mudar um destino. In: **Em** \_\_\_\_\_ **ão: Revista de audiências públicas do Senado Federal**. Ano 4. N. 15. SEEP, 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Agência Câmara Notícias**. Brasília, 2014.  
Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/462211-ENQUETE-SOBRE-ESTATUTO-DA-FAMILIA-BATE-RECORDE-DE-ACESSOS-AO-SITE-DA-CAMARA.html>

BRESCIANI, Eduardo. Em ato contra gays, Silas Malafaia diz que união homoafetiva é crime. In: **O Estadão**. Jun, 2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/gera,l,em-ato-contra-gays-silas-malafaia-diz-que-uniao-homoafetiva-e-crime,1039203>

BROCARDI, Marcia Iny de Souza. **Homossexuais femininas: a luta pela conquista de direitos e a construção da identidade de gênero**. 2006. 73p. Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Serviço Social. Florianópolis, 2006.

CASTRO, Maria Cristina d'Avila de. A adoção em famílias homoafetivas. In: **Adoção: um direito de todos e todas**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008. 52p.

CECCARELLI, Paulo Roberto. FRANCO, Samuel. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas-estudos gays, gênero e sexualidade**. n. 5, p. 119-129. Natal, 2010.

**CFP-CONSELHO REEIONAL DE PSICOLOGIA**. Resolução 001/99 Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, 22 mar 1999.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CINTRA, Maria do Rosário Leite. Comentado o artigo 19 do ECA. In: CURY, Munir (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros, 2008.

CNBB, Conferência Nacional dos bispos do Brasil. **Bispos reagem à resolução do Conselho Nacional de Justiça que converte união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento**. 2013. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/imprensa-1/noticias/11992-bispos-reagem-a-resolucao-do-conselho-nacional-de-justica-que-converte-uniao-estavel-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-em-casamento>

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro nacional de adoção: guia do usuário**. 2009. 33 p.

COSTA, Tereza Maria Machado Lagrota. **Adoção por pares homoafetivos: uma abordagem jurídica e psicológica**. 2003. 82p. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior. Curso de Direito. Juiz de Fora, 2003

COSTA, Zora Yonara Torres. **Safo, Foucault e Butler: a construção do corpo político lesbiano**. 2011. 126p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CUNHA, Matheus Antonio da. O conceito de família e sua evolução histórica. **Portal Jurídico Investidura**. Florianópolis. 2010.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e profissão**. 2010, vol. 30 n. esp. p. 202-219.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

\_\_\_\_\_. **Adoção Homoafetiva**. Maria Berenice Dias [Site]. Porto Alegre: 2008.  
Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6\\_-\\_ado%E7%E3o\\_homoafetiva.p  
df](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/6_-_ado%E7%E3o_homoafetiva.pdf)

\_\_\_\_\_. Família homoafetiva. In: **Bagoas: revista de estudos Gays**. v.1 n.3. 2009.  
p. 39-63

ECA. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 12 ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 241p.

EPSTEIN, Robert. Ser ou não ser? **Viver: Mente & Cérebro**. v. 14, n. 165, São Paulo: Duetto Editorial, p. 40-45, out. 2006.

FALCAO, Luciene Campos. **Adoção de crianças por homossexuais: crenças e formas de preconceito**. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

FELDMAN, Clara. **Encontro: uma abordagem humanista**. 3 ed. BELO Horizonte: Crescer, 2006. 372 p.

FERNANDEZ, Rafael Portugal. VILAR, Alberte Araújo. Aportaciones desde la salud mental a la teoría de la adopción por parejas homosexuales. **Avances en Salud Mental Relacional**. v. 3, n. 2. 2004.

FERREIRA, Maria Regina Porto, GHIRARDI, Maria Luiza de Assis Moura. **Cartilha Passo a Passo: adoção de crianças e adolescentes no Brasil**. 2008. 25p.

FERREIRA, Katia Catrin Gomes. CHALHUB, Anderson. Contribuições da psicologia em relação à adoção de crianças por casais homoafetivos: uma revisão de literatura. **(Inter)Subjetividades**. v. 2, n. 2. 2010. p. 29-49

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. 1838 p.

FIGUEIREDO, Luiz Fernando de Barros. **Adoção para homossexuais**. Curitiba: Juruá, 2011. 138p.

FREUD, S. (1901-1905 [1989]). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. VII**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

FURLANETTO, Carolina Dietrich. **Adoção: aspectos jurídicos e sociais e a viabilidade jurídica para os homossexuais**. [S.I.]. 2006.

GEANTOMASSE, Fausto Martins. BERVIQUE, Janete de Aguirre. Homoafetivos x Homofóbicos: e a guerra continua... **Revista Eletrônica de Psicologia**. Ano VII, n. 14. 2010.

GOMES, Allyne Evellyn Freitas. MELO, Daniele Silva. Adoção homoafetiva: **Representações sociais sobre o trabalho do psicólogo e do profissional de Direito**. 2011. 71f. Faculdade do Vale do Ipojuca-FAVIP. Curso de Psicologia. Caruaru, 2011.

GRIZOTTI, Giovani. CTG de Livramento poderá ter casamento gay em setembro. **G1**. 10 de julho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/reporter-farroupilha/platb/2014/07/10/ctg-de-livramento-podera-ter-casamento-gay-em-setembro/>

GROTJAHN, M. Historical Notes: A Letter from Freud. In: **The American Journal of Psychiatry**. n. 10. 1951. p. 786-787. Disponível em: <http://www.pepweb.org/document.php?id=ijp.032.0331a>

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Família e casamento em evolução. **Revista Brasileira de Direito de Família**. n.1. Editora Síntese, 1999

IBOPE. **83% da população é a favor da redução da maioridade penal**. 2014. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/83-da-populacao-e-a-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.aspx>

JORNAL NH, **Movimento Tradicionalista Gaúcho divulga nota sobre polêmica de casamento gay em CTG**, 12 de setembro de 2014. Disponível em: [http://www.jornalnh.com.br/\\_conteudo/2014/09/noticias/rio\\_grande\\_do\\_sul/82846-movimento-tradicionalista-gaucha-divulga-nota-sobre-polemica-de-casamento-gay-em-ctg.html](http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2014/09/noticias/rio_grande_do_sul/82846-movimento-tradicionalista-gaucha-divulga-nota-sobre-polemica-de-casamento-gay-em-ctg.html)

LEVINZON, Gina Khafif. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MACEDO, Rosa Maria. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer. **Cad. Pesq.** 1994, n. 91. P. 62-68.

MALVEIRA, Jamille Saraty. Direitos humanos e as famílias contemporâneas. **Revista da FESP: Periódico de Diálogos Científicos**. v. 1, n. 13. João Pessoa: FESP, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade. PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001



MARQUES, Luciana Ribeiro. As homossexualidades na psicanálise. **Trivium-Estudos Interdisciplinares ciência, tecnologia e religião**. n. 2. 2010. p. 467-484.

MARTINEZ, Ana Laura Moraes. Famílias homoparentais: tão diferentes assim? **Psicologia em Revista**, n. 3, v. 19, Belo Horizonte, 2013. p. 371-388

MAUX, Ana Andréa Barbosa. DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Ano 10, n. 2. Rio de Janeiro, 2010.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 232p.

MESQUITA, Teresa Cristina Mendes de. **Homossexualidade: constituição ou construção?** 2008. 80p. Faculdade de Ciências da Saúde. Curso de Psicologia. Brasília, 2008.

MORAIS, Aldenise Bezerra de et al. **Adoção por casais homoafetivos: novos arranjos de família**. Natal, 2013

MOTT, Luis. CERQUEIRA, Marcelo. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003. 179 p.

\_\_\_\_\_. Homoafetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**. v. 14, n. 248, Florianópolis, 2006

NAZARÉ, Fernando. Aspectos jurídicos com relação à adoção por pais homossexuais. In: **Adoção: um direito de todos e todas**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008. 52p.

PICAZIO, Cláudio. **Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais**. São Paulo: Summus, 1998.

PIRES, Estêvão. Após incêndio em CTG, casamento gay é transferido para Fórum no RS. **G1**. 12 de agosto de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/09/casamento-gay-sera-realizado-no-forum-de-santana-do-livramento-rs.html>

PLATÃO. **O Banquete**. *Versão online*. Digitalizado por Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia).

PORTAL AMIGOS DA TRADIÇÃO. **PATRÃO** Designação dada ao presidente do Centro de Tradições Gaúchas. Disponível: <http://www.portalgaucho.com.br/?pg=15&dic=92>

RODRIGUES, Mariana Alvarenga; CARMO, Marta. A configuração do significado de família para homossexuais: um estudo fenomenológico. **Rev. abordagem Gestalt**. v. 19, n. 1, Goiânia, 2013.

ROSENBERG, Rachel. Introdução. [(1977) 2005] In: ROGERS, Carl R. **A pessoa como centro**. São Paulo, EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977. p. 1-25

SANTOS, Manoel Antônio dos. MANZI-OLIVEIRA, Alan Batistuta. Novas formas de parentalidade: adoção de crianças por casais homoafetivos. In: XVIII Congresso Latino-Americano FLAPG e X Sípósio CEFAS – Práticas institucionais na América Latina: casal, família, grupo e comunidade. Campinas. **Anais**. Campinas, 2009. 390 p.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Blumenau: Todolivre, 2009.

SILVA, João Ricard Pereira da. A parentalidade de cara nova: quando os homossexuais se decidem por filhos. In: **Adoção: um direito de todos e todas**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008. 52p.

SILVA, João da Silva e. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais**. 2011. 17 p. Centro de Ensino Superior do Amapá. Curso de Direito. Macapá, 2011.

SOUSA, Luana Neres de. **A pederastia em atenas no período clássico: relendo as obras de Platão e Aristófanés**. 2008. 113p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008

SOUZA, Daniel Barbosa lima Faria Corrêa de. **Famílias plurais ou espécies de famílias**. Clubjus, Brasília, 2009.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 271p.

THERBORN, Goran. O Retorno da coabitação e a revolução sexual. In: **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo; contexto, 2006. p. 285-331.

TORRAO FILHO, Amilcar. **Tríbadés galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história**. São Paulo: Summus, 2000. 297 p.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 224p.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. LACERDA, Paula Mendes. Uniões homoafetivas e homofobia. In: **O Social em questão**. Ano XI, n. 20. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 2008. p. 35-49.

VIVAS, Wilma Alves Santos. **As novas famílias: do patriarcado a monoparentalidade**. 2002. 142p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Ilhéus, 2002.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horiz. Antropol.** v. 12, n. 26, Porto Alegre , 2006.

## ANEXO I

### O CÓDIGO DE HAMURABI (cerca de 1780 ANTES DA NOSSA ERA)

**Fonte:** The Eleventh Edition of the Encyclopaedia Britannica, 1910 pelo Rev. Claude Hermann Walter Johns, M.A. Litt.D.

Quando Anu o Sublime, Rei dos Anunaki, e Bel, o senhor dos céus e da terra, que decretaram o destino da terra, assinalaram a Marduk, o todo-poderoso filho de Ea, deus de tudo o que é direito, o domínio sobre a humanidade, fazendo dele grande entre os Igigi, eles chamaram a Babilônia por seu nome ilustre, fizeram-na grande na terra, e fundaram nela um reino perene, cujas fundações são tão sólidas quanto as do céu e da terra; então, Anu e Bel chamaram por meu nome, Hamurabi, o príncipe exaltado, que temia a deus, para trazer a justiça na terra, destruir os maus e criminosos, para que os fortes não ferissem os fracos; para que eu dominasse os povos das cabeças escuras como Shamash, e trouxesse esclarecimento à terra, para assegurar o bem-estar da humanidade. Hamurabi, o príncipe de Bel sou eu, chamado por Bel sou eu, fazedor e promovedor de riquezas, que favorece Nipur e Dur-ilu, sublime patrono do E-kur; que restabeleceu Eridu e purificou a adoração do

E-apsu; que conquistou os quatro quadrantes do mundo, que fez grande o nome da Babilônia, que alegrou o coração de Marduk, seu deus a quem diariamente presta suas devoções em Sagila; descendente real de Sin, que enriqueceu Ur, o humilde e reverente que leva riquezas ao Gish-shir-gal; o rei branco, escuta de Shamash, o poderoso, que fez novamente as fundações de Sipar; que revestiu de verde as pedras tumulares de Malkat; que fez grande o E-babar, que é tal qual os céus, o guerreiro que guardou Larsa e renovou o E-babar, tendo a ajuda de Shamash. O senhor que garantiu nova vida a Uruk, que trouxe água abundante para seus habitantes, que levantou o topo de Eana, e assim aperfeiçoou a beleza de Anu e Inana; escudo da terra, que reuniu os habitantes espalhados de Isin; que colocou muitas riquezas ao E-gal-mach; o rei protetor da cidade, irmão do deus Zamama; que com firmeza fundou as fazendas de Kish, coroou de glória o E-me-te-ursag, dobrou os grandes tesouros sagrados de Nana, administrou o templo de Harsag-kalama; a cova do inimigo, cuja ajuda sempre traz a vitória; que aumentou o poder Cuthah; adorado do deus Nabu, que dá alegria aos habitantes de Borsippa, a Sublime; o que não se cansa por E-zida; o rei divino da cidade; o claro, o Sábio, que ampliou os campos de Dilbat, que colheu as colheitas por Urash; o poderoso, o senhor a quem o cetro e a coroa foram destinados, e que se cobre com os trajes da realeza; o eleito de Ma-ma; que fixou os limites do templo de Kish, que bem dotou as festas sagradas de Nintur; o provedor solícito que forneceu alimentos e bebidas para Lagash e Girsu, que ofereceu grandes oferendas de sacrifício para Ningirsu; que capturou o inimigo, o Eleito do oráculo

que cumpriu a predição de Hallab, que alegra o coração de Anunit; o príncipe puro, cuja prece é aceita por Adad; que satisfaz o coração de Adad, o guerreiro, em Karkar, que restaurou os vasos de adoração no Eudgalgal; o rei que deu vida à cidade de Adad; o guia de Emach; o rei principesco da cidade, o guerreiro irresistível, que deu vida aos habitantes de Mashkanshabri, e trouxe abundância ao templo de Shidlam; o Claro, Potente que penetrou na caverna secreta dos bandidos, salvou os habitantes de Malka da desgraça, e fixou os lares deste povo na abundância; que estabeleceu presentes de sacrifício puros para Ea e sua amada Dam-gal-nun-na, que fez seu reino grande para sempre; o rei principesco da cidade, que sujeitou os distritos do canal sobre o Ud-kib-nun-na Canal à vontade de Dagon, seu Criador; que poupou os habitantes de Mera e Tutul; o príncipe sublime que faz a face de Nini brilhar; que apresentou refeições sagradas à divindade de Ninazu, que cuidou de povo e das necessidades deste, que deu a eles um pouco da paz babilônica; o pastor dos oprimidos e dos escravos; cujos feitos encontram favor frente aos Anunaki no templo de Dumash no subúrbio da Acádia; que reconhece o direito, que governa pela lei, que devolveu à cidade de Assur seu deus protetor; que deixou o nome de Ishtar de Nínive permanecer em E-mish-mish; o Sublime, que reverentemente se curva frente aos grandes deuses; sucessor de Sumula-il; o poderoso filho de Sin-muballit; o escudo real da Eternidade; o poderosos monarca, o sol da Babilônia, cujos raios lançam luz sobre a terra da Suméria e Acádia; o rei, obedecido pelos quatro quadrantes do mundo; Adorado de Nini sou eu. Quando Marduk concedeu-me o poder de governar sobre os homens, para dar proteção de direito à terra, eu o fiz de forma justa e correta... e trouxe o bem-estar aos oprimidos.

### **CÓDIGO DE LEIS**

1. Se alguém enganar a outrem, difamando esta pessoa, e este outrem não puder provar, então que aquele que enganou deve ser condenado à morte.
2. Se alguém fizer uma acusação a outrem, e o acusado for ao rio e pular neste rio, se ele afundar, seu acusador deverá tomar posse da casa do culpado, e se ele escapar sem ferimentos, o acusado não será culpado, e então aquele que fez a acusação deverá ser condenado à morte, enquanto que aquele que pulou no rio deve tomar posse da casa que pertencia a seu acusador.
3. Se alguém trazer uma acusação de um crime frente aos anciões, e este alguém não trazer provas, se for pena capital, este alguém deverá ser condenado à morte.
4. Se ele satisfizer aos anciões em termos de ter de pagar uma multa de cereais ou dinheiro, ele deverá receber a multa que a ação produzir.
5. Um juiz deve julgar um caso, alcançar um veredicto e apresentá-lo por escrito. Se erro posterior aparecer na decisão do juiz, e tal juiz for culpado, então ele deverá pagar doze

- vezes a pena que ele mesmo instituiu para o caso, sendo publicamente destituído de sua posição de juiz, e jamais sentar-se novamente para efetuar julgamentos.
6. Se alguém roubar a propriedade de um templo ou corte, ele deve ser condenado à morte, e também aquele que receber o produto do roubo do ladrão deve ser igualmente condenado à morte.
  7. Se alguém comprar o filho ou o escravo de outro homem sem testemunhas ou um contrato, prata ou ouro, um escravo ou escrava, um boi ou ovelha, uma cabra ou seja o que for, se ele tomar este bem, este alguém será considerado um ladrão e deverá ser condenado à morte.
  8. Se alguém roubar gado ou ovelhas, ou uma cabra, ou asno, ou porco, se este animal pertencer a um deus ou à corte, o ladrão deverá pagar trinta vezes o valor do furto; se tais bens pertencerem a um homem libertado que serve ao rei, este alguém deverá pagar 10 vezes o valor do furto, e se o ladrão não tiver com o que pagar seu furto, então ele deverá ser condenado à morte.
  9. Se alguém perder algo e encontrar este objeto na posse de outro: se a pessoa em cuja posse estiver o objeto disser " um mercador vendeu isto para mim, eu paguei por este objeto na frente de testemunhas" e se o proprietário disse" eu trarei testemunhas para que conheçam minha propriedade" , então o comprador deverá trazer o mercador de quem comprou o objeto e as testemunhas que o viram fazer isto, e o proprietário deverá trazer testemunhas que possam identificar sua propriedade. O juiz deve examinar os testemunhos dos dois lados, inclusive o das testemunhas. Se o mercador for considerado pelas provas ser um ladrão, ele deverá ser condenado à morte. O dono do artigo perdido recebe então sua propriedade e aquele que a comprou recebe o dinheiro pago por ela das posses do mercador.
  10. Se o comprador não trouxer o mercador e testemunhas ante a quem ante quem ele comprou o artigo, mas seu proprietário trouxer testemunhas para identificar o objeto, então o comprador é o ladrão e deve ser condenado à morte, sendo que o proprietário recebe a propriedade perdida.
  11. Se o proprietário não trouxer testemunhas para identificar o artigo perdido, então ele está mal-intencionado, e deve ser condenado à morte.
  12. Se as testemunhas não estiverem disponíveis, então o juiz deve estabelecer um limite, que se expire em seis meses. Se suas testemunhas não aparecerem dentro de seis meses, o juiz estará agindo de má fé e deverá pagar a multa do caso pendente.

[Nota: não há 13ª Lei no Código, 13 provavelmente sendo considerado um número de azar ou então sacro]



14. Se alguém roubar o filho menor de outrém, este alguém deve l be condenado à morte.
15. Se alguém tomar um escravo homem ou mulher da corte para fora dos limites da cidade, e se tal escravo homem ou mulher, pertencer a um homem liberto, este alguém deve ser condenado à morte.
16. Se alguém receber em sua casa um escravo fugitivo da corte, homem ou mulher, e não trouxe-lo à proclamação pública na casa do governante local ou de um homem livre, o mestre da casa deve condenado à morte.
17. Se alguém encontrar um escravo ou escrava fugitivos em terra aberta e trouxelos a seus mestres, o mestre dos escravos deverá pagar a este alguém dois shekels de prata.
18. Se o escravo não der o nome de seu mestre, aquele que o encontrou deve trazê-lo ao palácio; uma investigação posterior deve ser feita, e o escravo devolvido a seu mestre.
19. Se este alguém mantiver os escravos em sua casa, e eles forem pegos lá, ele deverá ser condenado à morte.
20. Se o escravo que ele capturou fugir dele, então ele deve jurar aos proprietários do escravo, e ficar livre de qualquer culpa.
21. Se alguém arrombar uma casa, ele deverá ser condenado à morte na frente do local do arrombamento e ser enterrado.
22. Se estiver cometendo um roubo e for pego em flagrante, então ele deverá ser condenado à morte.
23. Se o ladrão não for pego, então aquele que foi roubado deve jurar a quantia de sua perda; então a comunidade e... em cuja terra e em cujo domínio deve compensá-lo pelos bens roubados.
24. Se várias pessoas forem roubadas, então a comunidade deverá ..... e ... pagar uma mina de prata a seus parentes.
25. Se acontecer um incêndio numa casa, e alguns daqueles que vierem acudir para apagar o fogo esticarem o olho para a propriedade do dono da casa e tomarem a propriedade deste, esta(s) pessoa(s) deve(m) ser atirada(s) ao mesmo fogo que queima a casa.
26. Se um comandante ou soldado, que tenha recebido ordens de seguir o rei numa guerra não o fizer, mas contratar um mercenário, se ele não pagar uma compensação, então tal oficial deve ser condenado à morte, e seu representante tomar posse de seus bens.
27. Se um comandante ou homem comum cair em desgraça frente ao rei (capturado em batalha) e se seus campos e jardins forem dados a outrém, que tomou posse deste campo, se o

- primeiro proprietário retornar, seu campo e devem ser devolvidos a ele, que entrará novamente de posse de seus bens.
28. Se um comandante ou homem comum cair em desgraça frente ao rei, se seu filho for capaz de gerir seus bens, então o campo e o jardim serão dados ao filho deste homem, que terá de pagar a taxa devida por seu pai.
  29. Se seu filho for muito jovem e não puder tomar posse, 1/3 do campo e jardim deverá ser dado à sua mãe, que deverá educar o menino.
  30. Se um comandante ou homem comum deixar sua casa, jardim e campos, e alugar tal propriedade, e outrém tomar posse de sua casa, jardim e campo e usá-los por três anos. Se o primeiro proprietário retornar à sua casa, jardim ou campo, este não deve retornar ao seu primeiro dono, mas ficar com que tomou posse e fez uso destes bens.
  31. Se ele fizer um contrato de um ano e então retornar, seus bens devem-lhe ser devolvidos para que tome posse deles novamente.
  32. Se um soldado ou homem leigo for capturado no Caminho do Rei (guerra) e um mercador comprar sua liberdade, trazendo-o de volta para casa, se ele tiver meios em sua casa para comprar sua liberdade, ele deverá fazer isto por seus próprios meios. Se ele não tiver nada em sua casa que com o que puder comprar sua liberdade, ele terá de ser comprado pelo templo de sua comunidade. Se não houver nada no templo para poder comprá-lo, a corte deverá comprar sua liberdade. Seu campo, jardim e casa não devem ser dados para comprar sua liberdade.
  33. Se um . . . ou um . . . se apresentarem como retirados do Caminho do Rei, e mandarem um mercenário como substituto, e também retirarem esta pessoa, então ele ou .... devem ser condenados à morte.
  34. Se um . . . ou um . . . danificar a propriedade de um capitão, ferir o capitão, ou tirar deste presentes dados a ele pelo rei, então o.... ou .... devem ser condenados à morte.
  35. Se alguém comprar o gado ou ovelhas que o rei fez por bem dar aos seus capitães, este alguém perderá seu dinheiro.
  36. O campo, o jardim e a casa do capitão, do homem ou de outrém, não podem ser vendidos.
  37. Se comprar o campo, o jardim e a casa do capitão, ou deste homem, a tábua de contrato deve ser quebrada (declarada inválida) e a pessoa perderá dinheiro. O campo, jardim e casa devem retornar a seus donos.

38. Um capitão, homem ou alguém sujeito a despejo não pode responsabilizar por a manutenção do campo, jardim e casa a sua esposa ou filha, nem pode usar este bem para pagar um débito.
39. Ele pode, entretanto, assinalar um campo, jardim ou casa que comprou e que mantém como sua propriedade, para sua esposa ou filha e dar-lhes como débito.
40. Ele pode vender campo, jardim e casa a um agente real ou a qualquer outro agente público, sendo que o comprador terá então o campo, a casa e o jardim para seu usufruto.
41. Se fizer uma cerca ao redor do campo, jardim e casa de um capitão ou soldado, quando do retorno destes, a campo, jardim e casa deverão retornar ao proprietário.
42. Se alguém trabalhar o campo, mas não obtiver colheita dele, deve ser provado que ele não trabalhou no campo, e ele deve entregar os grãos para o dono do campo.
43. Se ele não trabalhar o campo e deixá-lo pior, ele deverá retrabalhar a terra e então entregá-la de volta ao seu dono.
44. Se alguém tomar conta de um campo que não estiver sendo usado e fizer dele terra arável, ele deverá trabalhar a terra, e no quarto ano dá-la de volta a seu proprietário, pagando por cada dez gan (uma medida de área) dez gur de cereais.
45. Se um homem arrendar sua terra por um preço fixo, e receber o preço do aluguel, mas mau tempo prejudicar a colheita, o prejuízo irá cair sobre quem trabalhou o solo.
46. Se ele não receber um preço fixo pelo aluguel de seu campo, mas alugá-lo em metade ou um terço do que colher, os cereais do campo deverá ser dividido proporcionalmente entre o proprietário e aquele que trabalhou a terra.
47. Se a pessoa que trabalhar a terra não for bem sucedida no primeiro ano, e então teve de Ter a ajuda de outros, a esta pessoa o proprietário não apresentará objeções; o campo será cultivado e ele receberá pagamento conforme o acordado.
48. Se alguém tiver um débito de empréstimo e uma tempestade prostrar os grãos ou a colheita for ruim ou os grãos não crescerem por falta d'água, naquele ano a pessoa não precisa dar ao seu credor dinheiro algum, ele devendo lavar sua tábua de débito na água e não pagar aluguel naquele ano.
49. Se alguém tomar dinheiro de um mercador, e der a este mercador um campo para ser trabalhado com cereais ou sésamo e ordenar a ele para plantar cereais ou sésamo no campo, e a colher os grãos. Se o cultivador plantar cereais ou sésamo no campo, a colheita deverá pertencer ao dono do campo e ele deve pagar os cereais como aluguel, pelo dinheiro que recebeu do mercador, e o que o cultivador ganhar, ele deve dar ao mercador.

50. Se ele der um campo cultivado de cereais ou sésamo, os grãos deverão pertencer ao dono do campo, que deve devolver o dinheiro ao mercador como aluguel.
51. Se ele não tiver dinheiro para pagar, então ele deve pagar em cereais ou sésamo ao invés de dinheiro como aluguel pelo que recebeu do mercador, de acordo com as tarifas reais.
52. Se o plantador não plantar cereais ou sésamo no campo, o contrato do devedor não terá atenuantes.
53. Se alguém for preguiçoso demais para manter sua barragem em condições adequadas, não fazendo a manutenção desta: caso a barragem se rompa e todos os campos forem alagados, então aquele que ocasionou tal problema deverá ser vendido por dinheiro, e o dinheiro deve substituir os cereais que ele prejudicou com seu desleixo.
54. Se ele não for capaz de substituir os cereais, então ele e suas posses deverão ser divididos entre os agricultores cujos grãos ele alagou.
55. Se alguém abrir seus canais para aguar seus grãos, mas for descuidado, e a água inundar o campo do vizinho, então ele deverá pagar ao vizinho os grãos que este perdeu.
56. Se alguém deixar entrar água, e a água alagar a plantação do vizinho, ele deverá pagar 10 gur de cereais por cada 10 gan de terra.
57. Se um pastor, sem a permissão do dono do campo, e sem o conhecimento do dono do rebanho, deixar as ovelhas entrarem neste campo para pastar, então o dono do campo deverá fazer a colheita de seus grãos, e o pastor que deixou pastar ali seu rebanho sem permissão deverá pagar ao proprietário do campo 20 gur de cereais cada 10 gan.
58. Se após os rebanhos tiverem deixado o campo e este Ter ficado em campo comum perto dos portões da cidade, e qualquer pastor deixar os rebanhos pastar lá, este pastor deverá tomar posse do campo no qual seu rebanho está pastando, e na colheita deverá pagar sessenta gur de cereais por cada dez gan.
59. Se qualquer um, sem o conhecimento do dono do jardim, deixar cair uma árvore, esta pessoa deverá pagar 1/2 mina em dinheiro ao proprietário.
60. Se alguém passar um campo a um jardineiro para ele plantar como jardim, se ele trabalhar nesta área e cuidar dela por quatro anos, no quinto ano o proprietário e o jardineiro devem dividir a terra, o proprietário tomando conta de sua parte a partir de então.
61. Se o jardineiro não tiver completado a plantação do campo, deixando parte sem plantar, esta deve ser assinalada a ele como dele.
62. Se ele não plantar o campo que lhe foi dado como jardim, se for terra arável (para grãos ou sésamo), o jardineiro deverá pagar ao dono para produzir no campo por ano que não

produzir, de acordo com o produto dos campos vizinhos, deve colocar o campo em condições de arabilidade e devolvê-lo a seu dono.

63. Se ele transformar terras ruins em campos aráveis e devolver a terra a seu dono, o dono deverá pagar a ele por um ano dez gur por dez gan.
64. Se alguém der seu jardim para um jardineiro trabalhar, o jardineiro deverá pagar ao proprietário 2/3 do produto do jardim, e manter para si o 1/3 restante enquanto a terra estiver em sua posse.
65. Se o jardineiro não trabalhar no jardim e o produto não vingar, o jardineiro deve pagar ao proprietário na proporção dos jardins vizinhos.

[Aqui uma parte do texto está faltando, compreendendo trinta e quatro parágrafos]

100. . . . juro pelo dinheiro que tenha recebido, ele dever dar nota, e no dia acordado, pagar ao mercador.
101. Se não existir acordos mercantis no local onde foi, ele deverá deixar todo dinheiro que recebeu com o intermediário para ser dado ao mercador.
102. Se um mercador confiar dinheiro a um agente para algum investimento, e o agente sofrer uma perda, ele deve ressarcir o capital do mercador.
103. Se, quando em viagem, um inimigo levar dele tudo o que tiver, o intermediário deve jurar ante os deuses que não teve culpa no ocorrido e ser absolvido de qualquer culpa.
104. Se um mercador der a um agente cereais, lã, óleo ou quaisquer outros bens para transporte, o agente deve dar um recibo pela quantia, e compensar o mercador de acordo com o devido. Então ele deve obter um recibo do mercador pelo dinheiro que deve ao primeiro.
105. Se o agente for descuidado e não tomar recibo pelo dinheiro que deu ao mercador, ele não poderá considerar o dinheiro não recebido como seu.
106. Se o agente aceitar dinheiro do mercador, mas brigar com ele (o mercador negando o recibo), então o mercador deve jurar ante os deuses que deu dinheiro ao agente, e o agente deverá pagar ao mercador três vezes a soma devida.
107. Se o mercador enganar o agente, devolvendo ao dono o que lhe foi confiado, mas o mercador negar o recebimento do que for devolvido a ele, o agente deve condenar o mercador ante os deuses e juizes, e se ele ainda negar recebimento do que o agente lhe deu, ele deverá pagar seis vezes mais o total ao agente.

108. Se uma dona de taverna não aceitar grãos de acordo com o peso bruto em pagamento por bebida, mas aceitar dinheiro, e o preço da bebida por menor do que o dos grãos, ela deverá ser condenada e atirada na água.
109. Se conspiradores se encontrarem na casa de um dono de taverna, e estes conspiradores não forem capturados e levados à corte, o dono da taverna deverá ser condenado à morte.
110. Se uma irmã de um deus abrir uma taverna ou entrar numa taverna para beber, então esta mulher deverá ser condenada à morte.
111. Se uma estalajadeira fornecer sessenta ka de usakani (bebida) para... ela deverá receber cinquenta ka de cereais na colheita.
112. Se durante uma jornada, a alguém forem confiados prata, ouro, pedras preciosas ou outra propriedade móvel de outrém, e o dono quiser reaver o que é seu: se este alguém não trazer toda a propriedade no local apropriado e se apropriar dos bens para seu próprio uso, então esta pessoa deverá ser condenada, e terá de pagar cinco vezes o valor daquilo que foi confiado a ele.
113. Se alguém tiver um depósito de cereais ou dinheiro, e tomar do depósito ou caixa sem o conhecimento do dono, aquele que retirou algo do depósito ou caixa sem o conhecimento do proprietário deve ser legalmente condenado, e pagar os cereais que pegou. Ele deve também perder qualquer comissão que lhe fosse devida.
114. Se alguém tiver uma demanda por cereais ou dinheiro com relação ao outrém e tentar obter o que lhe é devido à força, este alguém deverá pagar 1/3 de mina em prata em cada caso.
115. Se alguém tiver uma demanda por cereais ou dinheiro com relação ao outrém e levar este outrém à prisão: se a pessoa morrer na prisão por causas naturais, o caso se encerra ali.
116. Se o prisioneiro morrer na prisão por mau tratamento, o chefe da prisão deverá condenar o mercador frente ao juiz. Caso o prisioneiro seja um homem livre, o filho do mercador deverá ser condenado à morte; se ele era um escravo, ele deverá pagar 1/3 de uma mina em outro, e o chefe de prisão deve pagar pela negligência.
117. Se alguém não cumprir a demanda por um débito, e tiver de se vender, ou à sua esposa, seu filho e filha por dinheiro ou tiver de dá-los para trabalhos forçados: eles deverão trabalhar por três anos na casa de quem os comprou, ou na casa do proprietário, mas no quarto ano eles deverão ser libertados.
118. Se ele der um escravo ou uma escrava para trabalhos forçados, e o mercador sublocá-los, ou vendê-los por dinheiro, tal ato será permitido.

119. Se alguém não pagar um débito, e vender uma criada que lhe deu filhos, por dinheiro, o dinheiro que o mercador pagou deverá ser devolvido e pago pela liberdade da escrava.
120. Se alguém armazenar cereais por segurança na casa de outrém e danos acontecerem durante a estocagem, ou se o proprietário da casa usar parte dos cereais, ou se especialmente ele negar que os cereais estão armazenados consigo, então o proprietário dos grãos deverá reclamar os cereais ante aos deuses (sob juramento), e o proprietário da casa deverá pagar pelos grãos que tomou para si.
121. Se alguém armazenar cereais na casa de outrém, ele deverá pagar pela armazenagem na taxa de um gur para cada cinco ka de cereais ao ano.
122. Se alguém der a outrém prata, ouro, ou outra coisa qualquer para guardar, isto deverá ser feito ante testemunhas e um contrato, e só então este alguém deve dar seus bens para serem guardados pela pessoa designada.
123. Se ele der seus bens para outrém guardar mas sem a presença de testemunhas ou contrato, se a pessoa que estiver guardando seus bens negar o fato, então o primeiro não poderá reclamar legitimamente o que é seu.
124. Se alguém entregar prata, ouro ou outro bem para ser guardado por outrém ante uma testemunha, mas aquele que estiver guardando estes bens negar o fato, um juiz será chamado, e aquele que negou Ter algo sob sua guarda deverá pagar tudo o que deve ao primeiro.
125. Se alguém colocar sua propriedade com outrém por razões de segurança, e houver roubo, sendo sua propriedade ou a do outro homem perdida, o dono da casa onde os bens estavam sendo guardados deverá pagar uma compensação ao primeiro. O dono da casa deverá tentar por todos os meios recuperar sua propriedade, restabelecendo assim a ordem.
126. Se alguém que não tiver perdido suas mercadorias disser que elas foram perdidas e inventar mentiras, se ele clamar seus bens e extensão dos danos frente aos deuses, ele deverá ser totalmente compensado pelas perdas reclamadas.
127. Se alguém "apontar o dedo" (enganar) a irmã de um deus ou a esposa de outro alguém e não puder provar o que disse, esta pessoa deve ser levada frente aos juizes e sua sobrancelha deverá ser marcada.
128. Se um homem tomar uma mulher como esposa, mas não tiver relações com ela, esta mulher não será esposa dele.



129. Se a esposa de alguém for surpreendida em flagrante com outro homem, ambos devem ser amarrados e jogados dentro d'água, mas o marido pode perdoar a sua esposa, assim como o rei perdoa a seus escravos.
130. Se um homem violar a esposa (prometida ou esposa-criança) de outro homem, o violador deverá ser condenado à morte, mas a esposa estará isenta de qualquer culpa.
131. Se um homem acusar a esposa de outrém, mas ela não for surpreendida com outro homem, ela deve fazer um juramento e então voltar para casa.
132. Se o "dedo for apontado" para a esposa de um homem por causa de outro homem, e ela não for pega dormindo com o outro homem, ela deve pular no rio por seu marido.
133. Se um homem for tomado como prisioneiro de guerra, e houver sustento em sua casa, mas mesmo assim sua esposa deixar a casa por outra, esta mulher deverá ser judicialmente condenada e atirada na água.
134. Se um homem for feito prisioneiro de guerra e não houver quem sustente sua esposa, ela deverá ir para outra casa, e a mulher estará isenta de toda e qualquer culpa.
135. Se um homem for feito prisioneiro de guerra e não houver quem sustente sua esposa, ela deverá ir para outra casa e criar seus filhos. Se mais tarde o marido retornar e voltar à casa, então a esposa deverá retornar ao marido, assim como as crianças devem seguir seu pai.
136. Se fugir de sua casa, então sua esposa deve ir para outra casa. Se este homem voltar e desejar Ter sua esposa de volta, por que ele fugiu, a esposa não precisa retornar a seu marido.
137. Se um homem quiser se separar de uma mulher ou esposa que lhe deu filhos, então ele deve dar de volta o dote de sua esposa e parte do usufruto do campo, jardim e casa, para que ela possa criar os filhos. Quando ela tiver criado os filhos, uma parte do que foi dado aos filhos deve ser dada a ela, e esta parte deve ser igual a de um filho. A esposa poderá então se casar com quem quiser.
138. Se um homem quiser se separar de sua esposa que lhe deu filhos, ele deve dar a ela a quantia do preço que pagou por ela e o dote que ela trouxe da casa de seu pai, e deixá-la partir.
139. Se não tiver havido preço de compra, ele deverá dar a ela uma mina em outro como presente de libertação
140. Se ele for um homem livre, deverá dar a ela 1/3 de uma mina em ouro.
141. Se a esposa de um homem, que vive em sua casa, desejar partir, mas incorrer em débito e tentar arruinar a casa deste homem, negligenciando-o, esta mulher deverá ser condenada. Se seu marido oferecer-lhe a liberdade, ela poderá partir, mas ele poderá nada lhe dar em

- troca. Se o marido não quiser dar a liberdade a esta mulher, esta deverá permanecer como criada na casa de seu marido.
142. Se uma mulher brigar com seu marido e disser "Você não é compatível comigo", as razões do desagrado dela para com ele devem ser apresentadas. Caso ela não tiver culpa alguma e não houver erro de conduta no seu comportamento, ela deverá ser eximida de qualquer culpa. Se o marido for negligente, a mulher será eximida de qualquer culpa, e o dote desta mulher deverá ser devolvido, podendo ela voltar para casa de seu pai.
143. Se ela não for inocente, mas deixar seu marido e arruinar sua casa, negligenciando seu marido, esta mulher deverá ser jogada na água.
144. Se um homem tomar uma esposa e esta der ao seu marido uma criada, e esta criada tiver filhos dele, mas este homem desejar tomar outra esposa, isto não deverá ser permitido, e que ele não possa tomar uma segunda esposa.
145. Se um homem tomar uma esposa e esta não lhe der filhos, e a esposa não quiser que o marido tenha outra esposa, se ele trouxer uma segunda esposa para a casa, a segunda esposa não deve ter o mesmo nível de igualdade do que a primeira.
146. Se um homem tomar uma esposa e ela der a este homem uma criada que tiver filhos deste homem, então a criada assume posição de igualdade com a esposa. Porque a criada deu filhos a seu patrão, ele não pode vendê-la por dinheiro, mas ele pode mantê-la como escrava, entre os criados da casa. 147. Se ela não tiver dado filhos a este homem, então sua patroa poderá vendê-la por dinheiro.
148. Se um homem tomar uma esposa, e ela adoecer, se ele então desejar tomar uma Segunda esposa, ele não deverá abandonar sua primeira esposa que foi atacada por uma doença, devendo mantê-la em casa e sustentá-la na casa que construiu para ela enquanto esta mulher viver.
149. Se esta mulher não desejar permanecer na casa de seu marido, então ele deve compensá-la pelo dote que ela trouxe consigo da casa de seu pai, e então ela poderá ir-se embora.
150. Se um homem der à sua esposa um campo, jardim e casa e um dote, e se após a morte deste homem os filhos nada exigirem, então a mãe pode deixar os bens para os filhos que preferir, não precisando deixar nada para os irmãos do falecido.
151. Se uma mulher que viveu na casa de um homem fizer um acordo com seu marido que nenhum credor pode prendê-la, ela tendo recebido um documento atestando este fato. Se tal homem incorrer em débito, o credor não poderá culpar a mulher por tal fato. Mas se a mulher, antes de entrar na casa deste homem, tenha contraído um débito, seu credor não pode prender o marido por tal fato.

152. Se após a mulher Ter entrado na casa deste homem, ambos contraírem um débito, ambos devem pagar ao mercador.
153. Se a esposa de um homem tiver matado por outro homem a esposa de outrém, os dois deverão ser condenados à morte.
154. Se um homem for culpado de incesto com sua filha, ele deverá ser exilado.
155. Se um homem prometer uma donzela a seu filho e seu filho ter relações com ela, mas o pai também tiver relações com a moça, então o pai deve ser preso e ser atirado na água para se afogar.
156. Se um homem prometer uma donzela a seu filho, sem que seu filho a conheça, e se então ele a deflorar, ele deverá pagar a ela ½ mina em outro, e compensá-la pelo que fez a casa do pai dela. Ela poderá casar com o homem de seu coração.
157. Se alguém for culpado de incesto com sua mãe depois de seu pai, ambos deverão ser queimados.
158. Se alguém for surpreendido por seu pai com a esposa de seu chefe, este alguém deverá ser expulso da casa de sul pai.
159. Se alguém trazer uma amante para dentro da casa de seu sogro, e, tendo o pago o preço de compra, disser para o sogro " Não quero mais sua filha", o pai da moça deverá ficar com todos os bens que este alguém tenha trazido consigo.
160. Se alguém trazer uma amante para dentro da casa de seu sogro, e, tendo o pago o preço de compra,  
(por sua esposa), e se o pai da moça disser a ele "Eu não te darei minha filha", o homem terá de devolver a moça a seu pai.
161. Se um homem trazer uma amante para a casa de seu sogro e tiver pago o "preço de compra", se então seu amigo o enganar [com a moça] e seu sogro disser ao jovem esposo "Você não deve se casar com minha filha", a este jovem deve ser dado de volta tudo o que trouxe consigo, sendo que o amigo não poderá se casar com a moça
162. Se um homem casar com uma mulher, e esta lhe der filhos, se esta mulher falecer, então o pai dela não terá direito ao dote desta moça, pois tal dote pertencerão aos filhos dela.
163. Se um homem casar com uma mulher, e esta não lhe der filhos, se esta mulher morrer, e se o preço de compra que ele pagou para seu sogro for pago ao sogro, o marido não terá direito ao dote desta mulher, pois ele pertencerá à casa do pai dela.

164. Se seu sogro não pagar a este homem a quantia do "preço de compra", ele deverá subtrair a quantia relativa ao preço de noiva do dote e então pagar o remanescente ao pai da esposa falecida.
165. Se um homem der a um dos filhos que prefere um campo, um jardim e uma casa, se mais tarde o pai morrer, e os irmãos dividirem a propriedade, então os irmãos devem dar em primeiro lugar o presente do pai ao irmão, dividindo o restante da propriedade paterna entre si.
166. Se um homem tomar esposas para seu filho, mas nenhuma esposa para seu filho menor, e então se este homem morrer: se os filhos dividirem seus bens, eles devem deixar de lado uma parte do dinheiro para "o preço de compra" para o irmão menor que ainda não tomou esposa, e assegurar uma esposa para si.
167. Se um homem casar com uma mulher e ela der-lhe filhos: caso esta mulher morrer e ele tomar outra esposa e esta Segunda esposa der-lhe filhos: se o pai morrer, então os filhos não devem repartir a propriedade de conforme as mães que tiverem. Eles devem dividir os dotes de suas mães da seguinte forma: os bens do pai devem ser divididos igualmente entre todos eles.
168. Se um homem desejar expulsar seu filho para fora de sua casa e declarar frente ao juiz que "Quero expulsar meu filho de casa", então o juiz deve examinar as razões deste homem. Se o filho for culpado de falta pequena, então o pai não deve expulsá-lo.
169. Se ele for culpado de falta grave, pela qual deve ser cortada a relação filial, caso esta falta ocorrer pela primeira vez, o pai deverá perdoar o filho; mas se este for culpado por ofensa grave pela Segunda vez, então o pai pode acabar com a relação filial que tem com seu filho.
170. Se uma esposa der filhos a um homem, assim como a criada deste homem tiver tido filhos dele, e o pai destas crianças enquanto vivo tiver reconhecido estes filhos, caso este pai falecer, então os filhos da esposa e da criada devem dividir os bens paternos entre si. O filho da esposa é quem deve fazer a divisão e efetuar as escolhas.
171. Se, entretanto, este pai não tiver reconhecido seus filhos com a criada, e então vier a falecer, os filhos da criada não deverão compartilhar os bens paternos com os filhos da esposa, mas a eles e sua mãe será garantida a liberdade. Os filhos da esposa não terão o direito de escravizar os filhos da criada. A esposa deve tomar seu dote (dado por seu pai) e os presentes que seu marido lhe deu (separados do dote, ou o dinheiro de compra pago a seu pai), podendo a esposa viver na casa do marido por toda vida, desde que use a casa e não a venda. O que a esposa deixar, deve pertencer a seus filhos e filhas.

172. Se seu marido não lhe deu presentes, a esposa deverá receber uma compensação como parte da herança do marido, igual a de um filho. Se os filhos dela forem maus e a forçarem para fora de casa, o juiz deve examinar o caso, e se os filhos estiverem em falta, a mulher não deverá deixar a casa de seu marido. Se ela desejar deixar a casa, ela deve deixar a seus filhos os presentes que recebeu do falecido marido, mas poderá levar seu dote consigo. Então ela poderá casar com o homem de seu coração.
173. Se esta mulher der filhos ao seu segundo marido, e então morrer, então os filhos do casamento anterior e os filhos do casamento atual devem dividir o dote de sua mãe entre si.
174. Se ela não tiver filhos do segundo marido, os filhos do primeiro marido deverão herdar o dote.
175. Se um escravo do estado ou o escravo de um homem livre casar com a filha de um homem livre, e nascerem filhos, o dono do escravo não terá o direito de escravizar os filhos e filhas deste.
176. Se, entretanto, um escravo do estado ou escravo de um homem livre casar com a filha de um homem livre, e após o casamento ela trouxer um dote da casa de seu pai, se então os dois gozarem deste dote e fundarem um lar, e acumularem meios, se então o escravo morrer, a esposa deve tomar o dote para si e tudo o que ela e seu marido trabalharam para obter; ela deverá dividir os bens em duas partes? 1/2 para o dono do escravo e a outra metade para seus filhos.
177. Se uma viúva, cujos filhos forem pequenos, desejar entrar para uma outra casa (casar-se novamente), ela não deverá fazer isto sem o conhecimento do juiz. Se ela entrar numa outra casa, o juiz deve examinar o estado da casa de seu primeiro marido. Então a casa do primeiro marido será dada em confiança ao segundo marido e a viúva será a sua administradora. Um registro deve ser feito do ocorrido. Esta mulher deverá manter a casa em ordem, criar as crianças que houverem e não vender o que estiver dentro da casa. Aquele que comprar os utensílios dos filhos de uma viúva deverá perder seu dinheiro, e os bens restituídos a seus donos.
178. Se uma mulher devotada ou uma sacerdotisa, a quem o pai tenha dado um dote e um bem, mas se neste bem não esteja dito que ela possa dispor dele como bem o quiser, ou que tenha direito de fazer o que bem entender com o bem, e então morrer seu pai, então os irmãos dela devem manter para esta moça o campo e o jardim, dando a ela cereais, óleo e leite, de acordo com a porção que lhe for devida, para satisfazer à irmã. Se os irmãos dela não lhe derem cereais, óleo e leite de acordo com a cota dela, então o campo e o jardim devem dar o sustento a esta moça. Ela deve Ter o usufruto do campo e do jardim e de tudo o que seu

- pai lhe deixou, ao longo de toda vida, mas ela não pode vender suas propriedades para outros. Sua posição de herança deve pertencer a seus irmãos.
179. Se uma "irmã de um deus" ou sacerdotisa receber um presente de seu pai, e estiver explicitamente escrito que ela pode dispor deste bem conforme seus desejos, caso o pai venha a falecer, então ela poderá deixar a propriedade para quem ela quiser. Os irmãos desta moça não terão direito de levantar queixa alguma a respeito dos direitos da moça.
180. Se um pai der um presente para sua filha - que possa casar ou não, uma sacerdotisa - e então morrer, ela deverá receber sua porção dos bens do pai, e gozar de seu usufruto enquanto viver. Sua propriedade, porém, pertence aos irmãos dela.
181. Se um pai der sua filha como donzela do templo ou virgem do templo aos deuses e não lhe der presente algum, se este pai morrer, então a moça deve receber 1/3 de sua parte como filha da herança de seu pai e gozar o usufruto enquanto viver. Mas sua propriedade pertence a seus irmãos.
182. Se um pai der sua filha como esposa de Marduk da Babilônia e não lhe der presente algum, se o pai desta moça morrer, então ela deverá receber 1/3 de sua parte como filha de seu pai, mas Marduk pode deixar a propriedade dela para quem ela o desejar.
183. Se um homem der à sua filha por uma concubina um dote, um marido e um lar, se este pai morrer, então a moça não deverá receber bem algum das posses de seu pai.
184. Se um homem não der dote à sua filha por uma concubina: caso este pai morrer, seu irmão deverá dar a ela um dote, de acordo com as posses de seu pai, assegurando um marido para esta moça.
185. Se um homem adotar uma criança e der seu nome a ela como filho, criando-o, este filho crescido não poderá ser reclamado por outrém.
186. Se um homem adotar uma criança e esta criança ferir seu pai ou mãe adotivos, então esta criança adotada deverá ser devolvida à casa de seu pai.
187. O filho de uma concubina a serviço do palácio ou de uma hierodula não pode ser pedido de volta.
188. Se um artesão estiver criando uma criança e ensinar a ela sua habilitação, a criança não poderá ser devolvida.
189. Se ele não tiver ensinado à criança sua arte, o filho adotado poderá retornar à casa de seu pai.
190. Se um homem não sustentar a criança que adotou como filho e criá-lo com outras crianças, então o filho adotivo pode retornar à casa de seu pai.

191. Se um homem, que tenha adotado e criado um filho, fundado um lar e tido filhos, desejar desistir de seu filho adotivo, este filho não deve simplesmente desistir de seus direitos. Seu pai adotivo deve dar-lhe parte da legítima, e só então o filho adotivo poderá partir, se quiser. Ele não deve dar, porém, campo, jardim ou casa a este filho.
192. Se o filho de uma amante ou prostituta disser ao seu pai ou mãe adotivos: "Você não é meu pai ou minha mãe", ele deverá Ter sua língua cortada.
193. Se o filho de uma amante ou prostituta desejar a casa de seu pai, e desertar a casa de seu pai e mãe adotivos, indo para casa de seu pai, então o filho deverá Ter seu olho arrancado.
194. Se alguém der seu filho para uma ama (babá) e a criança morrer nas mãos desta ama, mas a ama, com o desconhecimento do pai e da mãe, cuidar de outra criança, então eles devem acusá-la de estar cuidando de uma outra criança sem o conhecimento do pai e da mãe. O castigo desta mulher será Ter os seus seios cortados.
195. Se um filho bater em seu pai, ele terá suas mãos cortadas.
196. Se um homem arrancar o olho de outro homem, o olho do primeiro deverá ser arrancado [Olho por olho].
197. Se um homem quebrar o osso de outro homem, o primeiro terá também seu osso quebrado.
198. Se ele arrancar o olho de um homem livre, ou quebrar o osso de um homem livre, ele deverá pagar uma mina em ouro.
199. Se ele arrancar o olho do escravo de outrém, ou quebrar o osso do escravo de outrém, ele deve pagar metade do valor do escravo.
200. Se um homem quebrar o dente de um seu igual, o dente deste homem também deverá ser quebrado [ Dente por dente];
201. Se ele quebrar o dente de um homem livre, ele deverá pagar 1/3 de uma mina em ouro. 202. Se alguém bater no corpo de um homem de posição superior, então este alguém deve receber 60 chicotadas em público.
203. Se um homem que nasceu livre bater no corpo de outro homem seu igual, ele deverá pagar uma mina em ouro.
204. Se um homem livre bater no corpo de outro homem livre, ele deverá pagar 10 shekels em dinheiro.
205. Se o escravo de um homem livre bater no corpo de outro homem livre, o escravo deverá Ter sua orelha arrancada.



206. Se durante uma briga um homem ferir outro, então o primeiro deve jurar que "Eu não o feri de propósito" e pagar o médico para aquele a quem machucou.
207. Se o homem morrer deste ferimento, aquele que o feriu deve proferir o mesmo juramento, e se o falecido tiver sido um homem livre, o outro deverá pagar 1/2 mina de ouro em dinheiro.
208. Se ele era um homem liberto, ele deverá pagar 1/3 de uma mina.
209. Se um homem bater numa mulher livre e ela perder o filho que estiver esperando, ele deverá pagar 10 shekels pela perda dela.
210. Se a mulher morrer, a filha deste homem deve ser condenada à morte.
211. Se uma mulher de classe livre perder seu bebê por terem batido nela, a pessoa que bateu deverá pagar cinco shekels em dinheiro à mulher.
212. Se esta mulher morrer, ele deverá pagar 1/2 mina.
213. Se ele bater na criada de um homem, e ela perder seu bebê, ele deverá pagar 2 shekels em dinheiro.
214. Se esta criada morrer, ele deverá pagar 1/3 de mina.
215. Se um médico fizer uma grande incisão com uma faca de operações e curar o paciente, ou se ele abrir um tumor (em cima do olho) com uma faca de operações, e salvar o olho, o médico deverá receber 10 shekels em dinheiro.
216. Se o paciente for um homem livre, ele receberá cinco shekels.
217. Se ele for o escravo de alguém, seu proprietário deve dar ao médico 2 shekels.
218. Se um médico fizer uma larga incisão com uma faca de operações e matar o paciente, ou abrir um tumor com uma faca de operações e cortar o olho, suas mãos deverão ser cortadas.
219. Se um médico fizer uma larga incisão no escravo de um homem livre, e matá-lo, ele deverá substituir o escravo por outro.
220. Se ele tiver aberto o tumor com uma faca de operações e Ter tirado o olho (do tumor) ele deverá ser pago a metade do valor contratado.
221. Se um médico curar um osso quebrado ou uma parte maleável do corpo humano, o paciente deverá pagar ao médico cinco shekels em dinheiro.
222. Se ele for um homem libertado, ele deverá pagar três shekels.
223. Se ele for um escravo, seu dono deverá pagar ao médico dois shekels.

224. Se um cirurgião veterinário fizer uma operação importante num asno ou boi e efetuar a cura, o proprietário deverá pagar ao veterinário 1/6 de um shekel como honorário.
225. Se um cirurgião veterinário fizer uma operação importante num asno ou boi e matar o animal, ele deverá pagar ao dono 1/4 do valor do animal que morreu
226. Se um barbeiro, sem o conhecimento de seu dono, cortar o sinal de escravo num escravo que não seja para ser vendido, as mãos deste barbeiro deverão ser decepadas.
227. Se alguém enganar um barbeiro, e fazê-lo marcar um escravo que não está à venda com o sinal de escravo, este alguém deverá ser condenado à morte, e enterrado na sua casa. O barbeiro deverá jurar "Eu não fiz esta ação de propósito" para ser eximido de culpa.
228. Se um construtor construir uma casa para outrem e completá-la, ele deverá receber dois shekels em dinheiro por cada sar de superfície.
- 229 Se um construtor construir uma casa para outrem, e não a fizer bem feita, e se a casa cair e matar seu dono, então o construtor deverá ser condenado à morte.
230. Se morrer o filho do dono da casa, o filho do construtor deverá ser condenado à morte.
231. Se morrer o escravo do proprietário, o construtor deverá pagar por este escravo ao dono da casa.
232. Se perecerem mercadorias, o construtor deverá compensar o proprietário pelo que foi arruinado, pois ele não construiu a casa de forma adequada, devendo reerguer a casa às suas próprias custas.
233. Se um construtor construir uma casa para outrém, e mesmo a casa não estando completa, as paredes estiveram em falso, o construtor deverá às suas próprias custas fazer as paredes da casa sólidas e resistentes.
234. Se um armador construir um barco de 60 gur para outrém, ele deve ser pago uma taxa de 2 shekels em dinheiro.
235. Se um armador (construtor de navios) construir um barco para outrém, e não fizer um bom serviço, se durante o mesmo ano aquele barco ficar à deriva ou for seriamente danificado, o armador deverá consertar o barco às suas próprias custas. O barco consertado deve ser restituído ao dono intacto.
236. Se um homem alugar seu barco para um marinheiro, e o marinheiro for descuidado, danificando o barco ou perdendo-o à deriva, o marinheiro deve dar ao dono do barco outro barco como compensação.

237. Se um homem contratar um marinheiro e seu barco, e dotá-lo de roupas, óleo, tâmaras e outras coisas do tipo necessário e/ou adequado para a embarcação; se o marinheiro for descuidado, o barco danificado, e seu conteúdo arruinado, então o marinheiro deve compensar o proprietário pelo barco que foi danificado e por todo seu conteúdo.
238. Se um marinheiro estragar a nau de outrém, mas tentar salvá-la, ele deverá pagar a metade do valor da nau em dinheiro.
239. Se um homem alugar um marinheiro, tal homem deverá pagar ao marinheiro seis gur de cereais por ano
240. Se um mercador for de encontro a um navio mercante e danificá-lo, o mestre do navio que foi danificado deve procurar justiça frente aos deuses; aquele que danificou o navio deve compensar o dono do barco por tudo o que foi danificado.
241. Se alguém forçar o gado a fazer trabalho forçado, ele deve pagar 1/3 de mina em dinheiro.
242. Se alguém contratar gado por um ano, ele deverá pagar 4 gur de cereais por gado a ser usado para arar a terra.
243. Como aluguel pelo rebanho de gado, ele deverá pagar 3 gur de cereais ao proprietário.
244. Se alguém contratar um boi ou um asno, e o animal for morto por um leão, a perda será do proprietário.
245. Se alguém contratar gado, e animais morrerem por mal tratamento, a pessoa deverá compensar o proprietário, animal por animal.
246. Se um homem contratar um boi e este animal tiver sua perna quebrada ou cortado o ligamento do pescoço, este homem deve compensar o proprietário com outro boi [boi por boi, cabeça por cabeça].
247. Se alguém contratar um boi, e este Ter seu olho arrancado, este alguém terá de pagar ao proprietário 1/3 do valor do boi.
248. Se alguém contratar um animal, e este tiver seu chifre quebrado ou a cauda cortada ou o focinho ferido, a pessoa deverá pagar 1/4 do valor do animal para o proprietário em dinheiro.
249. Se alguém contratar um animal e os deuses matarem-no, o homem que assinou o contrato deverá jurar pelos deuses que não é culpado por tal fato.
250. Se quando o animal estiver passando na rua, alguém puxá-lo e em decorrência deste fato o animal matar uma pessoa, o proprietário não poderá fazer queixas contra o ocorrido.

251. Se o animal for selvagem, e provar que assim o é, e não tiver seus chifres ligados ou estiver sempre na canga, e o animal matar um homem livre, o dono deverá pagar 1/2 de mina em dinheiro.
252. Se ele matar o escravo de alguém, deverá pagar 1/3 de uma mina.
253. Se alguém fizer um acordo com outrém para cuidar de seu campo, der-lhe semente, confiar-lhe gado e fazê-lo cultivar a terra, e esta pessoa roubar os cereais ou plantas, tomando-os para si, as mãos deste indivíduo deverão ser cortadas.
254. Se ele pegar para si as sementes de cereais, e não usar o gado, tal homem deverá compensar o proprietário pelos cereais usados.
255. Se ele sublocar o melhor do gado ou as sementes de cereais, nada plantando no campo, ele deverá ser condenado, e por cada 100 gan ele deverá pagar 60 gur de cereais.
256. Se sua comunidade não pagar por ele, então ele deverá ser posto no campo com o gado (para trabalhar).
257. Se alguém contratar um trabalhador, ele deve receber 8 gur de cereais por ano. 258. Se alguém contratar um carreteiro, ele deve receber 6 gur de cereais por ano.
259. Se alguém roubar a um moinho do campo, ele deverá pagar cinco shekels em dinheiro ao proprietário.
260. Se alguém roubar um shadduf (usado para retirar água de um rio ou canal) ou um arado, ele deverá pagar 3 shekels em dinheiro.
261. Se alguém contratar um pastor para gado ou ovelhas, o pastor deverá receber 8 gur cereais por ano.
262. Se alguém, uma vaca ou ovelhas . . .
263. Se ele matar o gado ou ovelhas que leh foram dados, ele deverá compensar o proprietário com gado por gado, ovelha por ovelha.
264. Se um pastor a quem foram dados gado e ovelhas para cuidar e que tenha recebido o que lhe é devido, e estiver satisfeito, diminuir o número de ovelhas ou gado, ou fizer menor a taxa de natalidade destes animais, ele deve apresentar compensações pelas perdas ou ganhos para que nada se perca no contrato celebrado.
265. Se um pastor a quem foram dados gado e ovelhas para cuidar, for culpado de fraude ou negligência com relação ao crescimento natural do rebanho, ou se ele vender os rebanhos por dinheiro, ele deverá ser então condenado e pagar ao proprietário dez vezes mais o valor das perdas.

266. Se um animal for morto no estábulo pela vontade de Deus (um acidente), ou se for morto por leão, o pastor deve declarar sua inocência ante Deus, e o proprietário arcará com as perdas do estábulo.
267. Se o pastor se descuidar, e um acidente acontecer no estábulo, então o pastor incorre em falta pelo acidente que causou, e deve compensar o proprietário pelo gado ou ovelhas.
268. Se alguém contratar um boi para a debulha, o pagamento pela contratação será de 20 ka de cereais.
269. Se ele contratar um asno para a debulha, o preço da contratação será de 20 ka de cereais
270. Se ele contratar um animal jovem para a debulha, o preço será 10 ka de cereais.
271. Se alguém contratar gado, carretas e carreteiro, ele deverá pagar 180 ka de cereais por dia.
272. Se alguém contratar somente uma carreta, ele deverá pagar 40 ka de cereais por dia. 273. Se alguém contratar um trabalhador, ele deverá pagar este trabalhador do Ano Novo até o quinto mês (abril a agosto), quando os dias são longos e o trabalho duro, seis gerahs em dinheiro por dia; a partir do sexto mês, até o final do ano, ele deverá dar ao trabalhador cinco gerahs por.
274. Se alguém contratar um artesão habilidoso, ele deverá pagar como salário de ..... cinco gerhas, de ..... gerahs como salário para um ceramista, de alfaiate cinco gerahs, de um artesão de cordas quatro gerahs, de um construtor.... gerahs por dia.
275. Se alguém alugar uma nau para fretes, ele deverá pagar 3 gerahs em dinheiro por dia.
276. Se ele alugar uma nau para fretes, ele deverá pagar 2 ½ gerhas por dia. 277. Se alguém alugar uma nau de 60 gur, ele deverá pagar 1/6 de um shekel como aluguel por dia.
275. Se alguém alugar um barco mercante, ele deverá pagar 3 gerahs por dia.
276. Se alguém alugar um navio de frete, ele deverá pagar 2 1/2 gerahs por dia.
277. Se alguém alugar um navio de sessenta gur, ele deverá pagar 1/6 de shekel em dinheiro de aluguel por dia.
278. Se alguém comprar um escravo homem ou mulher, e antes de um mês Ter se passado, aparecer a doença de bens, este alguém deverá devolver o escravo ao vendedor, e receber todo dinheiro que pagou por tal escravo.
279. Se alguém comprar um escravo homem ou mulher, e uma terceira parte reclamar da compra, o vendedor deverá responder pelo ocorrido.

280. Se quando num país estrangeiro um homem comprar um escravo homem ou mulher que pertencer a outra pessoa de seu próprio país, quando este retornar ao seu país e o dono reconhecer seus escravos, caso os escravos forem nativos daquele país, este alguém deverá restituir os escravos sem receber nada em troca. 281. Se os escravos forem de outro país, o comprador deverá declarar a quantia de dinheiro paga ao mercador, e manter o escravo ou escrava consigo.
281. Se um escravo disser a seu patrão " Não és meu mestre", e for condenado, seu mestre deve cortar a orelha do escravo.

**Epílogo das Leis de justiça que Hamurabi**, o rei sábio, estabeleceu. Uma lei de direito, estatuto piedoso ele ensinou à terra. Hamurabi, o rei protetor sou eu. Não me eximi dos homens, quando Bel me concedeu tal tarefa, com o poder que Marduk a mim concedeu, não fui negligente, mas fiz deste um instrumento da paz. Expus todas as grandes dificuldades, fazendo a luz brilhar sobre elas. Com as armas poderosas que Zamama e Ishtar a mim confiaram, com a visão apurada que a mim foi dada por Enki, com a sabedoria que me foi contemplada por Marduk, tenho derrotado os inimigos das alturas e das profundezas (ao norte e ao sul), dominado a terra, trazido prosperidade, garantido a segurança das pessoas em suas casas, pois os que perturbam a ordem não são permitidos. Os grandes deuses me chamaram, sou o pastor que traz a salvação, cujo bordão é ereto, a boa sombra que se espalha sobre minha cidade. Do fundo do meu coração, amo a todos os habitantes da terra da Suméria e Acádia; em meu refúgio, deixo-os repousar em paz, na minha profunda sabedoria eu os protejo. Para que o forte não prejudique o mais fraco, a fim de proteger as viúvas e os órfãos, ergui a Babilônia, a cidade onde Anu e Bel reinam poderosos, no Esagila, o Templo, cujas fundações são tão firmes quanto o céu e a terra, para falar de justiça a toda terra, para resolver todas as disputas e sanar todos os ferimentos, elaborei estas palavras preciosas, escritas sobre meu memorial de pedra, ante minha imagem, como rei de tudo o que é certo e direito. O rei que governa dentre os reis das cidades, este sou eu. Minhas palavras são tidas em alta conta; não há sabedoria que à minha se compare. Pelo comando de Shamash, o grande juiz do céu e da terra, que a retidão se espalhe por sobre a terra; por ordem de Marduk, meu senhor, que a destruição não toque meu monumento. No Esagila, que adoro, que meu nome seja para sempre repetido; que o oprimido que tenha um caso com a lei, venha e fique diante desta minha imagem como rei da retidão; que ele leia a inscrição e compreenda minhas palavras preciosas. A inscrição irá explicar seu caso para ele; ele irá descobrir o que é justo, seu coração se alegrará, e ele dirá: "Hamurabi é um governante que é um pai para seus súditos, reverente às palavras de Marduk, que obtém vitórias para Marduk de Norte a Sul, que alegra o coração de Marduk, seu senhor, que concedeu dons perenes para seus súditos e estabeleceu a ordem na terra. Quando ele ler os registros, que ele faça uma prece de todo coração para Marduk, meu senhor, e Zarpanit, minha senhora; e então, que os

deuses e deusas protetores, que freqüentam o Esagila, graciosamente concedam os desejos apresentados aqui diariamente diante de Marduk, meu senhor e Zarpanit, minha senhora. No futuro, através das gerações vindouras, que o rei deste tempo observe as palavras de retidão que escrevi no meu monumento; que ele não altere a lei que dei a esta terra, os éditos que redigi, e que meu monumento não pertença ao esquecimento. Se tal governante tiver sabedoria e for capaz de manter a ordem nesta terra, ele deverá observar as palavras que tenho escrito nesta inscrição; as regras, estatutos e leis da terra me foram dadas; as decisões que tomei serão mostradas por esta inscrição; que tal monarca governe seus súditos da mesma forma, que fale da justiça para seu povo, que tome as decisões certas, elimine os delinquentes e criminosos da terra, e garanta prosperidade a seus súditos. Hamurabi, o rei de tudo o que é correto, a quem Shamash conferiu as leis, este sou eu. Minhas palavras são levadas em consideração, meus feitos são inigualáveis; para rebaixar aqueles que se consideravam poderosos em vão, para humilhar os orgulhosos, acabar com a insolência. Se um futuro monarca prestar atenção às minhas palavras, agora escritas nesta minha inscrição, se ele não anular minhas leis, nem corromper minhas palavras, nem mudar meu monumento, então que Shamash aumente o reinado deste rei, assim como Ele o fez de mim o rei da retidão, para que este monarca reine com justiça sobre seus súditos. Se este governante não tiver alta conta minhas palavras, aquelas que escrevi na minha inscrição, se ele desprezar as minhas maldições e não temer a cólera de Deus, se ele destruir a lei que me foi dada, corromper minhas palavras, alterar meu monumento, apagar meu nome, escrever seu nome no lugar do meu, ou não prestando atenção às maldições fazer com que outro execute todas estas ações, este homem, não importa que seja rei ou governante, sacerdote um leigo, não importa o que seja, que o grande Deus Anu, o pai dos deuses, que ordenou que eu governasse, retire deste homem a glória da realeza, que Ele quebre o cetro deste rei, e amaldiçoe seu destino. Que Bel, o deus que fixou o destino, cujo comando não pode ser alterado, que fez meu reino grandioso, ordene uma rebelião que a mão deste monarca não possa controlar, que o vento derrube sua habitação, que ele passe anos no poder em lamentações, anos de escassez, anos de fome, escuridão sem luz, morte de olhos que tudo vêem venham ao encontro deste homem. Que Bel ordene com sua boca potente a destruição da cidade deste rei, a dispersão de seus súditos, a redução de seu governo, a remoção de seu nome da memória da terra. Que Belit, a grande Mãe, cujo comando é potente no E-Kur, a Senhora que graciosamente ouve minhas petições, no assento do julgamento e das decisões (onde Bel fixa os destinos), torne os assuntos deste rei desfavoráveis frente a Bel, e faça acontecer a devastação na terra deste rei, destruindo seus súditos. Que Ea, o grande governante, cujos decretos dos destinos da criação são acatados, o pensador dos deuses, o onisciente, que faz longos os dias da minha vida, retire a compreensão e a sabedoria deste rei, que enfraqueça a sua memória, feche seus rios em suas nascentes, e não deixe os cereais ou grãos nascerem para que a humanidade cresça em sua terra. Que Shamash, o grande juiz dos céu e da terra, que dá sustentação a todos os tipos de existência, senhor da Coragem de Viver, estilhasse o seu domínio, anule a sua lei, destrua seus desígnios, que



a marcha de suas tropas seja a da derrota. Que a este monarca sejam enviadas visões que prennunciem o desgaste das fundações de seu trono e a destruição de sua terra. Que a condenação de Shamash caia sobre ele, que a ele falte água mais que todos os outros seres vivos, e que seu espírito seja o mais baixo da terra. Que Sin, o deus da lua, o Senhor dos Céus, o pai divino, cujo crescente dá luz mais do que todos os outros deuses, leve-lhe a coroa e o trono; que tal monarca tenha a marca da culpa sobre si, grande decadência e que nada seja mais baixo do que ele. Que seus anos de governo sejam marcados por lágrimas e suspiros, que a vida seja-lhe tal qual a morte. Que Adad, o senhor da prosperidade, regente do céu e da terra, meu perene auxílio, retire deste monarca a chuva dos céus e as águas dos lagos, destruindo sua terra pela fome e ganância; que tal rei cause o furor de sua cidade, que se transforme em ruínas. Que Zamama, o grande guerreiro, o primogênito do E-kur, que está à minha direita, estilhace suas armas no campo de batalha, que Zamama torne o dia em noite para ele, e deixe os inimigos de tal monarca triunfarem sobre ele. Que Ishtar, a deusa das lutas e da guerra, que protege minhas armas, meu gracioso espírito protetor, que ama meus domínios, amaldiçoe seu reino com um coração raivoso; que na sua grande ira, ela transforme as sorte deste rei em desgraça e estilhace as armas dele no campo de batalha e na guerra. Que Ishtar crie desordem e desunião para ele, que ela destrua seus guerreiros, para que a terra beba do sangue deles e faça surgir pilhas de corpos de tais guerreiros nos campos. Que minha adorada Ishtar não garanta a tal rei uma vida de misericórdia, que ela o coloque nas mãos de seus inimigos e que faça com que tal rei seja feito prisioneiro nas terras de seus inimigos. Que Nergal, o poderoso dentre os deuses, cujas força é irresistível, que me concedeu inúmeras vitórias, no seu poder queime os súditos de tal rei, cortando seus membros com armas poderosas, reduzindo-o a uma imagem de argila. Que Nintu, a sublime deusa de nossa terra, a Grande Mãe, negue-lhe um filho, que ele não tenha um sucessor entre os homens. Que Nin-karak, a filha de Anu, que me concedeu tantas graças, faça com que seus membros ardam de febre no Ekur, que ele sofra de sérias feridas que não possam ser curadas, e cuja natureza os médicos não possam entender ou tratar com ataduras, e tal monarca, como se mordido pela morte, não possa ser tratado. Que ele lamente a perda da vitalidade, e que os grandes deuses do céu e da terra, os Anunaki, amaldiçoem os confins do templo, as paredes de seu Ebara (o templo do Sol em Sipar), que seus guerreiros, súditos e suas tropas pereçam. Que Bel o amaldiçoe com as maldições poderosas de sua boca, maldições estas que não podem ser alteradas.

### **Fim do Código de Hamurabi.**

## ANEXO II

### **APELAÇÃO CÍVEL. ADOÇÃO. CASAL FORMADO POR DUAS PESSOAS DE MESMO SEXO. POSSIBILIDADE.**

*Reconhecida como entidade familiar, merecedora da proteção estatal, a união formada por pessoas do mesmo sexo, com características de duração, publicidade, continuidade e intenção de constituir família, decorrência inafastável é a possibilidade de que seus componentes possam adotar. Os estudos especializados não apontam qualquer inconveniente em que crianças sejam adotadas por casais homossexuais, mais importando a qualidade do vínculo e do afeto que permeia o meio familiar em que serão inseridas e que as liga aos seus cuidadores. É hora de abandonar de vez preconceitos e atitudes hipócritas desprovidas de base científica, adotando-se uma postura de firme defesa da absoluta prioridade que constitucionalmente é assegurada aos direitos das crianças e dos adolescentes (art. 227 da Constituição Federal). Caso em que o laudo especializado comprova o saudável vínculo existente entre as crianças e as adotantes.*

NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME.

APELAÇÃO CÍVEL

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

Nº 70013801592

COMARCA DE BAGÉ

MINISTERIO PUBLICO

APELANTE

LI. M. B. G.

APELADO

### A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em negar provimento ao apelo.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores DESA. MARIA BERENICE DIAS (PRESIDENTE) E DES. RICARDO RAUPP RUSCHEL.

Porto Alegre, 05 de abril de 2006.

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS,

Relator.

## RELATÓRIO

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS (RELATOR)

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, irresignado com sentença que deferiu a adoção dos menores P.H. R.M. (3 anos e 6 meses) e J.V.R.M. (2 anos e 3 meses) a LI. M. B.G., companheira da mãe adotiva dos menores L. R.M.

Sustenta que: (1) há vedação legal (CC, art. 1622) ao deferimento de adoção a duas pessoas, salvo se forem casadas ou viverem em união estável; (2) é reconhecida como entidade familiar a união estável, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família, entre homem e mulher; (3) nem as normas constitucionais nem as infraconstitucionais albergam o reconhecimento jurídico da união homossexual; (4) de acordo com a doutrina, a adoção deve imitar a família biológica, inviabilizando a adoção por pares do mesmo sexo. Pede provimento.

Houve resposta.

Nesta instância o Ministério Público opina pelo conhecimento e provimento do apelo.

É o relatório.

## VOTOS

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS (RELATOR) -

A requerente LI.M.B.G., fisioterapeuta e professora universitária, postula a

adoção dos menores P.H.R.M., nascido em 07.09.2002, e J.V.R.M., nascido em 26.12.2003. Relata que ambos são filhos adotivos de L.R.M., com quem a ora requerente mantém um relacionamento aos moldes de entidade familiar há oito anos.

Em anexo estão os processos em que foi deferida a adoção de ambos os menores, que são irmãos biológicos, a L.R.M.. Sinale-se que as crianças são cuidadas por L. desde o nascimento.

A r. sentença recorrida julgou procedente o pleito. O recurso é do Ministério Público e se baseia na impossibilidade de ser deferida a adoção conjunta a duas pessoas, salvo se forem casadas ou mantiverem união estável (art. 1.622 do Código Civil), o que não se configura no caso, diante do fato de que a pretendente da adoção e a mãe já adotiva das crianças são pessoas do mesmo sexo. O parecer ministerial nesta instância é no sentido do provimento (ressalvado o erro material evidente na conclusão, ao dizer que opina pelo

“improvemento”).

Com efeito, o art. 1.622 do Código Civil dispõe:

Ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou viverem em união estável.

No caso destes autos, L. (que já é mãe adotiva dos meninos) e LI. (ora pretendente à adoção) são mulheres, o que, em princípio, por força do art. 226, § 3º, da CF e art. 1.723 do Código Civil, obstaría reconhecer que o relacionamento entre elas entretido possa ser juridicamente definido como união estável, e, portanto, afastaria a possibilidade de adoção conjunta.

No entanto, a jurisprudência deste colegiado já se consolidou, por ampla maioria, no sentido de conferir às uniões entre pessoas do mesmo sexo tratamento em tudo equivalente ao que nosso ordenamento jurídico confere às uniões estáveis. Dentre inúmeros outros julgados, vale colacionar, a título meramente exemplificativo, o seguinte:

*APELAÇÃO CÍVEL. UNIÃO HOMOAFETIVA. RECONHECIMENTO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA IGUALDADE.*

*É de ser reconhecida judicialmente a união homoafetiva mantida entre dois homens de forma pública e ininterrupta pelo período de nove anos. A homossexualidade é um fato social que se perpetuou através dos séculos, não podendo o judiciário se olvidar de prestar a tutela jurisdicional a uniões que, enlaçadas pelo afeto, assumem feição de família. A união pelo amor é que caracteriza a entidade familiar e não apenas a diversidade de gêneros. E, antes*

*disso, é o afeto a mais pura exteriorização do ser e do viver, de forma que a marginalização das relações mantidas entre pessoas do mesmo sexo constitui forma de privação do direito à vida, bem como viola os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.*

**AUSÊNCIA DE REGRAMENTO ESPECÍFICO. UTILIZAÇÃO DE ANALOGIA E DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO.**

*A ausência de lei específica sobre o tema não implica ausência de direito, pois existem mecanismos para suprir as lacunas legais, aplicando-se aos casos concretos a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, em consonância com os preceitos constitucionais (art. 4º da LICC). Negado provimento ao apelo, vencido o Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. [III](#)*

Com efeito, o tratamento analógico das uniões homossexuais como entidades familiares segue a evolução jurisprudencial iniciada em meados do séc. XIX no Direito francês, que culminou no reconhecimento da sociedade de fato nas formações familiares entre homem e mulher não consagradas pelo casamento. À época, por igual, não havia, no ordenamento jurídico positivo brasileiro, e nem no francês, nenhum dispositivo legal que permitisse afirmar que união fática entre homem e mulher constituía família, daí por que o recurso à analogia, indo a jurisprudência inspirar-se em um instituto tipicamente obrigacional como a sociedade de fato.

Houve resistências inicialmente? Certamente sim, como as há agora em relação às uniões entre pessoas do mesmo sexo. O fenômeno é rigorosamente o mesmo. Não se está aqui a afirmar que tais relacionamentos constituem exatamente uma união estável. O que se sustenta é que, se é para tratar por analogia, muito mais se assemelham a uma união estável do que a uma sociedade de fato. Por quê? Porque a affectio que leva estas duas pessoas a viverem juntas, a partilharem os momentos bons e maus da vida é muito mais a affectio conjugalis do que a affectio societatis. Elas não estão ali para obter resultados econômicos da relação, mas, sim, para trocarem afeto, e esta troca de afeto, com o partilhamento de uma vida em comum, é que forma uma entidade familiar. Pode-se dizer que não é união estável, mas é uma entidade familiar à qual devem ser atribuídos iguais direitos.

Estamos hoje, como muito bem ensina Luiz Edson Fachin, na perspectiva da família eudemonista, ou seja, aquela que se justifica exclusivamente pela busca da felicidade, da realização pessoal dos seus indivíduos. E essa realização pessoal pode dar-se dentro da heterossexualidade ou da homossexualidade. É uma questão de opção, ou de determinismo, controversa esta acerca da qual a ciência ainda não chegou a uma conclusão definitiva, mas, de qualquer forma, é uma decisão, e, como tal, deve ser respeitada.

Parece inegável que o que leva estas pessoas a conviverem é o amor. São

relações de amor, cercadas, ainda, por preconceitos. Como tal, são aptas a servir de base a entidades familiares equiparáveis, para todos os efeitos, à união estável entre homem e mulher.

Em contrário a esse entendimento costuma-se esgrimir sobretudo com o argumento de que as entidades familiares estão especificadas na Constituição Federal, e que dentre elas não se alinha a união entre pessoas de mesmo sexo. Respondendo vantajosamente a tal argumento, colaciono aqui preciosa lição de Maria Celina Bodin de Moraes<sup>[2]</sup>, onde aquela em. jurista assim se manifesta :

*O argumento jurídico mais consistente, contrário à natureza familiar da união civil entre pessoas do mesmo sexo, provém da interpretação do Texto Constitucional. Nele encontram-se previstas expressamente três formas de configurações familiares: aquela fundada no casamento, a união estável entre um homem e uma mulher com ânimo de constituir família (art. 226, §3º), além da comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226, § 4º). Alguns autores, em respeito à literalidade da dicção constitucional e com argumentação que guarda certa coerência lógica, entendem que 'qualquer outro tipo de entidade familiar que se queira criar, terá que ser feito via emenda constitucional e não por projeto de lei'.*

*O raciocínio jurídico implícito a este posicionamento pode ser inserido entre aqueles que compõem a chamada teoria da 'norma geral exclusiva' segundo a qual, resumidamente, uma norma, ao regular um comportamento, ao mesmo tempo exclui daquela regulamentação todos os demais comportamentos<sup>[3]</sup>. Como se salientou em doutrina, a teoria da norma geral exclusiva tem o seu ponto fraco no fato de que, nos ordenamentos jurídicos, há uma outra norma geral (denominada inclusiva), cuja característica é regular os casos não previstos na norma, desde que semelhantes a ele, de maneira idêntica<sup>[4]</sup>. De modo que, frente a uma lacuna, cabe ao intérprete decidir se deve aplicar a norma geral exclusiva, usando o argumento a contrario sensu, ou se deve aplicar a norma geral inclusiva, através do argumento a simili ou analógico.*

*Sem abandonar os métodos clássicos de interpretação, verificou-se que outras dimensões, de ordem social, econômica, política, cultural etc., mereceriam ser consideradas, muito especialmente para interpretação dos textos das longas Constituições democráticas que se forjaram a partir da segunda metade deste século. Sustenta a melhor doutrina, modernamente, com efeito, a necessidade de se utilizar métodos de interpretação que levem em conta trata-se de dispositivo constante da Lei Maior e, portanto, métodos específicos de interpretação constitucional devem vir à baila.*

*Daí ser imprescindível enfatizar, no momento interpretativo, a especificidade da normativa constitucional – composta de regras e princípios –, e considerar que os preceitos constitucionais são, essencialmente, muito mais indeterminados e elásticos do que as demais normas e, portanto, 'não predeterminam, de modo*

*completo, em nenhum caso, o ato de aplicação, mas este se produz ao amparo de um sistema normativo que abrange diversas possibilidades'<sup>[5]</sup>. Assim é que as normas constitucionais estabelecem, através de formulações concisas, 'apenas os princípios e os valores fundamentais do estatuto das pessoas na comunidade, que hão de ser concretizados no momento de sua aplicação' <sup>[6]</sup>.*

*Por outro lado, é preciso não esquecer que segundo a perspectiva metodológica de aplicação direta da Constituição às relações intersubjetivas, no que se convencionou denominar de 'direito civilconstitucional', a normativa constitucional, mediante aplicação direta dos princípios e valores antes referidos, determina o iter interpretativo das normas de direito privado – bem como a colmatação de suas lacunas –, tendo em vista o princípio de solidariedade que transformou, completamente, o direito privado vigente anteriormente, de cunho marcadamente individualístico. No Estado democrático e social de Direito, as relações jurídicas privadas 'perderam o caráter estritamente privatista e inserem-se no contexto mais abrangente de relações a serem dirimidas, tendo-se em vista, em última instância, no ordenamento constitucional.*

*Seguindo-se estes raciocínios hermenêuticos, o da especificidade da interpretação normativa civil à luz da Constituição, cumpre verificar se por que a norma constitucional não previu outras formas de entidades familiares, estariam elas automaticamente excluídas do ordenamento jurídico, sendo imprescindível, neste caso, a via emendacional para garantir proteção jurídica às uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, ou se, ao contrário, tendo-se em vista a similitude das situações, estariam essas uniões abrangidas pela expressão constitucional 'entidade familiar'.*

*Ressalte-se que a Constituição Federal de 1988, além dos dispositivos enunciados em tema de família, consagrou, no art. 1º, III, entre os seus princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana, 'impedindo assim que se pudesse admitir a superposição de qualquer estrutura institucional à tutela de seus integrantes, mesmo em se tratando de instituições com status constitucional, como é o caso da empresa, da propriedade e da família'<sup>[7]</sup>. Assim sendo, embora tenha ampliado seu prestígio constitucional, a família, como qualquer outra comunidade de pessoas, 'deixa de ter valor intrínseco, como instituição capaz de merecer tutela jurídica pelo simples fato de existir, passando a ser valorada de maneira instrumental, tutelada na medida em que se constitua em um núcleo intermediário de desenvolvimento da personalidade dos filhos e de promoção da dignidade de seus integrantes'<sup>[8]</sup>. É o fenômeno da 'funcionalização' das comunidades intermediárias – em especial da família – com relação aos membros que as compõem<sup>[9]</sup>. A proteção jurídica que era dispensada com exclusividade à 'forma' familiar (pense-se no ato formal do casamento) foi substituída, em consequência, pela tutela jurídica atualmente atribuída ao 'conteúdo' ou à substância: o que se deseja ressaltar é que a relação estará protegida não em decorrência de possuir esta ou aquela estrutura, mesmo se e quando prevista constitucionalmente, mas em virtude da função que desempenha – isto é, como espaço de troca de afetos,*



*assistência moral e material, auxílio mútuo, companheirismo ou convivência entre pessoas humanas, quer sejam do mesmo sexo, quer sejam de sexos diferentes.*

*Se a família, através de adequada interpretação dos dispositivos constitucionais, passa a ser entendida principalmente como 'instrumento', não há como se recusar tutela a outras formas de vínculos afetivos que, embora não previstos expressamente pelo legislador constituinte, se encontram identificados com a mesma ratio, como os mesmo fundamentos e com a mesma função. Mais do que isto: a admissibilidade de outras formas de entidades 'familiares' torna-se obrigatória quando se considera seja a proibição de qualquer outra forma de discriminação entre as pessoas, especialmente aquela decorrente de sua orientação sexual – a qual se configura como direito personalíssimo –, seja a razão maior de que o legislador constituinte se mostrou profundamente comprometido com a com a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II, CF), tutelando-a onde quer que sua personalidade melhor se desenvolva. De fato, a Constituição brasileira, assim como a italiana, inspirou-se no princípio solidarista, sobre o qual funda a estrutura da República, significando dizer que a dignidade da pessoa é preexistente e a antecedente a qualquer outra forma de organização social.*

*O argumento de que à entidade familiar denominada 'união estável' o legislador constitucional impôs o requisito da diversidade de sexo parece insuficiente para fazer concluir que onde vínculo semelhante se estabeleça, entre pessoas do mesmo sexo serão capazes, a exemplo do que ocorre entre heterossexuais, de gerar uma entidade familiar, devendo ser tutelados de modo semelhante, garantindo-se-lhes direitos semelhantes e, portanto, também, os deveres correspondentes. A prescindir da veste formal, a ser dada pelo legislador ordinário, a jurisprudência – que, em geral, espelha a sensibilidade e as convenções da sociedade civil –, vem respondendo afirmativamente.*

*A partir do reconhecimento da existência de pessoas definitivamente homossexuais, ou homossexuais inatas, e do fato de que tal orientação ou tendência não configura doença de qualquer espécie – a ser, portanto, curada e destinada a desaparecer –, mas uma manifestação particular do ser humano, e considerado, ainda, o valor jurídico do princípio fundamental da dignidade da pessoa, ao qual está definitivamente vinculado todo o ordenamento jurídico, e da conseqüente vedação à discriminação em virtude da orientação sexual, parece que as relações entre pessoas do mesmo sexo devem merecer status semelhante às demais comunidade de afeto, podendo gerar vínculo de natureza familiar.*

*Para tanto, dá-se como certo o fato de que a concepção sociojurídica de família mudou. E mudou seja do ponto de vista dos seus objetivos, não mais exclusivamente de procriação, como outrora, seja do ponto de vista da proteção que lhe é atribuída. Atualmente, como se procurou demonstrar, a tutela jurídica não é mais concedida à instituição em si mesma, como portadora de um interesse superior ou supra-individual, mas à família como um grupo social, como o*

*ambiente no qual seus membros possam, individualmente, melhor se desenvolver (CF, art. 226, §8º).*

Partindo então do pressuposto de que o tratamento a ser dado às uniões entre pessoas do mesmo sexo, que convivem de modo durável, sendo essa convivência pública, contínua e com o objetivo de constituir família deve ser o mesmo que é atribuído em nosso ordenamento às uniões estáveis, resta concluir que é possível reconhecer, em tese, a essas pessoas o direito de adotar em conjunto.

É preciso atentar para que na origem da formação dos laços de filiação prepondera, acima do mero fato biológico, a convenção social. É Villela<sup>[10]</sup> que assinala:

*se se prestar atenta escuta às pulsações mais profundas da longa tradição cultural da humanidade, não será difícil identificar uma persistente intuição que associa a paternidade antes com o serviço que com a procriação. Ou seja: ser pai ou ser mãe não está tanto no fato de gerar quanto na circunstância de amar e servir.*

Na mesma senda, leciona Hérítier<sup>[11]</sup> :

*Não existem, até nossos dias, sociedades humanas que sejam fundadas unicamente sobre a simples consideração da procriação biológica ou que lhe tenham atribuído a mesma importância que a filiação socialmente definida. Todas consagram a primazia do social – da convenção jurídica que funda o social – sobre o biológico puro. A filiação não é, portanto, jamais um simples derivado da procriação.*

Além de a formação do vínculo de filiação assentar-se predominante na convenção jurídica, mister observar, por igual, que nem sempre, na definição dos papéis maternos e paternos, há coincidência do sexo biológico com o sexo social. Neste passo, é Nadaud que nos reporta:

Indépendamment de la forme de la filiation, on remarque que ce lien de filiation n'est qu'exceptionnellement, au regard de l'étendue des sociétés humaines, superposable à l'engendrement biologique ou à la procréation: il existe en effet une "dissociation entre la 'vérité biologique de l'engendrement' et la filiation". Ce point est essentiel car il explique pourquoi, dans la plupart des sociétés, l'engendrement et la parenté sont deux choses distinctes. De la même façon, quand on parle de père et de mère, et donc d'un individu masculin ou féminin, il faut différencier ce qui est le sexe biologique de ce qui est le sexe social, lesquels, bien souvent, sont loin de se recouper: bon nombre de sociétés dissocient ainsi le sexe biologique du genre dans la genèse des liens de filiation.<sup>[12]</sup>

Melhor esclarecendo essa perspectiva, é novamente Hérítier<sup>[13]</sup> quem nos traz da antropologia um exemplo que evidencia que em organizações sociais tidas por primitivas o papel de pai nem sempre é exercido por um indivíduo do sexo masculino:

*Num caso particularmente interessante encontrado entre os Nuer, é uma mulher, considerada como homem, que enquanto pai, se vê atribuir uma descendência. Nesta sociedade, com efeito, as mulheres que provam, depois de terem sido casadas por tempo suficientemente longo, sua esterilidade definitiva, retornam a sua linhagem de origem, onde são consideradas totalmente como homens. Este é apenas um dos exemplos em que a mulher estéril, longe de ser desacreditada por não poder cumprir seu destino feminino, é creditada com essência masculina. A 'bréhaigne', como mostra a etiologia proposta por Littré, é uma mulher-homem (de 'barus' = 'vir' em baixo latim), mas, pode-se, segundo a cultura, tirar dessa assimilação conclusões radicalmente diferentes. Para os Nuer, a mulher 'brehaigne' acede ao status masculino. Como todo casamento legítimo é sancionado por importantes transferências de gado da família do marido à da esposa, este gado é repartido entre o pai e os tios paternos desta. De volta à casa de seus irmãos, a mulher estéril se beneficia, então, na qualidade de tio paterno, de parte do gado da compensação dada para suas sobrinhas. Quando ela, dessa forma, constitui um capital, ela pode, por sua vez, fornecer uma compensação matrimonial e obter uma esposa da qual ela se torna o marido. Essa relação conjugal não leva a relações homossexuais: a esposa serve seu marido e trabalha em seu benefício. A reprodução é assegurada graças a um criado, a maior parte das vezes de uma etnia estrangeira, que cumpre tarefas pastoris mas assegura também o serviço de cama junto à esposa. Todas as crianças vindas ao mundo são do 'marido', que a transferência do gado designou expressamente, segundo a lei social que faz a filiação. Elas portam seu nome, chamam-na 'pai', a respeitam e não se estabelece nenhum laço particular com seu genitor, que não possui direitos sobre elas e se vê recompensado por seu papel pelo ganho de uma vaca, por ocasião do casamento das filhas, vaca que é o prêmio por engendrar. Estatutos e papéis masculinos e femininos são aqui, portanto, independentes do sexo: é a fecundidade feminina ou sua ausência que cria a linha de separação. Levado ao extremo, esta representação que faz da mulher estéril um homem a autoriza a representar o papel de homem em toda sua extensão social.*

Como se vê, nada há de novo sob o sol, quando se cogita de reconhecer a duas pessoas de mesmo sexo (no caso, duas mulheres), que mantém uma relação tipicamente familiar, o direito de adotar conjuntamente.

Resta verificar se semelhante modalidade de adoção constitui efetivo benefício aos adotandos, critério norteador insculpido no art. 1.625 do Código Civil.

Nadaud<sup>[14]</sup>, em sua tese de doutorado, realizou estudo sobre uma população de infantes criados em lares de homossexuais, constatando que:

*(...) globalement, leurs comportements ne varient pas fondamentalement de ceux de la population générale. Il ne s'agit donc pas d'affirmer que tous les enfants de parents homosexuels "vont bien", mais d'apporter une pierre supplémentaire à*

*l'édifice des études qui montrent déjà que leurs comportements correspondent à ceux des autres enfants de leur âge. Ce qui revient absolument pas à nier leur spécificité.*

Não é diferente a conclusão a que chegaram Tasker e Golombok<sup>[15]</sup>:

*Ce qui apparait clairement dans la présente étude, c'est que les enfants qui grandissent dans une famille lesbienne n'auront pas nécessairement de problèmes liés à cela à l'âge adulte. De fait, les résultats de la présente étude montrent que les jeunes gens élevés par une mère lesbienne réussissent bien à l'âge adulte et ont de bonnes relations avec leurs famille, leurs amie e leurs partenaires. Dans les décisions de justice que statuent sur la capacité ou l'incapacité d'un adulte à élever un enfant, il conviendrait de ne plus se fonder sur l'orientation sexuelle de la mère pour évaluer l'intérêt de l'enfant.*

Idêntica é a pesquisa de CJ. Patterson<sup>[16]</sup>, da Universidade de Virgínia (USA),

*ao afirmar que: Em resume, il n'existe pas de données que permettraient d'avancer que les lesbiennes et les gays ne sont pas des parents adéquats ou encore que le developpement psychosocial des enfants de gays ou de lesbiennes soit compromis, sous quelques aspect que ce soit, par rapport à celui des enfants de parents hétérosexuels. Pas une seule étude n'a constate que les enfants de parents gays ou lesbiens sont handicapés, dans quelques domaine significatif que se soit, par rapport aux enfants de parents hetérosexuels. De plus, les résultats à ce jour laissent penser que les environnements familiaux fournis par les parents gays et lesbiens sont susceptibles de soutenir et d'aider la maturation psychosociale des enfants de la même manière que ceux fournis par les parents hétérosexuels.*

Na Universidade de Valência (ESP), o estudo de Navarro, Llobell e Bort<sup>[17]</sup> aponta na mesma direção:

*Los resultados ofrecen de forma unánime datos que son coherentes com el postulado de la parentalidad como un proceso bidireccional padres-hijos que no está relacionado com la orientación sexual de los padres. Educar y criar a los hijos de forma saludable lo realizan de forma semejante los padres homosexuales y los padres heterosexuales.*

Também a Academia Americana de Pediatria (American Academy of Pediatrics), em estudo coordenado por Ellen C. Perrin<sup>[18]</sup>, concluiu:

*A growing body of scientific literature demonstrates that children who grow up with 1 or 2 gay and/or lesbian parents fare as well in emotional, cognitive, social, and sexual functioning as do children whose parents are heterosexual. Children's optimal development seems to be influenced more by the nature of the relationships and interactions within the family unit than by the particular structural form it takes.*

Como se vê, os estudos especializados não indicam qualquer inconveniente em que crianças sejam adotadas por casais homossexuais, mais importando a qualidade do vínculo e do afeto que permeia o meio familiar em que serão inseridas e que as liga a seus cuidadores.

É, portanto, hora de abandonar de vez os preconceitos e atitudes hipócritas desprovidas de base científica, adotando-se uma postura de firme defesa da absoluta prioridade que constitucionalmente é assegurada aos direitos das crianças e dos adolescentes (art. 227 da Constituição Federal). Como assinala Rolim<sup>[19]</sup> :

*Temos, no Brasil, cerca de 200 mil crianças institucionalizadas em abrigos e orfanatos. A esmagadora maioria delas permanecerá nesses espaços de mortificação e desamor até completarem 18 anos porque estão fora da faixa de adoção provável. Tudo o que essas crianças esperam e sonham é o direito de terem uma família no interior das quais sejam amadas e respeitadas. Graças ao preconceito e a tudo aquilo que ele oferece de violência e intolerância, entretanto, essas crianças não poderão, em regra, ser adotadas por casais homossexuais. Alguém poderia me dizer por quê? Será possível que a estupidez histórica construída escrupulosamente por séculos de moral lusitana seja forte o suficiente para dizer: - "Sim, é preferível que essas crianças não tenham qualquer família a serem adotadas por casais homossexuais" ? Ora, tenham a santa paciência. O que todas as crianças precisam é cuidado, carinho e amor. Aquelas que foram abandonadas foram espancadas, negligenciadas e/ou abusadas sexualmente por suas famílias biológicas. Por óbvio, aqueles que as maltrataram por surras e suplícios que ultrapassam a imaginação dos torturadores; que as deixaram sem terem o que comer ou o que beber, amarradas tantas vezes ao pé da cama; que as obrigaram a manter relações sexuais ou atos libidinosos eram heterossexuais, não é mesmo? Dois neurônios seriam, então, suficientes para concluir que a orientação sexual dos pais não informa nada de relevante quando o assunto é cuidado e amor para com as crianças. Poderíamos acrescentar que aquela circunstância também não agrega nada de relevante, inclusive, quanto à futura orientação sexual das próprias crianças, mas isso já seria outro tema. Por hora, me parece o bastante apontar para o preconceito vigente contra as adoções por casais homossexuais com base numa pergunta: - "que valor moral é esse que se faz cúmplice do abandono e do sofrimento de milhares de crianças?"*

Postas as premissas, passo ao exame do caso, a fim de verificar se estão aqui concretamente atendidos os interesses dos adotandos.

E também sob esse aspecto, a resposta é favorável à apelada.

Como ressalta o relatório de avaliação, de fls. 13/17 :

*Li. de 39 anos e L. de 31 anos, convivem desde 1998. Em abril de 2003 L. teve a adoção de P.H. deferida e, em fevereiro de 2004 foi deferida a adoção de J.V.. Na*

*época Li. participou da decisão e de todo o processo de adoção auxiliando nos cuidados e manutenção das crianças.*

*Elas relatam que, procuram ser discretas quanto ao seu relacionamento afetivo, na presença das crianças. Participam igualmente nos cuidados e educação dos meninos, porém, é Li. que se envolve mais no deslocamento deles, quando depende de carro, pois é ela quem dirige.*

*Li., diz que, é mais metódica e rígida do que L. e observou-se que é mais atenta na imposição de limites.*

*Segundo a Sra. Iara, mãe de Li., a família aceita e apóia Li. na sua orientação sexual, “ela é uma filha que nunca deu problemas para a família, acho que as crianças tiveram sorte, pois têm atenção, carinho e tudo o que necessitam, Li. os trata como filhos” (SIU). Coloca que Li. e L. se relacionam bem. Observou-se fotos dos meninos e de Li. na casa dos pais dela, eles costumam visitá-la aos finais de semana, quando almoçam todos juntos e convivem mais com as crianças e L.. Com a família de L. a convivência é mais freqüente, pois a mãe de L. auxilia no cuidado a J.V..*

*Com relação às crianças:*

*Os meninos chamam Li. e L. de mãe.*

*P.H. está com 2 anos e 6 meses, freqüenta a Escolinha particular Modelando Sonhos, a tarde. A professora dele, L. B. F., informou que o menino apresenta comportamento normal para sua faixa etária, se relaciona bem e adaptou-se rapidamente. Li. e L. estão como responsáveis na escola e participam juntas nos eventos na escolinha, sendo bem aceitas pelos demais pais de alunos.*

*Observou-se que, P.H. é uma criança com aparência saudável, alegre e ativo. J.V. faz tratamento constante para bronquite e, apesar dos problemas de saúde iniciais, apresenta aparência saudável e desenvolvimento normal para sua faixa etária. Durante a tarde, ele fica sob os cuidados da mãe de L. enquanto L. e Li. trabalham. A Sra. N. coloca que os meninos são muito afetivos com as mães e vice-versa.*

*L. coloca que até agora, não sentiu nenhuma discriminação aos filhos e, P.H. costuma ser convidado para ir brincar na casa de coleguinhas da escolinha. São convidados para festas de aniversário de filhas de colegas de trabalho e amigos.*

*Situação atual:*

*Li. coloca que sempre pensou em adotar, o que se acentuou com a convivência com L. e as crianças, pois se preocupa com o futuro dos meninos, já que L. é autônoma e possui problema de saúde. E, ela já pensou em uma situação mais estável, trabalha com vínculo empregatício como professora da URCAMP, possuindo convênios de saúde e vantagens para o acesso dos meninos ao ensino básico e superior. Coloca “a minha preocupação não é criar polêmica mais resguardá-los para o futuro” (SIU).*



*Li. relata que, quando não está trabalhando, se dedica ao cuidado das crianças. Refere-se à personalidade de cada um, demonstrando os vínculos e convivência intensa que possui com os meninos. Diz que costuma limitar a vida social às condições de saúde das crianças, principalmente J.V..*

(...)

*Parecer:*

*De acordo com o exposto acima, s.m.j., parece que, Li. tem exercido a parentalidade adequadamente.*

*Com relação às vantagens da adoção para estas crianças, especificamente, conhecendo-se a família de origem, pode-se afirmar que, quanto aos efeitos sociais e jurídicos são inegáveis, quanto aos efeitos subjetivos é prematuro dizer, porém existem fortes vínculos afetivos que indicam bom prognóstico. (GRIFEI)*

Por fim, de louvar a solução encontrada pelo em. Magistrado Marcos Danúbio Edon Franco, ao determinar na sentença que no assento de nascimento das crianças conste que são filhas de L.R.M. e Li.M.B.G., sem declinar a condição de pai ou mãe.

Ante o exposto, por qualquer ângulo que se visualize a controvérsia, outra Conclusão não é possível obter a não ser aquela a que também chegou a r. sentença, que, por isso, merece ser confirmada.

Nego, assim, provimento ao apelo.

DES. RICARDO RAUPP RUSCHEL (REVISOR) - De acordo.

DESA. MARIA BERENICE DIAS (PRESIDENTE) -

A Justiça tem por finalidade julgar os fatos da vida. E hoje temos diante dos olhos um fato: dois meninos têm duas mães. Esse fato a Justiça não pode deixar de enxergar.

Desde que nasceram, essas crianças foram entregues pela mãe biológica ao casal de lésbicas e por elas são criadas. Para criarem um vínculo jurídico, para assumirem a responsabilidade decorrente da maternidade, fizeram uso – como bem disse o Relator – de um subterfúgio: uma delas buscou a adoção. Mas passaram eles a ser criados por ambas, reconhecem as duas como mães, assim as chamam. Consideram-se filhos de ambas, ou seja, detêm com relação a elas a posse de estado de filho, estabelecendo com suas mães um vínculo de filiação.

De há algum tempo a Justiça já vem emprestando maior prestígio ao vínculo afetivo. É este que é reconhecido como o prevalente ao biológico. Paulo Lôbo, um dos nossos juristas maiores, inclusive encontra, em cinco normas constitucionais, fundamento de que a filiação não é estabelecida pelo critério biológico, mas pelo critério afetivo. Essa foi a escolha do legislador constitucional. Ao dizer a Constituição que todos os filhos são iguais independentemente de sua origem, não está preocupado com a verdade biológica (CF § 6º do art. 227). Ao estabelecer nos §§ 5º e 6º do mesmo



artigo a igualdade de direitos, também faz uma escolha pela filiação afetiva. Ao referir à “comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, inclui os filhos adotivos, com a mesma dignidade da família constitucionalmente protegida, não sendo relevante a origem ou a existência de um outro pai, que seria o genitor (CF, § 4º do art. 226). O direito à convivência familiar e não à origem genética constitui prioridade absoluta de crianças e adolescentes (CF, art. 227, caput). Igualmente o legislador, ao impor a todos os membros da família o dever de solidariedade de uns aos outros: dos pais para os filhos e dos filhos para os pais e de todos em relação aos idosos, também não está priorizando a filiação biológica (CF arts. 229 e 230).<sup>[20]</sup> Assim, tem assento constitucional a priorização da filiação afetiva ou socioafetiva, como alguns preferem dizer.

Então, mister reconhecer que as duas mães mantêm um vínculo de filiação com essas crianças. Uma delas tem vínculo jurídico decorrente da adoção, buscando a outra o reconhecimento em juízo da filiação para assumir as responsabilidades decorrentes do poder familiar. Fazem isso porque são sabedoras das dificuldades que a ausência desse vínculo pode gerar aos filhos, eis que todos os pais responsáveis querem preservar sua prole.

Ao depois, a apelada tem vínculo laboral, que garantirá maior segurança a eles. É funcionária pública e professora universitária, ao contrário de sua parceira, que, inclusive, tem problemas de saúde. Quer dar aos filhos a segurança de que, se vier a falecer, terão direitos.

Também quer ter a certeza, de que se vier a falecer a mãe adotiva, terá a possibilidade de ficar com a guarda dos filhos, porque, se não tiver vínculo nenhum, quiçá, nem com a guarda dos filhos poderá permanecer. Então, a pretensão desta mãe é a de se impor obrigações e assegurar direitos aos filhos, estabelecendo um vínculo jurídico com eles.

Em face disso é que a única observação que eu faria ao detalhado e preciso voto do eminente Relator é um questionamento sobre a legitimidade do Ministério Público em veicular o recurso de apelação contra a sentença que deferiu a adoção. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre as funções do Ministério Público, está o de (art. 201, inc. VIII): “zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis”. Assim, inclusive, creio que teria o Ministério Público legitimidade para ingressar com ação de adoção cada vez que se defrontasse com esta situação consolidada para regulamentar a situação jurídica das crianças.

É chegada a hora de acabar com a hipocrisia e atender ao comando constitucional de assegurar proteção integral a crianças e adolescentes. Como há enorme resistência de admitir a adoção por um par homossexual, mas não há impedimento a que uma pessoa sozinha adote alguém, resolvendo o casal constituir família, somente uma busca a adoção. Não revela sua identidade sexual e no estudo social que é levado a efeito, não são feitos questionamentos a respeito disso. A companheira

ou o companheiro não é submetido à avaliação e a casa não é visitada. Via de consequência, o estudo social não é bem feito. Para a habilitação deveria atentar-se a tudo isso, para assegurar a conveniência da adoção. Aliás, este foi o subterfúgio utilizado pelas mães dessas crianças.

Ora, ao acolher-se eventualmente o recurso interposto por quem tem o dever legal de proteger crianças e adolescentes, o que isto mudaria? Afinal, o que quer o agente ministerial? Que essas crianças sejam institucionalizadas? Que as mães se separem?

Pelo jeito é isso que pretende o recorrente pois toda a linha de argumentação que é vertido no recurso é de que a convivência poderia gerar consequências de ordem comportamental ou na identidade sexual das crianças. Ora, se é pernicioso a convivência o que quer o recorrente é acabar com o convívio, é afastar os filhos de suas mães. Quem sabe colocá-las em um abrigo ou entregá-las em adoção a um casal heterossexual.

Então, não consigo encontrar outra justificativa para o recurso a não ser o preconceito. A falta de lei nunca foi motivo para a Justiça deixar de julgar ou de fazer justiça. A omissão do legislador não serve de fundamento para deixar de reconhecer a existência de direitos. O certo é que o acolhimento da apelação deixaria as crianças ao desabrigo de um vínculo de filiação que já existe. Ao não se manter a filiação dessas crianças com a sua mãe, estaríamos mantendo esta feia imagem da Justiça, que é a da Justiça cega, com os olhos vendados. Temos de continuar, cada vez mais, buscando uma Justiça mais rente à realidade da vida.

O voto do eminente Relator, que é uma decisão pioneira no Brasil, bem retratou esta realidade. Acompanho-o, em todos os seus termos.

É como voto.

**DESA. MARIA BERENICE DIAS - Presidente - Apelação Cível nº 70013801592, Comarca de Bagé: "NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME."**  
**Julgador(a) de 1º Grau: MARCOS DANILO EDON FRANCO**

---

[1] AC 70009550070, J.EM 17.11.2004, Rel. Maria Berenice Dias.

[2] A união entre pessoas do mesmo sexo: uma análise sob a perspectiva civil-constitucional. In RTDC. v. 1.p. 89/112.

[3] E.Zietelman, Lüken im Recht, (1903) e D. Donati. Il problema delle ordinamento giuridico (1910) apud N. Bobbio. Teoria do Ordenamento Jurídico, (1950), Brasília-São Paulo: Ed. UNB-Polis, 1989, p. 132 e ss.

[4] N. Bobbio. Teoria do Ordenamento. Op. cit. p.135.

[5] E. Alonso Garcia. La Interpretacion de la Constitución. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984. p. 16.

[6] J.C. Vieira de Andrade. Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. Coimbra: Almedina, 1987. p. 120.

[7] G.Tepedino. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p.350.

[8] Idem.

[9] P. Perlingieri. Il diritto civile nella legalità costituzionale. Camerino-Napoli. ESI, 1984. p. 558.

[10] VILLELA, João Baptista. A desbiologização da paternidade. In: Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte. ano 27, n. 21, 1979.

[11] Hérítier, Françoise. A Coxa de Júpiter – reflexões sobre os novos modos de procriação. In:Estudos Feministas. ano 8, 1º sem 2000. p. 98.

[12] EM TRADUÇÃO LIVRE: Independentemente da forma da filiação, observa-se que esse laço não é senão excepcionalmente, em vista da diversidade das sociedades humanas, superponível ao engendramento biológico ou à procriação: existe, com efeito, uma “dissociação entre a ‘verdade biológica do engendramento’ e a filiação”. Este ponto é essencial pois explica porque, na maior parte das sociedades, o engendramento e a parentalidade são coisas distintas. Do mesmo modo, quando se fala de pai e de mãe, e, portanto, de um indivíduo masculino ou feminino, é preciso diferenciar o sexo biológico do social, os quais, freqüentemente, estão longe de coincidir: bom número de sociedades dissociam o sexo biológico do gênero na gênese dos laços de filiação.

Nadaud, Stéphane. Homoparentalité – une nouvelle chance pour la famille?. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2002. p. 45.

[13] Hérítier, Françoise. Op. cit. pp. 108/109.

[14] EM TRADUÇÃO LIVRE: (...) globalmente, seus comportamentos não variam fundamentalmente daqueles da população em geral. Não se trata de afirmar que todos os filhos de pais homossexuais “estão bem”, mas de acrescentar uma pedra suplementar ao edifício dos estudos que mostram que seus comportamentos correspondem aos das outras crianças de sua idade. O que não significa, absolutamente, negar sua especificidade. Nadaud, Stéphane. Op. cit. p. 302.

[15] EM TRADUÇÃO LIVRE : O que aparece claramente no presente estudo, é que as crianças que crescem em uma família de lésbicas não apresentam necessariamente problemas ligados a isso

na idade adulta. De fato, os resultados do presente estudo mostram que os jovens cuidados por uma mãe lésbica alcançam bem a idade adulta e têm boas relações com suas famílias, seus amigos e seus parceiros. As decisões da justiça que avaliam a capacidade de um adulto em criar de uma criança não devem se fundar sobre a orientação sexual da mãe para avaliar o interesse da criança.

Tasker, Fiona L. e Susan Golombok – Grandir Dans une Famille Lesbienne. In: Homoparentalités, état des lieux. Coord.: Martine Gross. Paris: Éditions érès, 2005. p. 170.

[16] EM TRADUÇÃO LIVRE: Em resumo, não há dados que permitam afirmar que as lésbicas e os gays não são pais adequados ou mesmo que o desenvolvimento psicossocial dos filhos de gays e lésbicas seja comprometido sob qualquer aspecto em relação aos filhos de pais heterossexuais. Nenhum estudo constata que os filhos de pais gays ou lésbicas são deficitários em qualquer domínio significativo, em relação aos filhos de pais heterossexuais. Além disso, os resultados atuais deixam pensar que os relacionamentos familiares fornecidos pelos pais gays e lésbicas são suscetíveis de sustentar e ajudar o amadurecimento psicossocial dos filhos do mesmo modo que aqueles fornecidos pelos pais heterossexuais.

CJ. PATTERSON. Resultats des Recherches concernant l'homoparentalité. Texto cedido, por via eletrônica, pela Dra. Elizabeth Zambrano.

[17] EM TRADUÇÃO LIVRE: Os resultados oferecem de forma unânime dados que são coerentes com o postulado da parentalidade como um processo bidirecional que não está relacionado com a orientação sexual dos pais. Educar e criar os filhos de forma saudável o realizam semelhantemente os pais homossexuais e os heterossexuais.

Frias Navarro, Pascual Llobell e Monterde Bort. Hijos de padres homosexuales: qué les diferencia. Texto cedido, em meio eletrônico, pela Dra. Elizabeth Zambrano.

[18] EM TRADUÇÃO LIVRE: Um crescente conjunto da literatura científica demonstra que a criança que cresce com 1 ou 2 pais gays ou lésbicas se desenvolve tão bem sob os aspectos emocional, cognitivo, social e do funcionamento sexual quanto a criança cujos pais são heterossexuais. O bom desenvolvimento das crianças parece ser influenciado mais pela natureza dos relacionamentos e interações dentro da unidade familiar do que pela forma estrutural específica que esta possui. Ellen C. Perrin : Technical Report: Coparent or Second-Parent Adoption by Same-Sex Parents. Texto cedido, em meio eletrônico, pela Dra. Elizabeth Zambrano.

[19] Rolim, Marcos. Casais homossexuais e adoção. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/cronic162.htm>. Acesso em: 31 mar. 06.

[20] LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família. Afeto, ética e família e o novo Código Civil brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 515.